

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IHD  
Departamento de Serviço Social – SER  
Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

NEIVION SÉRGIO LOPES DE SOUSA JUNIOR

**CRISE DO CAPITAL, CONTRARREFORMA TRABALHISTA E  
LUTA DE CLASSES NO BRASIL**

BRASÍLIA  
2019

NEIVION SÉRGIO LOPES DE SOUSA JÚNIOR

**CRISE DO CAPITAL, CONTRARREFORMA TRABALHISTA E  
LUTA DE CLASSES NO BRASIL**

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Política Social pelo programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli

BRASÍLIA  
2019



NEIVION SÉRGIO LOPES DE SOUSA JÚNIOR

**CRISE DO CAPITAL, CONTRARREFORMA TRABALHISTA E  
LUTA DE CLASSES NO BRASIL**

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Política Social pelo programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – UnB.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli  
(Orientador – SER/UnB)

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima  
(Membro interno – SER/UnB)

---

Prof. Dr. Antonio Sergio Escrivão Filho  
(Membro externo – IESB)

BRASÍLIA, 19 DE MARÇO DE 2019

## DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores assassinados pelo exército na greve da CSN EM 1988:

William Fernandes Leite;  
Valmir Freitas Monteiro, e;  
Carlos Augusto Barroso.

Ao gari Gildo da Silva Rocha, assassinado pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), durante um piquete de greve do Sistema de Limpeza Urbana na Ceilândia-DF;

Ao sindicalista Chico Mendes, assassinado por fazendeiros, em sua casa, no ano de 1988, “apenas” por lutar por melhores condições de vida para os seringueiros, a classe trabalhadora e ao meio ambiente.

À tantos outros, brasileiros ou não, no Brasil ou no exterior, que desejavam dias melhores para todos e todas.  
Que a história de vocês jamais seja esquecida.

## AGRADECIMENTOS

A minha esposa, Carol, pela paciência que teve comigo durante esses dois anos de mestrado em que estive “ausente”. Por entender os motivos que me impediam de cumprir os “compromissos” sociais, por me ajudar em tudo que estava a sua disposição. Te amo Carol!

Ao meu orientador, Reginaldo Ghiraldelli, pela paciência e dedicação com que me ajudou a desenvolver este e outros trabalhos durante o período de mestrado. Certamente eu não poderia ter conhecido um orientador melhor.

Aos meus pais, Terezinha e Neivion, que me ajudaram sempre que precisei durante toda a minha vida, durante o mestrado não foi diferente.

Aos meus professores da pós graduação: Ivanete Boschetti, Andreia de Oliveira, Newton Gomes Júnior, Marlene Teixeira, Carlos Lima e Evilasio Salvador que contribuíram muito com meu aprendizado na pós graduação.

A todos os trabalhadores da Universidade de Brasília que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, em especial àqueles lotados no departamento de Serviço Social da UnB. À Domingas, secretária do Programa de Pós Graduação em Política Social (PPGPS), que sempre atende e orienta com muita dedicação os estudantes do Programa.

A professora Lívia Barbosa que me orientou no estágio de docência, onde pude aprender ensinando aos estudantes da graduação.

Aos meus estudantes da turma de Análise de Política Social, que contribuíram muito para a minha formação. Também aprendi com eles durante as conversas em sala de aula ou entre uma aula e outra.

Ao departamento de Serviço Social pela dedicação, e por nos fornecer a melhor estrutura possível para desempenhar nossas atividades. Também disponibilizar uma sala exclusiva para estudantes da pós graduação, onde passei horas, ou dias inteiros, estudando sempre que necessário.

Aos meus colegas do PPGPS, pelas conversas proveitosas, dicas de leitura, explicações e diversos outros tipos de ajuda.

Aos meus companheiros de luta que me incentivaram e me inspiraram durante o desenvolvimento dos meus trabalhos na pós graduação.

Ao DIEESE e aos diversos sindicatos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Capes pelo incentivo e financiamento de pesquisas no Brasil.

## RESUMO

Este trabalho interpreta os elementos da realidade que sustentam a contrarreforma trabalhista e identifica as consequências para a classe trabalhadora. Para interpretar esses elementos discutimos a partir da teoria marxista os motivos da crise de superprodução e a necessidade do capital de retirar direitos trabalhistas. A partir deste fundamento, relacionamos o entendimento marxista da teoria da dependência com a realidade econômica, histórica, social e política do Brasil. E então discernimos as consequências da contrarreforma trabalhista no Brasil para a classe trabalhadora. Ao final deste trabalho fazemos uma avaliação sobre as bases de sustentação da contrarreforma trabalhista e relacionamos com o golpe de 2016, com as experiências dos governos petistas. Por fim, concluímos que o saldo final do governo Temer não foi capaz de reduzir substancialmente o desemprego. E ainda ampliou a precarização do trabalho no Brasil. O problema que buscamos identificar para desenvolver este estudo foi: quais fundamentos ideopolíticos e econômicos que sustentam a aprovação da contrarreforma trabalhista no contexto de golpe no Brasil. No decurso do trabalho utilizamos literaturas acadêmicas, estudos teóricos e livros que fizeram análises de perspectiva sobre a contrarreforma trabalhista antes dela ser aprovada. Ainda recorremos às publicações de organizações sindicais, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), decisões judiciais do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que tratam do tema da contrarreforma trabalhista no Brasil, ou então que contribuía para o entendimento destas mudanças. Ainda analisamos dados quantitativos desenvolvidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre outros. Também foi utilizado uma agenda de pesquisa em que anotamos os principais acontecimentos do período entre 2017 e 2019. Tais anotações registraram os acontecimentos políticos e da luta de classes no período.

Palavras chave: Contrarreforma Trabalhista. Golpe de 2016. Reforma Trabalhista. Direitos Sociais. Direitos Trabalhistas.

## **ABSTRACT**

This paper interprets the elements of reality that underpin the labor counter-reform and identifies the consequences for the working class. To interpret these elements, we discuss from Marxist theory the reasons for the crisis of overproduction and the need for capital to withdraw labor rights. From this foundation, we relate the Marxist understanding of dependency theory to the economic, historical, social, and political reality of Brazil. And then we discern the consequences of the labor counter-reform in Brazil for the working class. At the end of this work we make an evaluation on the bases of support of the counterreform labor and relate to the coup of 2016, with the experiences of the PT governments. Finally, we conclude that the final balance of the Temer government was not able to substantially reduce unemployment, and also increased the precariousness of labor in Brazil. The problem we seek to identify in order to develop this study was: what ideopolitical and economic foundations underpin the approval of the labor counter-reform in the context of a coup in Brazil. In the course of the work we used academic literatures, theoretical studies and books that made analysis of perspective on the counterreformation before it was approved. We also have recourse to the publications of union organizations, the Inter-union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE), judicial decisions of the Superior Labor Court (TST) that deal with the subject of the labor counter-reform in Brazil, or that contributed to the understanding of these changes. We also analyze quantitative data developed by the International Labor Organization (ILO), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Institute of Applied Economic Research (IPEA), data from the Ministry of Labor and Employment (MTE), among others. We also used a research agenda in which we recorded the main events of the period between 2017 and 2019. These notes recorded the political events and the class struggle in the period.

Keywords: Labor Counter - Reformation. Brazilian coup of 2016. Labor Reform. Social rights. Labor rights



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Relação entre a taxa de desemprego e a taxa de “emprego vulnerável”.....	26
Gráfico 2:	Relação entre o salário mínimo nominal x necessário (valores absolutos).....	70
Gráfico 3:	Relação entre o salário mínimo nominal x necessário (em porcentagem referente ao salário mínimo necessário).....	71
Gráfico 4:	Greves em números absolutos entre os anos de 1978 e 1991.....	80
Gráfico 5:	Inflação, em porcentagem, entre os anos de 1979 e 1989.....	81
Gráfico 6:	Comparativo de greves do ano de 1989 e do ano de 2013.....	97
Gráfico 7:	Taxa de desemprego no Brasil.....	104
Gráfico 8:	Taxa de desemprego real (desemprego+desalento) no Brasil.....	105
Gráfico 9:	Taxa de desemprego real ao final do governo Temer.....	107
Gráfico 10:	Força de trabalho subutilizada no Brasil.....	108
Gráfico 11:	Evolução da taxa de desemprego após a aprovação da contrarreforma trabalhista.....	109

Gráfico 12:	Taxas de desocupação, subocupação, subutilização e desalento.....	110
Gráfico 13:	Trabalhadores empregados por grupamento de atividade.....	112
Gráfico 14:	Trabalhadores empregados por setor.....	114
Gráfico 15:	Estrutura dos custos e despesas das empresas industriais no ano de 2007.....	135
Gráfico 16	Estrutura dos custos e despesas das empresas industriais no ano de 2016.....	136
Gráfico 17:	Comparativo da proporção (%) de custos e despesas das empresas no ano de 2016 entre o Brasil e alguns países da Europa.....	137

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	Apresentação.....	12
1.2	Justificativa.....	14
1.3	Metodologia e Método.....	18
<b>2</b>	<b>A DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL .....</b>	<b>22</b>
2.1	Retratos da crise da humanidade sobre o capitalismo contemporâneo.....	22
2.2	A reprodução capitalista na teoria marxista .....	25
2.3	O trabalho no capitalismo.....	32
2.4	O Desenvolvimento Imperialista do Capitalismo e a Luta de Classes no Cenário Internacional.....	40
<b>3</b>	<b>AS PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>57</b>
3.1	Breve consideração sobre a teoria da dependência .....	57
3.2	- Democracia blindada no Brasil .....	69
3.3	O ascenso das lutas sindicais e políticas nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil .....	73
3.4	A década de 1990 e o refluxo das lutas sindicais no Brasil .....	78
3.5	O PT na presidência: um governo de coalizão do século XXI “à moda brasileira” .....	83
<b>4</b>	<b>A CONTRARREFORMA DO GOVERNO TEMER E O PROJETO HISTÓRICO DE RETIRADA DE DIREITOS .....</b>	<b>98</b>
4.1	Capitalismo e contrarreforma trabalhista .....	100
4.2	A contrarreforma trabalhista de 2017: o golpe na classe trabalhadora brasileira .....	112
4.2.1	A luta contra a “reformas” trabalhista e previdenciária no Brasil e o impulso dado pelas mulheres do mundo.....	115
4.2.2	Redução da proteção aos trabalhadores. ....	119
4.2.3	A fragilização das organizações da classe trabalhadora .....	123
4.2.4	Rescisão de Contratos de Trabalho .....	125
4.2.5	As novas faces da precarização do trabalho brasileiro. ....	128
4.2.5.2	<i>Teletrabalho</i> .....	129
4.2.5.3	<i>Trabalho a tempo parcial</i> .....	130
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>134</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>139</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

O objetivo deste estudo, de analisar a contrarreforma trabalhista do governo golpista de Michel Temer (MDB) surgiu antes da apresentação do Projeto de Lei (PL) 6.787 de 2016 - o projeto que se transformou na contrarreforma trabalhista. Esta motivação surge nos primeiros momentos do golpe de 2016 com a compreensão de que o Governo Dilma estava sofrendo um impedimento devido à movimentação do grande empresariado, do imperialismo, e aplicado por seus representantes políticos e por setores do corpo burocrático do Estado. Este impedimento dava claros sinais de que era aplicado para implementar a agenda política dos setores dominantes da sociedade. Na ocasião, as exigências desses setores para a presidente Dilma Roussef eram de que fossem ampliados os cortes em investimentos nas áreas sociais, aumento dos juros bancários, modificações na legislação do trabalho que facilitassem as atividades do setor produtivo (leia-se: retirar direitos dos trabalhadores), além de uma série de medidas conservadoras, tais como a não implementação de políticas que garantissem direitos à população LGBT, mulheres, negros, índios.

O discurso pós golpe de Michel Temer, que alguns chamam de discurso de posse, deixou claro para que o ele veio: retomar a agenda da burguesia com o grau, o ritmo e a intensidade que ela necessitava. Em poucos dias, medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora apareceram no cenário político, como o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos com a Emenda Constitucional (EC) 95, o fim de diversos programas sociais, como o Farmácia Popular, entre outros programas, a proposta de entrega de patrimônios nacionais e de importância estratégica, como o petróleo e a energia elétrica, sem falar na ampliação da exploração da classe trabalhadora, como a lei da terceirização e a contrarreforma trabalhista.

No documento “Uma ponte para o futuro”, programa do Governo Temer (MDB), publicado pela Fundação Ulisses Guimarães (2015), podemos ver o objetivo de intensificar a política neoliberal de controle da inflação e superávit primário. Além disso, encontramos de forma expressa no documento um plano de privatizações, diminuição da soberania nacional frente ao capital estrangeiro,

a diminuição das medidas protetivas aos trabalhadores, entre outras medidas que são pauta de reivindicação do empresariado (FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES, 2015, p. 18-19)

O sentimento, que ainda se faz presente, era que estávamos caminhando para a reedição da escravidão e os motivos para isso não eram infundados, basta observar a portaria<sup>1</sup> do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) editada no Governo Temer que dificultava a ação dos Auditores Fiscais do Trabalho no combate ao trabalho escravo no Brasil. Além disso, é notório que o trabalho sobre o sistema capitalista, imprescindível para que a classe trabalhadora viva - ou apenas sobreviva - traz adoecimentos ou riscos fatais a quem vive - ou sobrevive- do trabalho.

Os anos que me permitiram contribuir de forma ativa com o movimento estudantil e o movimento sindical me deram duas lições importantíssimas: a primeira, que é preciso ter paciência. A paciência é uma virtude, e é fundamental que se faça presente entre os que se movem por dias melhores para todos. Isso significa que em certos momentos é preciso somar forças e esperar que o curso da história nos contemple com conjunturas mais favoráveis. Mesmo em conjunturas relativamente favoráveis encontramos dificuldades que é preciso saber contornar. A segunda, que nossas ações precisam ser ancoradas por uma teoria capaz de nos conduzir à emancipação humana e política, caso contrário nossos esforços são perdidos em períodos mais ou menos curtos.

Sabendo disso, o meu problema pessoal era que, enquanto os neoliberais estavam impondo essas derrotas à classe trabalhadora, eu me encontrava afastado de qualquer movimento político e social. A saída encontrada foi a de somar conhecimento numa área em que eu nunca tinha explorado: a da produção teórica com os rigores acadêmicos.

Nesse sentido, esta proposta de estudo localiza-se dentro da vontade de contribuir de alguma forma com as tarefas históricas da classe trabalhadora e da emancipação humana.

---

<sup>1</sup> Refere-se à Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017.

## 1.2 Justificativa

As contrarreformas<sup>2</sup> trabalhistas estão presentes no cenário político brasileiro desde o golpe que destituiu o presidente João Goulart em 1964. Em 1966 o ditador general Castelo Branco instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como uma forma de acabar com a estabilidade decenal - que era o direito de se tornar estável no emprego após 10 anos de serviço em uma mesma empresa. De 1966 até os dias de hoje, várias modificações nas regras das relações de trabalho foram feitas, em sua maioria essas modificações intensificaram o trabalho, flexibilizaram as proteções sociais aos trabalhadores, dificultaram a organização sindical e reduziram os laços de solidariedade da classe laboral.

É importante destacar que as lutas sindicais na década de 1980 retardaram a implementação das políticas neoliberais no Brasil. Enquanto o neoliberalismo se expandia no mundo, tanto na América Latina quanto nos países centrais do capitalismo, o Brasil caminhava na contramão dessas tendências regressivas (ANTUNES, 2018). O ascenso do movimento sindical brasileiro no final da década de 1970 e na década de 1980 tornou possível a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984. Essa reorganização e retomada da mobilização da classe trabalhadora influenciou a Constituição Federal de 1988, tornando-a uma fusão de aspectos progressistas e conservadores, resultado de uma correlação de forças não tão favorável ao grande capital monopolista<sup>3</sup>.

Mas a partir da década de 1990, com a queda do dito “socialismo real” no leste Europeu, a ideologia do “fim da história”, e a derrota eleitoral de Lula da

---

<sup>2</sup> O termo contrarreforma foi utilizado em diversos momentos históricos e por vários autores, também ficou conhecido como um movimento da igreja católica a partir do Concílio de Trento, em 1545, como uma resposta à Reforma Protestante. No movimento laboral, no século XX, diversos autores também fizeram uso deste vocábulo como Leon Trotski, em seu texto Crise do Bloco de Centro Direita, Karl Korsch, Daniel Bensaïd, Carlos Nelson Coutinho, entre outros. Entretanto, neste trabalho a categoria contrarreforma refere-se ao significado dado por Behring (2008, p. 22-23, grifo no original) de que na década de 1990 “se esteve diante de uma contrarreforma do Estado, que implicou um profundo retrocesso social, em benefício de poucos. [...] E vincula-se, ainda, à recusa de caracterizar como reforma processos regressivos.” pois, “Cabe lembrar que este é um termo que ganha sentido no debate do movimento operário socialista, melhor dizendo, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva a equidade.” “Portanto, o reformismo, ainda que se possa e deva criticá-lo, como fez Rosa Luxemburgo, dentre outros, é um patrimônio da esquerda.”

<sup>3</sup> Para mais detalhes ver: DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X. 2017.

Silva nas eleições de 1989, a agenda neoliberal é reestabelecida no Brasil. Tanto com Fernando Collor quanto com Fernando Henrique Cardoso (FHC). Inspirados no Consenso de Washington<sup>4</sup> de 1989, Collor e FHC iniciam um processo de privatizações, diminuição dos investimentos públicos em áreas sociais e de infraestrutura, afrouxamento das leis trabalhistas, entre outras medidas.

Ao final da década de 1990, essas políticas são duramente questionadas pela maioria da população e o desgaste das medidas neoliberais fez reacender os movimentos sociais. Seja no Brasil, como as marchas multitudinárias contra o Governo FHC, as ocupações de terra organizadas pelo MST, manifestações locais organizadas dentro de shopping centers contra o consumismo. Ou então, em outras partes do mundo, como a marcha em Seattle nos EUA em 1999, as grandes manifestações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) na Europa, a revolta em Chiapas no México, a experiência com a Assembleia dos Povos no Equador, entre outras manifestações anticapitalistas.

Como uma expressão do repúdio às medidas neoliberais, no terreno eleitoral, a década de 2000 foi marcada por vitórias de candidatos que representavam as reivindicações da classe trabalhadora. Especialmente na América Latina. No Brasil, Lula vence as eleições em 2002 e se mostra hábil em implementar uma política conciliadora entre os interesses de frações da burguesia e promover inclusão social. Ora com medidas seletivas e focalizadas como o Bolsa Família, ora com programas sociais apoiado no endividamento das famílias por meio de créditos bancários, como o programa Minha Casa Minha Vida, que, dessa forma, também beneficiava o capital financeiro e as grandes construtoras. Ou ainda, com política de valorização real do salário mínimo. Mesmo essa valorização fosse insuficiente, quando comparamos com o que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) recomenda.

Contudo, mesmo representando uma vitória eleitoral da classe trabalhadora, o PT não cessou com a retirada de direitos. O programa político

---

<sup>4</sup> O Consenso de Washington, foi um importante passo para as transformações da economia e do Estado brasileiro. As regras básicas orientavam as políticas adotadas na América Latina e se constituiu como referencial nos ajustes para a neoliberalização da economia, disciplina fiscal, reforma tributária, desregulamentação, entre outros. Foi uma base que ergueu os pilares constitutivos para que fossem adotados como política de Estado, criando as condições de adesão à nova lógica da mundialização do capital (SCOLESO, 2016).

com o qual foi eleito era um projeto de conciliar demandas de classes que são inconciliáveis. Já no primeiro mandato, o Governo Lula apresentou uma contrarreforma da previdência que gerou decepção e ira entre os trabalhadores, especialmente entre os servidores públicos. A defesa dessa contrarreforma por parte do governo foi ancorado numa campanha em que colocava os empregados da iniciativa privada contra os servidores públicos, qualificando esses últimos como privilegiados. Ricardo Antunes (2004, p. 166, grifo do autor) afirmou que: “Se não fosse trágico, poder-se-ia acrescentar que o partido que nasceu [...] na *luta de classes* se converteu no partido que incentiva a *luta intraclasse*.”

Decerto, desde 1966, o afrouxamento às medidas protetivas do trabalho fazem parte do cenário da luta de classes no Brasil, mesmo que de forma oscilante, ora com maior intensidade e aplicadas por governos claramente neoliberais, ora com menor intensidade e aplicadas por governos mais próximos do social-liberalismo<sup>5</sup>.

Além disso, essas medidas de desregulamentação trabalhista fazem parte da necessidade histórica do capitalismo de ampliação do capital. Devido à contradição entre o modo de produção baseado na extração de mais valor e as necessidades sociais de consumo, gera-se uma crise de superprodução e como consequência o desemprego, a miséria, a precarização do trabalho<sup>6</sup>, entre outros efeitos colaterais (MONTORO, 2016; MÉZSÁROS, 2011, MANDEL, 1982).

Neste momento histórico, do capitalismo contemporâneo, de destruição das forças produtivas, medidas de austeridade são tomadas para contornar, momentaneamente, a baixa tendencial da taxa de lucro. A crescente utilização de máquinas de diversas matizes tecnológicas são capazes de aumentar a produtividade e ampliar a exploração do trabalho. Sejam essas tecnologias puramente mecânicas, por exemplo: a utilização de tratores, por mais antigos que sejam, onde antes o trabalho era basicamente manual. Ou de tecnologias mais recentes: como a utilização de equipamento de informática inserido tanto

---

<sup>5</sup> O social-liberalismo, segundo Castelo (2013, p. 27,) é uma “variante ideológica do neoliberalismo, que surgiu para recompor o bloco histórico neoliberal dos pequenos abalos sofridos pelo capitalismo durante a crise conjuntural dos anos 1990” e opera na tentativa de incorporar ideais igualitaristas à ideologia burguesa.

<sup>6</sup> Segundo Druck (2007, p. 19-20) a precarização do trabalho é compreendida como “um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...]”



nas indústrias, comércios, ou mesmo com o teletrabalho, diminui a necessidade de trabalho humano, a fonte substancial do valor.

[...] é lei do capital criar trabalho excedente, tempo disponível; ele só pode fazer isso ao pôr em movimento trabalho necessário – i.e., ao trocar com o trabalhador. Por essa razão, é sua tendência criar tanto trabalho quanto possível; assim como também é sua tendência reduzir o trabalho necessário ao mínimo. [...] O valor é apenas trabalho objetivado, e valor excedente (valorização do capital) é somente o excedente para além da parte do trabalho objetivado que é necessária para a reprodução da capacidade de trabalho (MARX, 2011, p. 323).

Esta lei em que funciona o capitalismo gera conflitos na relação entre o trabalho e o capital. Nesse sentido, os conflitos da luta de classes se acirram, e na arena política, é possível ver fenômenos como o golpe de 2016 no Brasil, em que servem para estabelecer uma nova agenda política, mais condizente com as necessidades da burguesia, com a amplitude e intensidade que o momento exige.

Após o golpe de 2016 foram apresentados ao Congresso Nacional vários projetos contrários ao interesse da classe trabalhadora, entre eles a contrarreforma trabalhista, que retira direitos históricos e amplia a precarização do trabalho no Brasil.

Atualmente vivemos no Brasil um momento de intensificação das contrarreformas. O golpe de 2016 foi executado para permitir que as retiradas de direitos ampliassem seu ritmo. Além disso, compreender o movimento destrutivo dessas garantias históricas possibilita aos trabalhadores organizar uma resposta para alterar a correlação de forças e retomar as mobilizações capazes de frear tais ataques. Entender as novas modalidades de trabalho que surgiram nos últimos tempos é essencial para enfrentar os desafios de organização (ou de dispersão) desses novos setores. Ainda pode-se afirmar que a assimilação deste novo cenário das relações de trabalho é uma condição prévia para que se possa mobilizar por mais direitos.

### 1.3 Metodologia e Método

A contrarreforma trabalhista é um instrumento de regulamentação das relações de trabalho no Brasil. Instituída após um golpe de Estado, ela estipula regras mais prejudiciais aos trabalhadores. Sendo assim, discutiremos os elementos da realidade para compreender as variáveis que sustentam tal medida. Também identificaremos as consequências para a classe trabalhadora.

Para o cumprimento deste objetivo, este trabalho apresenta uma interpretação qualitativa e aproximativa sobre a realidade social que circunscreve as mudanças sociais das relações de trabalho. Considera-se no desenvolvimento deste estudo o golpe de 2016 como plataforma de sustentação social e jurídica para essas mudanças.

Conforme Minayo (2016, p. 14, grifo no original) “o objeto das ciências sociais é *essencialmente qualitativo*.”. Isso se deve à riqueza da realidade que nem sempre se enquadra em teorias. Contudo devemos explicitar que isso não significa defender qualquer tipo de método de análise eclético. Pelo contrário, o rigor metodológico deve ser bem definido para evitar o casuísmo típico do ecletismo metodológico.

A interpretação aproximada da realidade social se dá por três motivos: o primeiro, pelo fato das ciências sociais serem uma ordem do conhecimento que escapam radicalmente de toda possibilidade de objetivação, pois o próprio pesquisador se encontra inserido numa realidade em que ele é agente e vive em sociedade (MINAYO, 2016). Segundo, porque as ciências sociais consideram a subjetividade dos processos sociais e seus fenômenos, porém a busca pela objetivação da pesquisa social descaracteriza este elemento essencial da vida em sociedade. E por fim, a vida em sociedade é marcada por incontáveis especificidades. Por este motivo, foge a possibilidade de se instituir uma ciência baseada em axiomas, apenas em procedimentos metodológicos e de método (MINAYO, 2016).

Sendo assim é necessário utilizar “os instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória” (MINAYO, 2016, p.14). Para isso, será utilizada perspectiva de totalidade para explicar tais mudanças. É importante explicitar que essa incompletude, imperfeição e não

satisfatoriedade, da interpretação social não se choca com a compreensão social das mudanças do trabalho, afinal, como afirma Kosik (1976, p. 35): “(...) totalidade não significa todos os fatos.” Totalidade significa um todo, estruturado, com suas complexidades, contradições, em um movimento histórico de modo que possa ser racionalmente compreendido (KOSIK, 1976).

Todo esse esforço é necessário para separar a pseudoconcreticidade. Ou seja, as formas fenomênicas da realidade, a forma em que se reproduz determinado fenômeno na mente daqueles que realizam uma determinada *práxis* histórica, o “pensamento comum” - do concreto - do núcleo interno essencial. Para Kosik (1976), a essência não se dá imediatamente, é mediada pelo fenômeno, por isso se manifesta diferente daquilo que realmente é. Embora a essência se manifeste no fenômeno, ela se manifesta apenas como a atividade do fenômeno.

Também é necessário elucidar que o objeto deste trabalho, a contrarreforma trabalhista, encontra-se imerso nas relações sociais do capitalismo, por isso é necessário fazer um estudo sobre o movimento do sistema capitalista, das classes sociais, das organizações políticas das classes envolvidas, dos representantes das classes sociais e outros elementos que contribuíram (e contribuem) para a aplicação da contrarreforma sob contexto de golpe de Estado de 2016, da crise estrutural do capitalismo e das contradições históricas deste sistema.

Nesse sentido a compreensão da contradição é importante para entender os problemas de nossa época, como afirmou Marx (1989, p. 29):

Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se pode julgar tão pouco uma época tal de transformação pela sua consciência, mas, pelo contrário, deve-se explicar a esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças sociais produtivas e as relações de produção.

Outra abordagem de método que é desenvolvida neste trabalho diz respeito a compreensão de que a ideia não é nada mais que a matéria transposta e interpretada pela imaginação humana (MARX, 2013, p. 90).

Ao entendermos que o movimento é o modo de existência da matéria, podemos chegar a duas conclusões: a primeira que não existe matéria que seja imutável, sem movimento; a segunda que não existe movimento sem matéria.

Esta compreensão é denominada de materialista por enxergar na matéria a fonte do movimento, e se contrapõe com o idealismo que explica o processo efetivo como uma manifestação da ideia (espírito) de certo indivíduo.

A partir desta interpretação materialista, se faz necessário somar um outro entendimento dos processos sociais, o de que “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.” (MARX, 1989, p.28). E continua:

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1989, p.28)

Seguindo estes rigores, são discutidos os elementos da realidade que compreendem as variáveis de sustentação da contrarreforma trabalhista, e identifica-se as consequências para a classe trabalhadora. Para o cumprimento deste objetivo, o desenvolvimento se dá da seguinte forma:

Iniciaremos expondo os elementos que explicam a crise do capital. Para isso demonstramos alguns reflexos da contradição do modo de produção capitalista, ilustrando os problemas sociais causados pela lógica do capital. Depois se desenvolve a teoria sobre reprodução do capital a partir dos estudos de Rosa Luxemburgo e Karl Marx para compreender as questões do tempo presente. Em seguida, discutimos sobre a relação entre o trabalho e a humanidade para demonstrar que o sistema de produção capitalista é contrário ao desenvolvimento da relação entre humanos e a natureza. O que afirma o caráter destruidor do capital na sua dimensão mundial.

Em seguida tratamos sobre as particularidades brasileira em suas localizações geopolítica e histórica no cenário mundial. Abordamos esse tema expondo sobre a teoria da dependência e as raízes da América Latina fincadas no modelo exportador e sua necessidade de produzir sobre as bases da superexploração do trabalho. Então desenvolvemos a ideia de que o regime político do Brasil foi desenvolvido para bloquear qualquer anseio popular por mudanças sociais. Em seguida fizemos um contraponto do regime atual com as lutas da classe trabalhadora e como elas se fortaleceram e construíram

alternativas de políticas independentes e classistas no meio sindical e partidário, conquistando dois patrimônios históricos na década de 1980. O debate histórico continua ao desenvolver sobre o descenso do movimento sindical e as bases materiais ancoradas no toyotismo, que fizeram o sindicalismo combativo da década de 1980 se adaptar à concertação social. Neste capítulo tratamos da vitória (tardia) da classe trabalhadora com a eleição de Lula para a presidência da república até a derrubada da presidente Dilma Rousseff.

No último capítulo analisamos a contrarreforma trabalhista, suas bases ideológicas, políticas e as consequências para a classe trabalhadora brasileira.

E finalmente, concluímos fazendo uma análise sobre as bases de sustentação da contrarreforma e relacionaremos com o golpe de 2016, as experiências dos governos petistas.

No decurso do trabalho utilizamos literaturas acadêmicas, estudos teóricos e livros que fizeram análises de perspectiva sobre a contrarreforma trabalhista antes dela ser aprovada.

Ainda recorreremos às publicações de organizações sindicais, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), decisões judiciais do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que tratam do tema da contrarreforma trabalhista no Brasil ou que contribuíram para o entendimento destas mudanças.

Ainda sobre esta temática analisamos dados quantitativos desenvolvidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego, vinculado ao MTE (CAGED/MTE).

## **2 A DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL**

### **2.1 Retratos da crise da humanidade sobre o capitalismo contemporâneo.**

Ao observar dados da pobreza mundial, podemos ter uma noção rápida, ainda que insuficiente, da crise do capital e a consequência degradante para uma parte considerável da população de todo o mundo. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), 1,3 bilhão de pessoas vivem “abaixo da linha da pobreza<sup>7</sup>”, isso representa quase 25% da população dos 104 países onde a pesquisa foi realizada, e, “26,5% dos adultos que trabalham são parte dos trabalhadores pobres - ganhando menos de US\$ 3,10 por dia [...]”. Além disso, nos países classificados pela Organização como nações com baixo desenvolvimento humano, 47,5% dos adultos são analfabetos e apenas 17,1% da população tem acesso à Internet (ONU, 2018). É importante destacar que os critérios da ONU para estipular quem vive e quem não vive na miséria são extremamente rebaixados. Só para dar um exemplo, os 3,10 dólares, valor diário estipulado pela ONU para estabelecer quem vive abaixo da linha da pobreza, é inferior a R\$ 12,10 no Brasil em 2018 – considerando a cotação do Dólar a R\$ 3,90. Para fazer uma comparação rápida, o preço médio de uma refeição no Brasil, em 2017, o popular Prato Feito, que geralmente é a refeição mais barata encontrada no comércio, custava R\$ 29,31 (ABBT, 2018), arredondando seria algo em torno de US\$ 7,50<sup>8</sup>. O preço do Prato Feito representa mais de duas vezes os US\$ 3,10 utilizado como critério pela ONU para estabelecer a faixa de pobreza. Ou seja, este critério considerado pela ONU é incapaz de garantir sequer a alimentação diária de uma pessoa. Se acrescentarmos outras necessidades humanas básicas, tais como: higiene, vestuário, moradia e outras, este valor fica ainda mais distante daquilo que seria necessário para garantir dignidade a qualquer pessoa no Brasil.

Mesmo na principal potência imperialista do mundo, os Estados Unidos da América (EUA), a situação não é fácil para parte considerável da população.

---

<sup>7</sup> Vive abaixo da linha da pobreza a pessoa que possui renda inferior a 3,10 Dólares estadunidense por dia.

<sup>8</sup> Considerando US\$ 1,00 ao custo de R\$ 4,00. No dia 20 de Agosto de 2018 o dólar estava cotado em R\$ 3,97.

Segundo declaração verbal de Alston (2018) na 38ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU:

40 milhões de americanos vivem na pobreza e 18,5 milhões deles vivem em extrema pobreza. Além disso, um grande número de americanos de classe média está no limite, com 40% da população adulta dizendo que seria incapaz de cobrir uma despesa inesperada de US\$ 400.

Alston (2018) ainda denuncia que muitos estadunidenses sofrem com falta de saneamento básico e que não há ação do Estado para reverter esse problema. Também expõe que a política do Governo Trump<sup>9</sup> para o setor mais pobre da população é de “estigmatizar aqueles que recebem benefícios do governo argumentando que a maioria deles poderia e deveria trabalhar, apesar de evidências em contrário”.

Segundo dados da OIT<sup>10</sup>, a taxa de desemprego nos Estados Unidos caiu de 9,6% para 4% entre 2010 e 2018. Esse decréscimo da taxa de desemprego ocorreu em conjunto com o crescimento da economia dos Estados Unidos. No entanto, enquanto a taxa de desemprego caiu mais de 5% nesse período, os empregos precários, denominado Emprego Vulnerável<sup>11</sup> pela OIT, diminuíram apenas 1%.

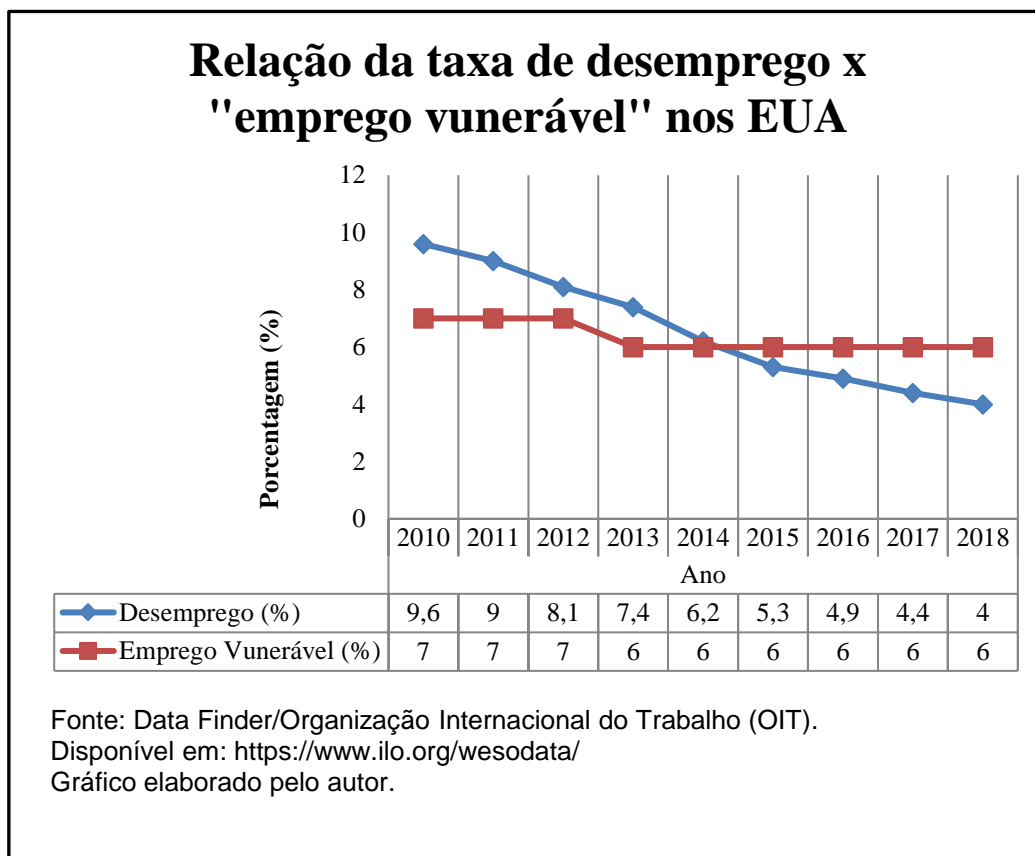
---

<sup>9</sup> Governo dirigido por Donald Trump, presidente dos EUA, para a gestão entre os anos de 2017 a 2021. Considerado um governo conservador, os primeiros anos desta gestão foram marcados por polêmicas xenófobas, como, por exemplo, a construção de um muro entre os Estados Unidos e o México para evitar a entrada de latinos em solo estadunidense, a suspensão de licenças para refugiados árabes e até mesmo a separação de crianças dos seus pais quando esses eram flagrados de forma ilegal nos EUA. O Governo Trump também preocupou a segurança internacional após bombardear a Síria em abril de 2017. Em relação à política interna, as suas principais medidas foram de revogar a Lei de Proteção e Cuidado ao Paciente, conhecida como Obamacare, que controlava os preços dos planos de saúde e também expandia os planos de seguros públicos e privados para uma maior parcela da população dos Estados Unidos. Trump também revogou um memorando aprovado pela Administração Obama, que provia proteções à população em inadimplência nos empréstimos estudantis.

<sup>10</sup> Dados extraído do gráfico interativo. Disponível em: [www.ilo.org/wesodata](http://www.ilo.org/wesodata).

<sup>11</sup> Segundo a OIT (2009, p. 39) “O emprego vulnerável é uma variável recentemente definida de pessoas que estão empregadas em circunstâncias relativamente precárias, como indicado pela actividade de emprego. Porque os trabalhadores familiares e os trabalhadores por conta própria são menos propensos a ter um regime formal de trabalho, de acesso aos benefícios ou aos programas de segurança social, e além disso estão mais ‘em risco’ em termos dos ciclos económicos, estas são as actividades classificadas como ‘vulnerável’.”

**Gráfico 1-** Relação entre a taxa de desemprego e a taxa de “emprego vulnerável”.



Assim, podemos notar que a redução do desemprego nos Estados Unidos não influenciou, pelo menos de forma significativa, a redução dos empregos com menos direitos. Pelo contrário, os dados deste período dão demonstrações de que o emprego precário se estruturou nas relações de trabalho.

As dificuldades vividas pela população da principal potência imperialista do mundo, os EUA, também são confirmadas pela Organização Não Governamental (ONG) Poor People's Campaign (2018), ou Movimento do Povo Pobre, em tradução livre. Segundo a ONG, mais de 140 milhões de pessoas vivem com renda insuficiente<sup>12</sup> para pagar suas contas nos EUA, o que representa 43% da população, em 2018.

<sup>12</sup> Segundo a ONG Poor People's Campaign, a linha de pobreza nos EUA para uma pessoa com menos de 65 anos é de 11,7 mil dólares por ano. Para uma família com dois filhos o valor é de 24,2 mil dólares estadunidense por ano. É importante observar que este critério para definir a linha de pobreza é diferente da ONU, que por sua vez, afirma que a população que vive abaixo da linha da pobreza é de 3,10 dólares diários. E mesmo assim, se transformássemos o critério de renda da ONU para o padrão anual, essa renda



Outro elemento que impressiona no capitalismo contemporâneo é a concentração de renda. Em todo o mundo, no ano de 2018, apenas 0,8% da população teve renda superior a um milhão de dólares. Esta população junta concentra 44,8% da riqueza do planeta. No polo contrário, entre os que vivem (ou sobrevivem) com menos de 10 mil dólares anuais está a maioria da população, 63,9%, que juntos dividem 1,9% da riqueza mundial (CREDIT SUISSE, (2018, p. 20). Essa concentração de renda não é, na maior parte das vezes, fruto do trabalho duro, do talento, da livre iniciativa ou dos riscos assumidos por esses milionários como muitas vezes se ouve falar, “na maioria dos casos são produto de heranças, monopólios ou relações clientelistas com governo.” (OXFAM, 2018, p. 9).

## 2.2 A reprodução capitalista na teoria marxista

Essa concentração de renda e a precarização do trabalho, que acabamos de expor, fazem parte do movimento histórico de acumulação do capital e também do modo de reprodução sobre a lógica dessa acumulação. Para que a acumulação e a reprodução ocorram com relativo êxito, Harvey (2006) explica que há duas amplas áreas de dificuldade no sistema econômico capitalista que têm de ser negociadas com sucesso para que esse sistema permaneça viável. A primeira decorre das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços e a segunda deriva da necessidade de exercer controle suficiente sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, conseqüentemente, lucros para o maior número possível de capitalistas.

A primeira dificuldade decorre do mercado de fixação de preços. A fixação de preços é um elemento complexo com alto grau de descentralização que “permitem que os produtores coordenem as decisões de produção com as necessidades, vontades e desejos dos consumidores [...]” (HARVEY, 2006, p. 117-118). A dita “mão invisível” do mercado, nunca foi suficiente para garantir um crescimento mais ou menos estável ao capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio, como a propriedade privada, contratos válidos,

---

seria de US\$ 1116,00, o que demonstra que os critérios para avaliar a pobreza das duas organizações são completamente diferentes. Para mais detalhes ver: POOR PEOPLE'S CAMPAIGN. **The Souls of Poor Folk**. 2018. Disponível em: <<https://www.poorpeoplescampaign.org/wp-content/uploads/2018/04/PPC-Audit-Full-410835a.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

administração apropriada do dinheiro, funcionam adequadamente (HARVEY, 2006). Algum grau de ação coletiva é necessário para compensar as falhas do mercado, de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado, como, por exemplo, para frear danos inestimáveis ao meio ambiente ou ao meio social. Ou então para evitar, ou reduzir, concentrações excessivas de poder de mercado. Ou ainda, combater o abuso de privilégio quando o monopólio não pode ser evitado, por exemplo nas áreas de transporte, comunicação, entre outras.

O resultado final dessas pressões altera a dinâmica do capitalismo e molda o seu desenvolvimento posterior. Mesmo as pressões advindas de instituições que não são ligadas diretamente ao Estado, tais como entidades sindicais (sejam elas da classe trabalhadora ou patronal), instituições religiosas, políticas, de nacionalidades, etnias, também alteram os movimentos da acumulação desenfreada do capitalismo.

A segunda área de conflito nas sociedades capitalistas diz respeito à transformação da capacidade dos trabalhadores em realizar o trabalho ativo num processo produtivo. Essa transformação permite ao capitalista apropriar o valor criado com o trabalho realizado (HARVEY, 2006). O processo de exploração foi uma ação contínua, com prolongamento histórico e precisa ser renovado com certa constância. Ou seja, reproduzido com a incorporação de novos trabalhadores. De modo geral, Harvey (2006, p. 119) se refere à disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital como “controle do trabalho”, e a define como “uma questão muito complicada”, pois envolve uma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação. Esses elementos precisam ser organizados além do local de trabalho, precisam ser organizados na sociedade como um todo. Dessa forma, há uma reprodução de hábitos sociais subordinados à acumulação de capitais e da reprodução da forma capitalista. Sendo assim: “Se a produção tem forma capitalista, também o tem a reprodução” (MARX, p. 641, 2013).

Nesse sentido, o Estado contribui para a reprodução da sociedade capitalista, e na reprodução desse sistema são incluídas as “relações clientelistas” apontadas pela OXFAM (2018, p. 9). Considerando que o Estado é muito mais do que dominação de classes, mas é essencialmente dominação de classes, que o Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder,

mas é fundamentalmente a principal condensação de poder (OSORIO, 2014, p. 17), o clientelismo perpassa uma rede de relação de poder, dominação, força e laços comunitários (ou ilusórios laços comunitários) que atravessam a sociedade.

A reprodução do capital e das relações sociais é um tema que perpassa toda teoria da economia política de Marx. Reprodução, interpretada em seu sentido literal, é repetição, reiteração, renovação do processo de produção (LUXEMBURGO, 1984).

É na repetição, na contínua retomada do processo de produção que se coloca um processo importante. A repetição regular do processo de produção é o pressuposto geral e fundamento de um consumo regular, sendo assim, “é condição prévia para a existência cultural da sociedade humana sob todas as formas históricas.” (LUXEMBURGO, 1984, p. 7). Mas nos estágios mais primitivos do desenvolvimento humano, quando o domínio da natureza pela humanidade se iniciava, as possibilidades dessa retomada da produção dependiam mais ou menos do acaso. Enquanto a caça e a pesca eram a base principal da existência social, a regularidade na repetição da produção era frequentemente interrompida por períodos de escassez de alimentos e fome generalizada. Mas é com o domínio da agricultura, a domesticação de animais e o pastoreio para a produção de carne e pele que se torna possível o ciclo regular de produção e consumo, característico da reprodução. Nesse sentido, a reprodução significa algo mais que a simples repetição, pois pressupõe um certo grau de domínio da natureza (LUXEMBURGO, 1984).

No entanto, o processo produtivo durante todos os estágios do desenvolvimento humano consiste na unidade de dois elementos diferentes: as condições técnicas e as condições sociais, ou seja, na configuração da relação humana com a natureza e a configuração do estágio humano de organização social, com suas técnicas e ferramentas anteriormente desenvolvidas. A reprodução e a produtividade dependem de ambas.

Nas sociedades pré-capitalistas a interrupção da reprodução, ou a sua retomada em menor escala, eram consequências de fatores externos ao modo de produção, como, por exemplo, as pestes ou guerras que devastavam grandes massas da força de trabalho. Estes acontecimentos ainda costumam levar à interrupção da reprodução, mas não é a regra geral do sistema capitalista.

A interrupção da reprodução também pode ocorrer em situações causadas por políticas despóticas. No Egito antigo, houve crise de produção quando um faraó acorrentou por décadas milhares de produtores rurais, conhecidos como felás, para a construção de pirâmides. Ou quando houve a construção do Canal de Suez, concluída em 1869 após 10 anos de construção, elaborado por 20 mil felás que desempenharam trabalho servil. A consequência destas políticas foi que as terras agricultáveis ficaram ociosas por anos e a vida econômica foi interrompida por longos períodos. Mas nesses casos foram decisões políticas unilaterais que causaram a interrupção da produção e da reprodução econômica no período (LUXEMBURGO, 1984).

O capitalismo apresenta um elemento diferente para a interrupção da reprodução. Em certos momentos, existe mão de obra abundante, matéria prima disponível, meio de produção em perfeito estado e ausência de governante despótico, e mesmo assim ocorre a interrupção da reprodução. Além desses elementos, encontramos necessidades sociais de consumo insatisfeitas, onde muitas vezes, amplos setores da sociedade não têm acesso a meios básicos de sobrevivência, como alimento ou moradia. Mesmo assim, parte da reprodução é interrompida ou ocorre de forma parcial. Neste caso, o início da reprodução não depende somente das condições técnicas, nem simplesmente das condições sociais:

Depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão somente produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocados por dinheiro; que não só possam ser realizados, mas que sejam com lucro de magnitude habitual no país. (LUXEMBURGO, 1984, p. 9)

A finalidade do sistema de produção e reprodução do capitalismo é a de ampliar o capital, e para entender esse mecanismo é necessário compreender o problema do valor.

O capitalista não produz apenas mercadoria, mas capital. Ele precisa produzir, antes de tudo, mais valor. O excedente de valor é a meta final e o estímulo para a produção capitalista. Isso significa que a mercadoria que ele dispõe no mercado deve repor todos os gastos e render determinada soma de valor, que não corresponda a qualquer gasto anterior e que seja um excedente líquido (MARX, 2013).

Do ponto de vista da criação do excedente de valor<sup>13</sup>, o capital adiantado pelo capitalista se decompõe em duas partes: uma parte representa os gastos com os meios de produção, tais como o maquinário, matéria prima, o edifício, ferramentas. A outra parte será gasto com o pagamento dos trabalhadores, chamado de salário<sup>14</sup>.

Marx (2013) denomina capital constante aquela parte do capital que representa os gastos com os meios de produção, e que a magnitude de valor permanece inalterada para a mercadoria. A parte que, por meio do não pagamento de uma parte do salário, ou seja, por meio da apropriação do trabalho assalariado, leva o nome de capital variável.

Dessa forma podemos descrever esse processo da seguinte forma: o capital C se decompõe em duas partes, em capital constante c e capital variável v. ou seja:  $C = c + v$

Como exemplo, se tivermos no início do processo de produção de mercadoria um capital C equivalente a R\$ 1.000,00, sendo que o capital constante equivale a R\$ 900,00 e o variável equivalente a R\$ 100,00, ou seja:  $1.000 (C) = 900 (c) + 100 (v)$ , ao final do processo de produção podemos ter uma mercadoria que seu valor é  $(c + v) + m$ , onde m é o mais valor. Por exemplo,  $(900 + 100) + 100 = 1.100$ . Assim, o capital C se transforma em C acrescido de m, ou seja, C'. Considerando que o valor dos elementos de produção é igual ao valor do capital inicial, "é uma mera tautologia dizer que o excedente do valor do produto sobre o valor de seus elementos de produção é igual à valorização do capital adiantado ou ao mais valor produzido." (MARX, 2013, p. 289).

Esses três componentes do valor,  $c + v + m$ , encontram-se juntos sob a forma de mercadoria produzida, seja em um exemplar isolado ou no conjunto total produzido e tomado como unidade, seja se tratando de computadores, chicletes, balé, cinema, vigas de aço fundido e até mesmo em transporte por serviços de aplicativo digital, como, por exemplo, o Uber.

---

<sup>13</sup> Nessa exposição estamos considerando o excedente de valor, ou mais valor, em todas as áreas da economia e não estamos considerando a divisão do mais valor em componentes como lucro de empresa, renda fundiária, juros de capital bancário e outros.

<sup>14</sup> Estamos denominando como salário toda remuneração paga ao trabalhador no processo de produção de mercadorias. Não estamos diferenciando o salário, propriamente dito, pago em certa regularidade temporal e pré estabelecido na relação de trabalho com outros tipos de pagamentos, tais como bonificação por produção, Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), décimo terceiro salário, e outras formas de remuneração, por entender que no momento não é necessário fazer essa diferenciação.

A criação de mercadorias não é o objetivo do capitalista, mas é um meio para apropriar mais valor. Depois de produzida, a mercadoria precisa se realizar, transformar-se em sua forma pura de valor, ou seja, precisa se transformar em dinheiro. Esse movimento é importante para que a mercadoria retorne ao capitalista sobre a forma de valor. Só então, quando a mercadoria é realizada e retorna ao capitalista em forma de dinheiro, composto pelo capital constante, variável e mais valor, é que se alcança o objetivo da produção.

O objetivo e estímulo da produção capitalista, o mais valor, não se limita a aquisição em qualquer quantidade, nem a uma única apropriação, mas a obtenção ilimitada, em um crescimento incessante e em quantidades cada vez maiores. Isso só pode ser alcançado pelo mesmo recurso: pela produção capitalista, ou seja, mediante a apropriação de trabalho não pago em meio ao processo de produção de mercadorias e mediante a realização desta mesma mercadoria produzida.

Assim, a reprodução como fenômeno regular adquire na sociedade capitalista motivação inédita em relação às outras formas de sociedade. Em qualquer outra forma histórica de sociedade, são as necessidades incessantes de consumo que motivam a reprodução da produção. No capitalismo, a criação de produtos para consumo, que satisfaçam as necessidades sociais, constitui apenas um meio para a sua finalidade: a apropriação do mais valor. E esse motivo também é o que força o capitalismo retomar a reprodução.

Um segundo aspecto do modo de produção capitalista é que o impulso para a apropriação de mais valor ocorra em proporções cada vez maiores e em progressões cada vez mais rápidas. A única forma de aceleração da apropriação de mais valor se dá por meio da ampliação da produção capitalista, que é o que gera mais valor. A produção capitalista estimula não apenas a reprodução constante, mas também engendra a ampliação constante da reprodução para a retomada da criação de mercadoria em proporção sempre maior do que a do ciclo anterior.

Em terceiro lugar, o modo de produção moderno transforma a ampliação da reprodução em uma condição de existência para os capitalistas. Forçados pela concorrência, os capitalistas precisam oferecer mercadorias por preços mais baixos para que possam vender e garantir sua presença na luta por um lugar no mercado. Assim, todos os métodos permanentes de redução dos custos

de produção de mercadorias, os quais não visam reduzir os salários ou ampliar a jornada de trabalho para obter um excedente de valor, conduzem os capitalistas a ampliar a produção. Mesmo em casos de redução de custos por meio de instalações, emprego de meio de produção mais eficaz, da substituição do trabalho humano por máquinas, ou ainda do proveito da aquisição de matéria prima mais barata devido a conjunturas favoráveis, as empresas com maior capacidade de produção levam vantagens sobre as empresas menores.

Para o capital, a ampliação da reprodução se expressa pelo acréscimo de parte do mais valor apropriado, ou seja, ela acumula. A reprodução ampliada não é uma necessidade típica do capital, ela sempre esteve presente em outras formas de sociedade marcadas pelo progresso econômico, técnico, artístico e científico. As artes gregas, o sistema de comunicação Inca, as estradas militares romanas, a muralha da China, as pirâmides do Egito seriam impossíveis sem a reprodução ampliada. No entanto, na sociedade capitalista ela adquire algumas características novas. Em primeiro lugar, ela constitui os fenômenos periódicos das crises após a superexpansão, também periódica, da reprodução ampliada. Em grosso modo, o movimento geral da reprodução caminha para uma ampliação incessante, e, a impossibilidade de acompanhar o ritmo desse movimento geral, significa para esses capitalistas, seu afastamento da competição, ou seja, sua morte econômica (LUXEMBURGO, 2014).

Ou seja, a exploração da classe trabalhadora e a ampliação do espólio, através do mais valor, não é uma questão moral, de caráter, “responsabilidade social”, de ter ou não ter benevolência pelo próximo. Pelo contrário, no sistema regido pela lógica do capital, a exploração da classe trabalhadora é uma questão de vida ou morte econômica para os capitalistas.

Falamos anteriormente que os dados sobre acúmulo e escassez de riqueza são insuficientes para demonstrar as tensões do capitalismo na contemporaneidade, pois a crise desse sistema não se demonstra apenas na relação entre pobreza e concentração de renda. As contradições se expressam de diversas formas: nas várias guerras ao redor do mundo, na destruição da natureza, na pandemia do desemprego e da precarização do trabalho, na intensificação da taxa de exploração e até nas restrições à democracia. Em resumo, a crise do sistema envolve todas as esferas das relações sociais.

Sendo assim, a necessidade vital do capital em buscar constantemente sua ampliação colide frontalmente com as necessidades humanas de sobrevivência. Decorre dessa contradição os efeitos colaterais, como a ampliação da miséria, a concentração de renda, a precarização do trabalho, a insegurança alimentar, etc.

A medida que o capital revoluciona seu modo de produção, instituindo técnicas e tecnologias mais avançadas, os efeitos colaterais que se expressam na humanidade crescem na mesma proporção. Pensa-se, deste modo, que a ampliação das contradições sociais entre a forma capitalista de produção e as necessidades humanas de sobrevivência não é fruto do desenvolvimento de novas tecnologias ou do avanço da técnica em si, mas é exclusivamente da lógica de produção e ampliação do capital na sociedade moderna.

Tais constatações, se realizadas de forma superficial e excluindo seus elementos históricos, podem nos levar a crer que as realizações humanas, a tecnologia e a produção, por si só, conduzem a humanidade à destruição, à barbárie, à guerra, à fome. Em breves palavras: à constatação de Thomas Hobbes (2009) de que o homem é mau por natureza, e por isso, vivemos em constante estado de guerra, de todos contra todos.

Contrariando esta análise, não entendemos que a “natureza humana é perversa” e que suas ações e esforços são destrutivas por essência, mas que os problemas da modernidade, tais como a guerra, a fome, o desemprego, entre outros, são causados, também, pela contradição entre o trabalho e o modo de se produzir. Por isso é necessário desmistificar outro elemento de confusão: o significado do trabalho para a humanidade.

### **2.3 O trabalho no capitalismo**

A ótica mais imediata que temos sobre o trabalho, ou o que Kosik (1976) definiu como pseudoconcreticidade<sup>15</sup>, é que o trabalho exige do trabalhador a desistência da sua tranquilidade, liberdade, tempo livre, felicidade e até mesmo da sua saúde. E todo esse esforço seria compensado com um salário e o “enobrecimento do homem” que o realiza.

---

<sup>15</sup> Para Kosik (1976, p. 11) a pseudoconcreticidade “[...] é um complexo de fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidencia, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural.”



Fazendo uma consulta rápida a um dicionário etimológico sobre a origem da palavra trabalho, encontramos que ela deriva da palavra “trabalhar”, que vem do latim “tripalium” (CUNHA, 2010, p. 642). O tripalium é um instrumento de tortura, constituído de três estacas, onde se prendia a pessoa que se queria torturar. Tal instrumento era muito comum na Europa no período clássico e medieval. Nesse sentido, pode-se concluir que trabalhar era sinônimo de ser torturado. Aparentemente, faz ainda mais sentido se lembrarmos que, na Grécia antiga, o trabalho penoso, “torturante”, era realizado em sua maioria por escravos (ARISTÓTELES, 2004)<sup>16</sup>.

Aos homens livres: trabalhos livres, ou como definiu Platão (1972), na Grécia Clássica: “poesia”. Platão (1972, p. 43) afirmava que qualquer coisa que “passasse do não-ser ao ser”, se tornava “poesia”. Para Platão, as confecções de todas as artes são “poesias”, e todos os seus artesãos, poetas. Em outras palavras: seriam as criações, obras, ou construções de Homens livres. O fato é que o tempo dos Homens livres gregos era ocupado com política, filosofia, artes e toda sorte de trabalho que tais cidadãos quisessem realizar.

No entanto, se partirmos da antiguidade para analisar o que significa o trabalho para a humanidade, expressaremos uma análise parcial e limitada da história. Desse modo, estaríamos demonstrando apenas que não conhecemos o desenvolvimento histórico da humanidade e sua relação com o trabalho, pois, o trabalho humano não começou na Grécia antiga, vem de muito antes. O labor é uma condição da vida humana (ENGELS, 2004).

Engels rompia com essa pseudoconcreticidade, polemizando com economistas que tinham uma compreensão histórica limitada da relação humana com o trabalho:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004, p. 13)

---

<sup>16</sup> Segundo Aristóteles (2004, p. 151 ) “ A natureza distinguiu os corpos do escravo e do senhor, fazendo o primeiro forte para o trabalho servil e o segundo esguio e, se bem que inútil para o trabalho físico, útil para a vida política e para as artes, tanto na guerra quanto na paz. [...], tudo indica que as classes inferiores devem ser escravas das superiores. [...]. É evidente, portanto, que alguns homens são livres por natureza, enquanto outros são escravos, e que para estes últimos a escravidão é conveniente e justa.

Ao afirmar que o trabalho faz parte da condição humana, Engels (2004) também demonstra que o labor teve importância fundamental no processo evolutivo e que certas características do gênero natural *homo* só existem devido a relação do gênero humanoíde com o trabalho, incluindo uma parte da estrutura corpórea e a relação social entre os humanos, tanto para convívio social quanto para o trabalho:

Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. (ENGELS, 2004, p. 18.)

Ao constatar que 1) o trabalho não é, em sua essência, um “instrumento de tortura”, motivo de penúria, mas uma condição elementar da existência humana, e; 2) que o trabalho é um fenômeno de sociabilidade humana, Marx (2011) nos mostra que os limites teóricos dos economistas clássicos sobre o trabalho ocorrem por dois motivos: primeiro, pelo abandono do seu caráter social e; segundo, pela alteração do significado social do trabalho como uma atividade humana domadora da natureza e a transformação desta atividade em um exercício para “humanos adestrados”.

Marx demonstra que a interpretação do trabalho como uma atividade penosa, alheio à felicidade e a liberdade humana, e de certa forma uma “maldição” é o entendimento da economia clássica, em especial de Adam Smith:

‘Tu trabalharás com o suor de teu rosto!’, foi a maldição que Jeová lançou a Adão [225]’. E assim, como maldição, A. Smith concebe o trabalho. O ‘repouso’ aparece como o estado adequado, sinônimo de ‘liberdade’ e ‘felicidade’. (MARX, 2011, p. 509)

Embora Marx (2011) concorde com Smith que sob determinado ponto de vista e em condições históricas específicas o trabalho escravo, servil e assalariado aparecem como uma atividade repulsiva e isenta de liberdade e felicidade, o autor alerta que “A. Smith parece muito longe de imaginar que o indivíduo ‘em seu estado normal de saúde, força, atividade, habilidade, agilidade’ também tem a necessidade de uma porção normal de trabalho e de suspensão

---

\* Nota conservada do original, onde pode-se ler: [225] Ver a Bíblia, O Velho Testamento, livro 1 de Moisés (Gênesis) 3, 19.

do repouso.” (MARX, 2011, p. 509). O limite de Smith, na interpretação de Marx (2011, p 509), reside no fato do economista clássico ter “em mente apenas os escravos do capital.” e alerta que “O próprio trabalhador semiartístico da Idade Média [...] não se enquadra em sua definição.” (MARX, 2011, p. 509-510).

Mas para que o trabalho, na produção material, se apresente de forma “efetivamente livre”, Marx (2011) afirma que dois elementos devem ser observados:

1) se seu caráter social é posto, 2) se é simultaneamente trabalho de caráter científico e geral, e não esforço do ser humano como força natural adestrada de maneira determinada, mas como sujeito que aparece no processo de produção não só em forma simplesmente natural, emergindo diretamente da natureza [*naturwüchsig*], mas como atividade que regula todas as forças da natureza. (MARX, 2011, p. 509)

Além de não se realizar de forma livre sobre a sociedade capitalista, o trabalho se apresenta como um objeto de exploração. Sua forma de extrair mais valor, por meio do salário, pagamento por produção, ou outra forma de remuneração, transforma a atividade laboral em um meio para a realização da mercadoria.

A subordinação da força de trabalho a um sistema de exploração ocorre em diversos setores e de várias formas: no processo da produção, de circulação e até mesmo nas atividades laborais que não estão aparentemente vinculadas ao capital, como, por exemplo, as atividades desempenhadas pelo Estado, tais como educação<sup>17</sup> e até mesmo a assistência social<sup>18</sup>, e as políticas sociais<sup>19</sup>. Dessa forma o trabalho perde o significado de atividade criadora/transformadora a serviço das necessidades humanas e sociais de consumo, sociabilidade, descobertas, invenções, ou mesmo de atividades de lazer.

Ao secundarizar o trabalho em detrimento do processo de acumulação de capital, o esforço humano se transforma em objeto para produzir mercadorias de bens ou serviços com valor de uso:

Todo o trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho humana em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nesta

<sup>17</sup> Para mais detalhes ver: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>18</sup> Para mais detalhes ver: BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

<sup>19</sup> Para mais detalhes ver: BEHRING, E. **Política social no capitalismo tardio**. 6. ed. -. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, p. 124, 2013).

Sendo assim, o valor de uso só pode ser realizado com a sua utilização ou consumo, que por sua vez um bem só possui valor porque há em sua composição algum grau de trabalho humano contido no objeto (MARX, 2013). E a grandeza deste valor se dá pela quantidade de trabalho socialmente necessário, ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso (MARX, 2013). Ao considerar que a produção capitalista é orientada para a ampliação em escala cada vez maior de capitais, se as condições para extração de mais valor for mais favorável produzindo materiais bélicos do que produzindo alimentos ou medicamentos, o imperativo do capital priorizará por colocar em movimento a produção bélica, mesmo que cause danos e destruição à humanidade. Sendo assim, o trabalho humano, sob o controle do capital, prioriza a destruição da própria humanidade e relega as necessidades de consumo, realização e satisfação humana a um plano secundário.

O que racionaliza as ações do capitalismo é a de ampliar o montante de capital não pago. O desemprego e a crescente precarização do trabalho em todo o mundo também é uma demonstração da irracionalidade do sistema capitalista. Até mesmo a OIT (2016) tem demonstrado preocupação com a qualidade do emprego no mundo e colocou como uma das metas para o ano de 2030 a criação de “empregos decentes<sup>20</sup>”. Deve-se ressaltar que a mera criação de “empregos decentes” não soluciona os problemas do trabalho sob o modo de produção capitalista. Mesmo com a criação de dessa modalidade de emprego a lógica do trabalho continuaria sendo submetida à lógica do lucro. E ainda assim, mantém intacta a divisão social do trabalho. Essa modalidade de trabalho defendida pela OIT, por não se contrapor à lógica de produção capitalista, não resolve os problemas graves que ainda ocorrem em pleno século XXI. Tais como: os adoecimentos causados por trabalhos intensos, lesões por esforço ou repetição de movimentos; depressão, solidão no local de trabalho, afastamento da família, amigos e etc; assédios, acidentes de trabalho com consequências mortais, ou

---

<sup>20</sup> Segundo a OIT (2015, p. 27) o trabalho decente é “o ponto de convergência de quatro objetivos estratégicos: a promoção dos direitos no trabalho, a geração de empregos produtivos e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.”

que causam mutilações, fraturas, ferimentos e outros impactos físicos, mentais e/ou sociais;

A divisão social do trabalho<sup>21</sup>, somada ao intercâmbio de mercadorias baseado no dinheiro<sup>22</sup>, é transposta ao processo de compra e venda de força de trabalho. Assim, esses elementos geram trocas desiguais, possibilitando a acumulação de capital.

No movimento de acumulação capitalista, opera-se uma mudança na composição técnica e de valor do próprio capital. Reduz o emprego de trabalhadores na mesma proporção em que se amplia o emprego de meios de produção mais eficientes. Com isso, para se produzir uma mesma quantidade de mercadoria, são necessários cada vez menos trabalhadores. Isso significa que a mesma quantidade de trabalhadores, com a nova técnica empregada, produz, relativamente, a mesma quantidade de produtos em menos tempo, ou seja, reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 2013)

Com isso, caso se mantenha inalterada a jornada de trabalho e o valor dos salários, cresce na mesma proporção o excedente de trabalho não pago, o mais valor. E mantendo a quantidade de produtos com a mesma jornada de trabalho, diminui o emprego de trabalhadores. Ao diminuir a quantidade de trabalhador, também diminui os gastos do capital para exploração da mão de obra, por meio dos salários (capital variável) permitindo uma ampliação das taxas de lucratividade (MARX, 2013).

A concentração e centralização de capitais, impulsionados pelos créditos e impelido pela concorrência, ampliam a escala de produção. Somado a necessidade forçosa do capital em ampliar sua margem de lucro, encontra na diminuição da mão de obra a saída para a satisfação dessa necessidade. Com isso, a diminuição do capital variável é inversamente proporcional ao crescimento da classe trabalhadora e mais veloz que os meios de seu emprego no processo de produção capitalista. Cria-se dessa forma uma massa de

---

<sup>21</sup> Entende-se por divisão social do trabalho a separação entre os detentores dos meios de produção e aqueles que só dispõem da sua força de trabalho e tempo livre para vender aos possuidores dos meios de produção.

<sup>22</sup> Tomamos o dinheiro, ou moeda, como uma forma de equivalência de valores, ou seja, é apenas um parâmetro comum para realizar a troca de mercadorias.

desempregados, ou seja, trabalhadores relativamente supérfluos<sup>23</sup> que auxiliam nas necessidades mediatas do capital<sup>24</sup> (MARX, 2013).

Por outro lado, essa diminuição relativa de seu componente variável, acelerada pelo crescimento do capital total, e numa proporção maior que o próprio crescimento deste último, aparece, inversamente como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela. A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2013, p. 705)

Esta dinâmica fornece às necessidades de reprodução material humano sempre disponível para ser explorado. Com a acumulação e a força do capital em se expandir e a necessidade de reprodução cada vez maior e imperativamente mais rápida, esse crescimento exponencial da força de trabalho possibilita serviços suplementares para que o capital se reproduza e para a realização da mercadoria cada vez mais rápida. Sendo assim, a superpopulação relativa se apresenta de três formas: flutuante, latente e estagnada (MARX, 2013).

É comum, dependendo da conjuntura, que ocorra ondas de demissões ou de contratações de força de trabalho, de modo que, a quantidade de trabalhadores em atividade laboral aumenta, ainda que em proporções menores em relação à escala de produção. A população que se encontra nessa dinâmica de demissão e admissão assume a forma de superpopulação flutuante. Em grande parte dos locais de trabalho requer-se trabalhadores homens e jovens. Pessoas de idade mediana, idosos e também as mulheres muitas vezes são

<sup>23</sup> “Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas por seu componente variável, ela decresce progressivamente com o crescimento do capital total, em vez de, como pressupomos anteriormente, crescer na mesma proporção dele. Essa demanda diminui em relação à grandeza do capital total e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. [...] A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção da sua energia e do seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.” (MARX, 2013, p. 704-705).

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que no entendimento de Marx (2013, p. 704) a superpopulação relativa surge de um fenômeno particular da reprodução capitalista. A força de trabalho disponível para desempenhar suas atividades sob controle dos capitais cresce em proporções menores do que o crescimento dos meios de produção capitalista. Isso ocorre “porque tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1:1, para 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de 1/2 de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8 etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção.

repelidos do trabalho devido à sua condição biológica. Contraditoriamente, enquanto há uma quantidade enorme de trabalhadores sem emprego, algumas empresas reclamam que falta mão de obra. Essa contradição só é compreendida se considerarmos que ocorrem, em parte significativa dos empregos, divisões sexuais, étnicas, raciais, etárias dos labores, entre outros tipos de divisões. Além disso, em determinados tipos de atividade, o consumo da mão de obra pelo capital é tão rápido que na maioria das vezes o trabalhador adulto, em idade mediana, já está “destruído” para exercer a função que ele desempenhou por anos. É exatamente este tipo de trabalhador que possui uma expectativa de vida mais curta e adoecimentos com mais frequência, por exemplo, os trabalhadores mineiros, carvoeiros, agricultores, agroindustriais, entre outros.

Ruschel e Mirales (2018, p. 130), após um estudo sobre a agroindústria de frango afirmam: “As condições de trabalho nos frigoríficos são inconciliáveis com a saúde do trabalhador”. Pois, exige-se deles um ritmo rápido na produção e uma sobrecarga muscular. Além disso é relatado que os trabalhadores são submetidos a contatos constantes com fezes, sangue, ambiente fechado e frio intenso, e em outros casos calor excessivo.

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou de acordo com o grau em que tenha se apossado dela, a demanda da população rural diminui na mesma proporção em que se amplia o capital em funcionamento no campo. Uma parte do trabalhador rural, devido a essa dinâmica, é expelido da zona agrícola e forçado a se transferir para os centros urbanos ou aos locais de manufatura. Essa fonte de superpopulação flui constantemente para as cidades, e este trânsito contínuo pressupõe a existência de uma superpopulação latente (MARX, 2013).

O trabalhador rural é, por isso, reduzido a um pagamento mínimo nos centros urbanos. O ex-agricultor está sempre exposto ao pauperismo, às favelas, a mendicância. Assim, o antigo trabalhador do campo se transforma em um trabalhador sem nenhuma terra para produzir.

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte dos trabalhadores com ocupação totalmente incerta. Desse modo esse trabalhador proporciona ao capital um depósito colossal de força de trabalho disponível. Sua condição de vida está abaixo do nível médio da classe trabalhadora (MARX, 2013).

Esses trabalhadores com emprego irregular, descontínuo, ou seja, intermitente, tem como característica o máximo de trabalho e o mínimo de salário.

À medida que cresce essa massa de trabalhadores supérfluos, também cresce a oferta de mão de obra, reduzindo, assim, o valor médio dos salários. Com isso, à medida que cresce o desemprego, se achatam os salários. Esse movimento do capital reproduz o pauperismo, a diminuição da renda média dos trabalhadores e a crescente concentração de renda dos burgueses (MARX, 2013). Quando observamos esta relação de exploração capitalista no cenário internacional, podemos encontrar novos elementos que respondem tanto à sua expansão quanto a possibilidade de ampliar a exploração da classe trabalhadora, tanto nos países centrais, com a ampliação do mais valor relativo, quanto nos países periféricos com uma superexploração do trabalho<sup>25</sup>.

Essas contradições crescem na mesma proporção em que crescem as empresas capitalistas e geram consequências extremamente destruidoras para a humanidade. Após a primeira grande crise do capitalismo, entre 1873 a 1896, a concentração de capital entra em uma nova fase do seu desenvolvimento, uma fase de desenvolvimento destrutivo, que desemboca em guerras mundiais, ou seja, na fase imperialista.

#### **2.4 O Desenvolvimento Imperialista do Capitalismo e a Luta de Classes no Cenário Internacional.**

As duas primeiras grandes depressões do capitalismo<sup>26</sup> tiveram causas e consequências distintas, embora apresentassem grandes semelhanças. A primeira grande depressão, de 1873 a 1896, se diferenciou das menores pelo seu caráter geral e sua dimensão mundializada. Ela não foi “apenas” setorializada e nacional. Essa crise se iniciou com a “quebra” da bolsa de Viena e ao atingir a Inglaterra ganhou contornos mundiais, devido à centralidade da economia inglesa naquele período. As causas e as consequências mais imediatas da crise

---

<sup>25</sup> Segundo Marini (2005) as burguesias de países capitalistas periféricos, como os da América Latina, ao competirem em condições inferiores de produção no mercado internacional, devido o menor grau de desenvolvimento das forças produtivas e pela chegada tardia ao mercado internacional, buscam compensar a perda de mais valor no plano da produção interna. Dessa forma, amplia-se o mais valor ampliando a intensidade do trabalho e a jornada de trabalho ao invés de ampliar a sua capacidade produtiva, e compensam a perda de mais valor para os países centrais com pagamento de salários abaixo do necessário para satisfazer as necessidades de reprodução da classe trabalhadora.

<sup>26</sup> A primeira de 1873 a 1896 e a segunda de 1929 a 1939.



variavam de acordo com o país analisado, por exemplo, na Áustria e nos EUA, bancos declararam falência. Na Alemanha, além da quebra dos bancos, também houve aumento nos custos das indústrias e queda drástica da sua rentabilidade. Em diversos países houve superprodução de mercadorias e a redução dos preços das vendas no atacado. Nos Estados Unidos, a queda desses preços foi de cerca de 45%; os salários e a taxa de lucro também caíram em praticamente todo o mundo; o desemprego crescia; na Inglaterra, no ano de 1879 houveram 13.130 empresas que decretaram falência (COGIOLLA, 2009, p. 71).

A “saída” dessa primeira grande crise também merece destaque, pois se deu com a expansão do capitalismo em uma nova fase: a fase imperialista<sup>27</sup>. Impulsionada pela concentração de capitais, pelo controle de mercados e pela Conferência de Berlim de 1884, que partilhou o continente africano entre os países imperialistas da Europa, os conflitos interimperialistas tomariam maiores proporções na primeira guerra mundial.

A expansão imperialista e as duas guerras mundiais deveram-se à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e os limites dos Estados nacionais (COGIOLLA, 2009, p. 129). Se a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, ainda trazia consigo elementos da depressão capitalista e da “solução” por vias imperialistas para contornar tal crise, o *crash* de 1929 era herança do embate deflagrado em 1914. Antes da primeira grande guerra a economia estadunidense se encontrava em pleno desenvolvimento. Sua indústria produzia e exportava em grande quantidade, especialmente para a Europa. Após a guerra, os EUA continuaram destinando grandes quantidades de produtos e empréstimos financeiros ao velho continente. A Europa, por sua vez, estava voltada à reconstrução das indústrias e cidades, por isso precisava manter as importações, principalmente dos Estados Unidos.

A euforia na Bolsa de Nova York teria derivado de um crescimento econômico vigoroso da produção dos Estados Unidos e de países fora da Europa, de uma elevada taxa de lucro, alta concentração da renda e de um baixo nível de desemprego. A “crise anunciada” dos norte-americanos se expressava

---

<sup>27</sup> Segundo Lênin (1979): O imperialismo é uma determinada fase histórica do capitalismo. Esta fase se caracteriza pelo domínio econômico do capital financeiro – que é a fusão do capital bancário com o industrial -, pela substituição do capitalismo baseado na livre concorrência pelos grandes monopólios internacionais e pela partilha do mundo entre as potências imperialistas.

por empréstimos concedidos pelos bancos a juros de 12%, para compra de ações na Bolsa, sendo que parte dos créditos tomados junto aos bancos recebiam como garantia esses títulos comprados na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Por sua vez, os bancos que emprestavam dinheiro para compra de papéis na bolsa de Nova Iorque recebiam empréstimos do *Federal Reserve*, a taxa de 5% (TROTSKI, 2008).

Nessa ciranda financeira, todos lucravam. A euforia que contagiava os especuladores da década de 1920 fazia com que se alastrasse e ampliasse as especulações na bolsa de valores estadunidense. O problema emergiu quando a Europa, reconstruída, diminuiu drasticamente a importação de produtos industrializados e agrícolas dos Estados Unidos (COGIOLLA, 2009, p. 150). Isso gerou aumento nos estoques por conta da superprodução, queda nas vendas, redução dos salários e desemprego. A reconstrução do velho continente foi a base de sustentação do crescimento econômico pós guerra, causando graves problemas no ciclo de produção nos EUA. Somou-se a essa crise o fato da mecanização ter se alastrado na produção estadunidense, sobretudo na agricultura.

No dia do “crash”, a bolsa de valores caiu 50% em sua cotação, 16,4 milhões de ações foram postas à venda, e, com a oferta muito superior à demanda, a desvalorização desses títulos chegou a 80% de seu valor inicial. Como consequência, a crise desencadeou uma série de falências, e perdas de patrimônio de pequenos, médios e grandes investidores (COGIOLLA, 2009, p. 154-155). Além disso, houve redução de 80% na produção de automóveis; entre 1930 e 1933, faliram 106.769 empresas (fora os bancos); o desemprego chegou a 25,2%; a renda nacional caiu de 87,4 bilhões em 1929 para 41,7 bilhões, e a massa salarial de 50 para 30 bilhões de Dólares (COGIOLLA, 2009). No Mundo, o desemprego de 10 milhões em 1929 atingiu a cifra de 30 milhões de pessoas, numa época em que os sistemas de seguridade social eram praticamente inexistentes. O comércio mundial desabou, reduzindo a um terço de seu valor entre 1929 e 1933. A produção industrial caiu em 50% em vários países; as falências bancárias na Europa central não foram comuns, mas a atividade bancária sofreu um grande declínio. Como elucida Trotski (2008, p.273-274):

[...]. No país mais rico do mundo, a renda total dos trabalhadores da indústria e da agricultura foi literalmente amputada pela metade entre 1929 e 1932. De dois milhões, o número de desempregados elevou-se

a 18 ou 20 milhões. A produção de aço foi reduzida a menos de 20% da sua capacidade. As exportações, que ultrapassavam os cinco bilhões de dólares, mal chegavam a 1,5 bilhão; as importações passaram de quatro bilhões e meio para cerca de um bilhão. Depois de 4.600 falências bancárias em três anos, todos os bancos do país fecharam seus guichês em março de 1933 no apogeu da crise financeira.

Por outro lado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) aparecia como uma alternativa contra a devastação causada pela crise do capitalismo. O Estado fundado na revolução dos trabalhadores, em 1917, foi o único país que não amargou a crise mundial. Também chegou a registrar, na década de 1930, um crescimento anual de 20% (HOBSBAUWM, 1995). O crescimento vigoroso da URSS era incomparável, enquanto em 1936 as principais potências imperialistas comemoravam seu tímido crescimento econômico, a URSS presenciava um crescimento, no mínimo, colossal. Por exemplo, a produção industrial na Alemanha, graças ao ritmo de preparação para guerra, estava, em 1936, retornando aos níveis de crescimento econômico de 1929. Na Grã-Bretanha, devido ao forte protecionismo, subiu entre 3 e 4% entre 1929 e 1936. Por outro lado, a produção industrial nos Estados Unidos havia diminuído aproximadamente 25%. Na França, o decréscimo foi de 30%. No entanto, o primeiro lugar entre os países capitalistas era ocupado pelo Japão, o qual estava “em frenesi de armamento e de pilhagens” (TROTSKI, p. 9, 1980). A produção japonesa subiu aproximadamente 40%. Mas até esse índice excepcional se tornava minúsculo ao lado dos índices da União Soviética. A produção industrial socializada cresceu, nesse mesmo período de 1929 a 1936, cerca de 250%. A indústria pesada havia aumentado sua produção, entre os anos de 1925 a 1935, em mais de dez vezes. No primeiro ano do primeiro plano quinquenal, entre 1928 a 1929, o montante de capital investido foi de 5,4 bilhões de rublos para cerca de 32 bilhões em 1936, um crescimento estimado de 592%. (TROTSKI, 1980).

Nos anos em que a economia capitalista entrou em depressão, a economia da URSS se encontrava em plena expansão. Entre 1929 a 1940, a produção industrial soviética mais que triplicou, subindo de 5% dos produtos manufaturados no mundo para 18%. No mesmo período Inglaterra, França e EUA viram sua fatia cair de 59% para 52% (HOBSBAWN, 1995).

O sucesso econômico soviético se dava graças a três elementos: 1) ao monopólio do comércio exterior por parte do Estado, que confrontava os interesses imperialistas; 2) pela planificação econômica, que se opunha à ideia dominante dos países capitalista de livre mercado e; 3) pelo fim da propriedade privada dos meios de produção. Assim, a produção deixou de ser um meio para a obtenção de mais valor, objetivo último do capital, e passou a ser organizada para atender as necessidades de consumo da população.

Contudo é importante destacar que estes elementos podem esconder algumas contradições internas históricas da URSS. A Rússia entrou na via da revolução dos trabalhadores sem que a sua economia fosse avançada suficientemente para a transformação socialista, mas porque ela não podia mais se desenvolver em bases capitalistas. Essa impossibilidade derivava da internacionalização do capital, que não dava chances de competição no mercado para economias incipientes (TROTSKI, 2007). Dessa forma, a Rússia entrou na revolução socialista como o elo mais fraco da cadeia capitalista. Nesse sentido, uma das tarefas pós-revolução era a de alcançar e ultrapassar os problemas de produção e da técnica que o capitalismo avançado já havia resolvido.

Este elemento histórico somado à derrota da Revolução Alemã de 1918 a 1923<sup>28</sup>, tornou a Revolução Russa isolada por vários anos. Devido a isso, a direção estatal, ainda sob a coordenação de Lênin, foi obrigada a abrir concessões ao capitalismo mundial, tais como a assinatura do Acordo de Brest-

---

<sup>28</sup> A Revolução Alemã de 1918-1923 foi uma revolução socialista derrotada que marcou o final da Primeira Guerra Mundial. A primeira fase da Revolução Alemã (de 1918 a 1919) aboliu a monarquia no Império Alemão e instituiu uma república parlamentar. Ela teve início com a deserção de soldados do exército alemão, que lutavam na guerra, e com a rebelião de operários em diversas cidades alemãs. Soldados e operários se uniram e criaram conselhos populares em diversas cidades alemãs. A revolução de 1918 a 1923 foi influenciada pela Revolução Russa de 1917 e por seu ideário internacionalista. A crise econômica, causada pela guerra também foi um elemento de grande influência na revolução. Com a Revolução, os trabalhadores triunfaram na região da Baviera, no sul da Alemanha, onde fundaram uma república socialista e tentaram expandir o movimento. Outras ações para expandir a revolução na Alemanha, fracassaram em 1919, em razão da capitulação da direção do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), sobretudo do seu principal dirigente, Friedrich Ebert. Sob o argumento que uma revolução iria desencadear uma guerra civil. A intenção do SPD e dos partidos burgueses, era de fazer um acordo com as antigas elites imperiais e incorporá-las ao novo Estado do tipo parlamentar. Consequente com essa política capituladora a direção do SPD se aliou ao alto comando do Exército Alemão (que ainda em 2018 havia tentado esmagar a revolução russa, mesmo depois dos revolucionários russos terem assinado o acordo humilhante de Brest-Litovski) para esmagar a revolta popular dirigida pelo partido Spartakista. Essa aliança entre a social democracia e o exército culminou com o assassinato de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht. A ação de reprimir a revolução e de assassinar os dois líderes Espartaquistas, também contaram com o apoio dos Freikorps – grupo paramilitar que contribuiu e formou diversos quadros políticos nazistas.

Para mais detalhes ver: LOUREIRO, I. **A revolução alemã [1918-1923]**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Litovski<sup>29</sup> e a Nova Política Econômica, conhecida como NEP<sup>30</sup>. As dificuldades encontradas pela Revolução Russa, sobretudo em seus primeiros anos, geraram contradições dentro da pátria soviética. Essas contradições estimularam o aparecimento de uma burocracia estatal que pouco a pouco foi abandonando os interesses da revolução vitoriosa de outubro de 1917 e aumentando a preocupação em manter seus privilégios.

No Entanto, como afirmou Trotski (1980, p. 10):

Os imensos resultados obtidos pela indústria, o início cheio de promessas de um surto da agricultura, o extraordinário crescimento das velhas cidades industriais, a criação de novas, o rápido aumento do número de operários, a elevação do nível cultural e das necessidades [de cultura], são os resultados incontestáveis da revolução de Outubro, na qual os profetas do Velho Mundo pretendem ver na sepultura da humanidade. Já não há necessidade de discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou o seu direito à vitória, não só nas páginas de 'O capital', mas em uma arena a cobrir a sexta parte da economia do globo; não na linguagem dialética, mas na do ferro, do cimento, e da eletricidade. Mesmo que a URSS sucumbisse sob os golpes do exterior e pelos erros dos seus dirigentes – o que firmemente esperamos que não aconteça – continuaria, como prova para o futuro, o fato indestrutível de que só a revolução proletária permitiu a um país atrasado obter em menos de vinte anos resultados sem precedentes na história.

Enquanto isso, nos países de economia capitalista, o comércio exterior, transcorrido de três a quatro anos do *crash* da bolsa de Nova Iorque, continuava dando demonstrações da crise. Em 1933, os índices econômicos permaneciam abaixo da metade do nível de 1929. A dívida do governo estadunidense estava em 31 bilhões de dólares. Isso significa que havia crescido 50% em três anos. Nos EUA, em 1932, as reservas de ouro<sup>31</sup> havia se estabelecido em 4 bilhões de dólares, em 1936, as reservas eram de 10 bilhões de dólares.

Esta discrepância entre as reservas de ouro e a dívida do Estado era um entrave para a estabilização da moeda e a retomada do comércio exterior. Além disso, era uma ameaça de inflação galopante. E por fim, a luta pelos mercados,

---

<sup>29</sup> O Acordo de Brest-Litovski foi um "acordo de paz" assinado entre a URSS e a Bulgária e os impérios Alemão, Otomano e Austro-Úngaro, em março de 1918, retirando a Rússia da primeira guerra mundial. Neste acordo, defendido por Lênin, a Rússia abriu mão do controle da Finlândia, dos países Bálticos, da Bielorrússia, da Ucrânia e da Polónia. Estas regiões possuíam um terço da população russa, 50% da indústria e 90% das minas de carvão da antiga região. (SERGE, 2007)

<sup>30</sup> A NEP foi uma política econômica do governo soviético em 1921 que concedia ao capitalismo direitos de explorar, em território soviético, a economia da região mediante acordos de concessão e com participação na divisão dos lucros e mercadorias com o governo soviético. Esta medida era destinada a desenvolver a economia devastada pela guerra e colocar o estado soviético em melhores condições de disputa pela hegemonia do mundo. Para mais detalhes: BROUÉ, Pierre. **El partido bolchevique**. São Paulo: Sundermann, [2005?].

<sup>31</sup> Antes do acordo de Bretton Woods (1944), o ouro era a moeda padrão para o comércio internacional da época, ao contrário de hoje em que os preços são referenciados em dólares no cenário mundial.

particularmente na América Latina e na Ásia, contra a Grã-Bretanha e o Japão, intensificava. Assim, a crise iniciada em 1929 era conduzida a aumentar o emprego da força contra os trabalhadores, por um lado. E por outro, aumentar a pressão contra grupos de potências capitalistas. No período mais agudo da depressão econômica iniciado em 1929 observava-se, “um agravamento das leis repressivas e dos atentados às liberdades civis, mesmo que se possa atribuí-los aos estados e municipalidades, deixando ao presidente nacional o privilégio de posar como ‘liberal’ “ (TROTSKI, 2008, p. 275). Ao mesmo tempo, sob o Governo Roosevelt, a ampliação do gasto militar e da indústria naval pressionava grupos imperialistas. Estas despesas serviram para estimular a "retomada do crescimento econômico" e permitiram, ao capitalismo estadunidense, na oportunidade da guerra – que veio a eclodir em 1939 -, disputar em melhores condições com seus concorrentes.

Na Alemanha, o nazismo venceu as eleições e ameaçava perseguir, de todas as formas possíveis, o movimento dos trabalhadores. A ausência de uma Frente Única entre as organizações políticas ligadas à classe laboral, tais como a social democracia alemã e o partido comunista, facilitaram o caminho para a vitória de Hitler. Os nazistas apoiavam-se no desespero das classes médias diante da crise econômica mundial e seu discurso era pautado por xenofobia, racismo, chauvinismo (nacionalismo exacerbado e violento) e demagogia anticapitalista (TROTSKI, 2011).

Contudo, podemos ver neste redesenho do século XX que os gastos militares não são feitos para a guerra, mas o inverso, as guerras e os dispêndios em sua preparação são criados para promover maiores gastos militares. Em breves linhas: Destruir a riqueza material se tornou uma prerrogativa para reproduzir e ampliar o movimento gerador da riqueza do capital, o mais valor.

Se já era absurda e macabra a ideia de produzir com a finalidade de iniciar ou manter uma guerra, é ainda pior a ideia de criar, inventar ou manter uma guerra para reproduzir o processo de produção. Pois “Pela primeira vez da história econômica a guerra deixa de representar um sacrifício para se tornar um estímulo [...]” (CAMPOS, p. 188, 2001).

Após a crise de 1929, a segunda guerra mundial não foi o único episódio em que podemos observar este acontecimento, também podemos citar como exemplo a Guerra da Coreia (de 1950 a 1953), do Vietnã (de 1955 a 1975), do

Golfo (de 1990 a 1991), a Guerra Fria, (de 1945 a 1991), além dos regimes ditatoriais na América Latina, como os que ocorreram no Brasil (de 1964 a 1985), Argentina (de 1966 a 1973), Chile (de 1973 a 1990), Uruguai (de 1973 a 1985).

Neste movimento de reprodução do capital imperialista podemos notar dois elementos crescentes no século XX: o crescimento de gastos bélicos – expresso nas diversas guerras - e a perseguição ao movimento dos trabalhadores – com as ditaduras militares, o nazismo<sup>32</sup> e o fascismo<sup>33</sup>.

## 2.6 O Desenvolvimento Tecnológico de Guerra, Toyotismo e Luta de Classes.

Após a Segunda Guerra Mundial, mesmo as inovações tecnológicas no campo da microeletrônica se deram com origem em pesquisas militares, pois:

A microeletrônica se gestou na resolução de problemas de balística, radares, detecção submarina, trajetória de mísseis e armas atômicas. As máquinas-ferramentas de controle numérico apareceram para ajustar a precisão de peças aeronáuticas. O desenvolvimento da energia nuclear proveio da utilização bélica. As principais mudanças na organização e fornecimento do processo de produção também foram extraídas da esfera militar: o taylorismo, os métodos de pesquisa operacional, a gestão de estoques, a codificação do learning by doing, os programas recentes de incremento da competitividade (Mantech) tiveram o apadrinhamento da economia armamentista. (KATZ; COGGIOLA, 1996, p. 204)

A incorporação da microeletrônica no processo de produção abre uma nova forma de se criar mercadorias no capitalismo. Essa nova forma de produzir mercadorias, que inicialmente era restrito a algumas indústrias, como é o caso da Toyota<sup>34</sup>, se expande e passa a reconfigurar o sistema capitalista em diversos

<sup>32</sup> O fascismo, entre outros elementos, é um movimento chauvinista - ou seja, de nacionalismo violento – caracterizado por perseguir e reprimir e até mesmo assassinar as oposições políticas e principalmente o movimento dos trabalhadores, suas organizações e ações. Para atingir seus objetivos os fascistas se apoiam em milícias organizadas com bandos civis e militares, muitas vezes contam com funcionários públicos, em sua maioria membros das forças armadas, que ilegalmente contribuem para a organização dessas milícias. Para mais detalhes ver: MANDEL, E. **Sobre o Fascismo**. São Paulo: Editora Antídoto, 1974. A obra encontra-se disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1969/fascismo/index.htm>

<sup>33</sup> O nazismo é uma variante do fascismo, possui as mesmas características, se diferencia apenas por perseguir nacionalidades distintas baseado no racismo biológico (ou racismo científico). Para mais detalhes ver: TROTSKI, L. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. São Paulo: Sundermann, 2011.

<sup>34</sup> O toyotismo é compreendido como um novo modo de regulação de produção. um sistema de administração empresarial que se aplica com a intenção de diminuir estoques, produzir de acordo com a demanda, custos com matéria prima e pessoal. Para isso é exigido do trabalhador que opere várias máquinas ao mesmo tempo, ampliando a intensificação do trabalho. Também exige contrato de trabalhos flexíveis para se adaptar à produção flexibilizada, e com isso, quebra os vínculos de classe e dá um salto qualitativo para capturar a subjetividade do trabalhador. O sistema de produção fordista, anterior ao Toyotismo, assim como o taylorismo, se baseava em produção em massa, haviam grandes estoques de

ângulos. A microeletrônica reestruturou a produção e a circulação de mercadorias. Também as formas de resistência e organização da classe trabalhadora, afetando até mesmo as relações entre as classes sociais.

É necessário ficar atento às novas formas de produção, pois o capitalismo sofre mudanças ao longo da história. Em diversos momentos as formas de se produzir sofrem mudanças técnicas e científicas que são capazes de dar saltos na produção e impulsionam mudanças nas indústrias, nas formas de circulação e distribuição de mercadorias e até mesmo nas relações sociais como um todo. Contudo, certas semelhanças são resguardadas e preservam a essência do modo de produção de mercadorias baseado na exploração. Há ainda as semelhanças típicas das relações humanas de produção e que não estão necessariamente relacionadas à exploração, mas ao trabalho.

Essas diferenças e semelhanças aparecem em toda história da humanidade. Podemos ver semelhanças comuns a toda produção, como, por exemplo, a combinação de ferramentas, por mais rudimentares que sejam, com o trabalho humano, a execução de trabalhos de formas coletivas, a utilização das matérias primas encontradas na natureza e a capacidade de transformá-las de acordo com a capacidade técnica de determinado período histórico, entre outras características.

Se de um lado existem semelhanças comuns à produção em sociedade, por outro existem formas específicas que ocorrem apenas em sociedades com determinado grau de desenvolvimento. Se por uma via o trabalho humano aparece em todas as sociedades como meio para produzir os bens necessários para a reprodução humana, por outra o trabalho assalariado aparece apenas nas sociedades capitalistas como uma forma histórica e social de produção (MONTORO, 2016). Contudo, não queremos afirmar que o trabalho assalariado é a única forma de trabalho sob a sociedade capitalista, pois há também o trabalho por comissão, por produtividade, entre outras, mas que apenas sobre o desenvolvimento histórico capitalista o trabalho assalariado aparece como uma forma específica de produção e de reprodução da sociedade.

---

mercadoria e o controle de qualidade era feita ao final da produção. No entanto, no sistema fordista, o ritmo do trabalho era baseado na velocidade das esteiras, ao contrário do sistema taylorista que se baseava no ritmo do próprio trabalhador (ALVES, 2000).



A inserção da eletrônica na produção de mercadorias, no início da década de 1970 nos países centrais do capitalismo, dá início a uma nova forma de se produzir e reproduzir as relações em sociedade. Essas transformações profundas da vida em sociedade reconfiguraram o perfil do capitalismo contemporâneo, mundializado<sup>35</sup>. Esse capitalismo apresenta características inéditas que estão vinculadas às grandes mudanças que ocorreram nas relações de trabalho e chegaram a produzir ideologias que apontavam para “o fim da sociedade do trabalho” e, conseqüentemente, do desaparecimento do proletariado como classe (CASTEL, 1998; OFFE, 1989; GORZ, 1982). Essas mudanças certamente estão ligadas às conseqüências causadas nos circuitos produtivos, pelas novas formas científicas e técnicas de produção em curso desde meados do século XX. Estas mudanças foram potencializadas em seus desdobramentos, pela “revolução informacional”.

A inserção da eletrônica na produção criou condições materiais para uma nova lógica de produção de mercadorias. A inserção da eletrônica qualificou a produção capitalista para inserir novos princípios de administração de produção – como por exemplo o *Just in Time*<sup>36</sup>, a automação<sup>37</sup> -, de gestão da força de trabalho – Kanban<sup>38</sup>, Qualidade Total<sup>39</sup>, Círculos de Controle de Qualidade<sup>40</sup>, e

---

<sup>35</sup> “A expressão ‘mundialização do capital’ é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque de condutas ‘globais.’” (CHESNAIS, 1996, p. 17).

<sup>36</sup> Just in time, ou na hora certa em tradução livre, é um princípio da administração de produção executado principalmente pelo modelo toyotista. Esta forma de administrar a produção procura gerar oferta de mercadorias mais ou menos na mesma proporção da demanda, reduzindo o estoque ao mínimo. Desta forma o capital reduz custos com estoque, matéria prima e mão de obra. Este tipo de produção exige que o trabalho se torne mais flexível, para que assim, o capital acumule valor de forma flexível. “A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” (HARVEY, 2006, p. 140).

<sup>37</sup> “A noção de automação – ou auto-ativação – significa que as máquinas são dotadas de certa capacidade de inteligência, permitindo o controle simultâneo de vários equipamentos por um funcionário. O sistema passa de um operário – uma máquina para um operário – diversas máquinas.” (DAL ROSSO, 2008, p. 66)

<sup>38</sup> “O sistema kanban cria um fluxo de informações que vai na direção do operário, dando lhe informações necessárias para o trabalho, e cria um segundo fluxo de informações que vai na direção da supervisão e do controle do trabalho, pelo qual é possível saber se a produção está andando bem, quais os problemas e onde se localizam os problemas.” (DAL ROSSO, 2008, p. 68).

<sup>39</sup> Qualidade Total é o de controle desempenhado, desde os cargos de direção até o operário, que se destina à supervisão do trabalho entre os próprios funcionários, para assim, reduzir o desperdício de materiais, intensificar o trabalho, reduzir os custos e os defeitos da mercadoria produzida e o cumprimento das metas pré estabelecidas. Para mais detalhes ver: WOLFF, S. **Informatização do trabalho e reificação: Uma análise à luz da qualidade total.** Campinas: Editora Unicamp, 2006.

<sup>40</sup> Os círculos de Controle de Qualidade, ou CCQ's, são células de controle em que se reúnem entre 6 a 10 funcionários de um mesmo setor com os mesmos objetivos da Qualidade Total. Para

também para a captura da subjetividade do trabalhador (ALVES, 2000). Desta forma, impôs uma nova correlação de forças na sociedade ainda mais favorável para o capital. Essa nova lógica de produção e reprodução é conhecida como toyotismo.

Com o toyotismo, o significado de “trabalho em equipe” adquire a forma de competição entre os trabalhadores. Dessa forma, “Em virtude do incentivo à competição entre os operários, cada um tende a se tornar supervisor do outro, ou seja, ‘somos todos chefes’ é o lema do ‘trabalho em equipe’ no toyotismo.” (ALVES, 2000, p. 54).

O processo de construção do toyotismo foi um movimento marcado por intensas lutas de classes, sobretudo no Japão, país onde iniciou esta nova forma de administração de empresas. Naquela ilha, para enfrentar o problema da redução de demanda, a empresa demitiu de uma vez entre 20% e 30% da força empregada (OHNO, 1989, p 15-16, apud DAL ROSSO, 2008, p.64). O sindicato respondeu com a convocação de greve para enfrentar a demissão em massa, a greve foi longa e, graças à ajuda financeira que a Toyota recebeu, a greve foi derrotada. Após derrotar os trabalhadores a empresa dividiu a categoria, criando um sindicato próprio para os trabalhadores da Toyota, separando-os, assim, do sindicato dos metalúrgicos (DAL ROSSO, 2008).

Essa derrota dos trabalhadores japoneses tornou-se uma das pré-condições do desenvolvimento toyotista de produção. Uma novidade surgida desse processo foi a instauração do “sindicato por empresa”. Assim, podemos considerar que o início da condição material para a captura da subjetividade operária ocorreu a partir da fragilização da luta sindical da classe trabalhadora. E ainda temos, nesse processo histórico, a institucionalização e instauração de “um sindicalismo de envolvimento, pró-ativo, [de cariz propositivo, em detrimento ao sindicalismo combativo] que colabora com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias” (ALVES, 2000, p. 61).

Contudo, compreendemos que as mudanças nas relações de trabalho a partir da expansão do modo toyotista de produção de mercadorias<sup>41</sup> são resultados de processos históricos e sociais da acumulação e reprodução do

---

mais detalhes ver: WOLFF, S. **Informatização do trabalho e reificação**: Uma análise à luz da qualidade total. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

<sup>41</sup> Seja essa mercadoria uma produção industrial, ou crédito bancário, seja a comercialização de planos de saúde, de educação, ou qualquer outro serviço.

capital. Sendo assim, as metamorfoses do trabalho acompanham essas mudanças. O que ocorre com a forma toyotista de organização do trabalho é a acentuação das perversidades da acumulação capitalista, enfraquecendo o trabalho em detrimento do capital.

Além do fortalecimento dos sindicatos corporativistas e propositivos, o toyotismo expande o trabalho com direitos reduzidos, acentuando a divisão da classe trabalhadora. Institui-se, com essa reestruturação produtiva, trabalhos flexíveis e expande o trabalho com direitos reduzidos, os trabalhos precarizados. Dessa forma prolifera um extrato precarizado da classe trabalhadora, o desemprego estrutural<sup>42</sup> e, a partir destes pontos, emerge uma nova crise do sindicalismo.

A crise do capital que se manifestou em meados da década de 1970 nos países centrais do capitalismo iniciou uma nova etapa do desenvolvimento moderno. Essa etapa, compreende diversos e novos fenômenos sociais que deram origem ao movimento de retirada de direitos sociais. Os direitos conquistados após o fim da segunda guerra mundial e consolidados no denominado Estado de Bem Estar<sup>43</sup>.

Esta dinâmica de retirada de direitos na Europa, somado ao movimento de extração de mais valor entre as potências capitalistas e os países da periferia intensifica a luta de classes em todo o mundo. Entre 1973 e 1981, temos um novo período marcado por crises, como a crise do petróleo de 1973, de revoluções, como a iraniana<sup>44</sup>, e contrarrevoluções neoliberais, especialmente na Inglaterra com Thatcher e no Chile com Pinochet.

---

<sup>42</sup> Para Mészáros (2011, p. 68, grifo do autor) A tendência da “modernização capitalista” – entendam por reestruturação produtiva toyotista – substituiu uma grande massa de trabalho não qualificados por uma quantidade bem menor de trabalho qualificado. As consequências dessa medida foi um “colapso da ‘modernização’” articulado com um desemprego maciço. As causas do desemprego não tem relação nenhuma com a tecnologia adotada no processo de produção, “mas a cega subordinação *tanto do trabalho como da tecnologia* aos devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e do controle sociais”

<sup>43</sup> Segundo Pereira-Pereira (2011) o Estado de Bem Estar, ou Welfare State, é um moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implantou e geriu sistemas de proteção social.

<sup>44</sup> A revolução iraniana eclode com reivindicações democráticas, tais como: liberdade de expressão, contra a monarquia, por liberdade de organização, melhores condições de vida e etc. Mas o que foi fundamental para impulsionar a revolução foram as mobilizações dos trabalhadores, em especial do setor petrolífero contra a monarquia. Os trabalhadores fizeram greves, importantes ocupações de fábricas que desestabilizaram a monarquia do Xá. Com o alto grau de independência adquirido pelo movimento durante a rebelião –que não se converteu em independência política- os trabalhadores conquistaram apoio de massa e conseguiram influenciar as forças armadas. Os soldados se negam a reprimir as mobilizações e as deserções adquiriram proporções que desestabilizaram o exército iraniano.

Para mais detalhes: COGIOLLA, O. **A revolução iraniana**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008

A crise que atingiu os países centrais do capitalismo culminou com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ampliando o valor do petróleo entre três e quatro vezes o seu valor inicial num período de três meses, causando déficit comercial, principalmente nos setores que dependiam do petróleo para sua produção, tais como os setores de siderurgia, construção naval, automotiva, entre outros (HOBSBAWM, 1995). Com isso, o desemprego volta a crescer e a instabilidade política se amplia nos países capitalistas. Não é por menos que em 1974 ocorre em Portugal a Revolução dos Cravos, que tem como consequência a libertação de várias ex-colônias de Portugal (AUGUSTO, 2011). E em 1979 a Revolução Iraniana triunfa sob a direção do Aiatolá Komeini, um líder político opositor do Estado de Israel, que derruba o regime dirigido pelo Xá Reza Pahlavi, aliado histórico dos Estados Unidos (COGGIOLA, 2008).

Por outro lado, também há contrarrevoluções, sobretudo no Chile, com o golpe de Pinochet, em 11 de Setembro de 1973, sobre o Governo de Unidade Popular do presidente Salvador Allende (CARMONA, 1974) e a retomada do Parlamento do Reino Unido pelo Partido Conservador (1979), liderado por Margareth Thatcher (MORAES, 2013). Esses movimentos de derrota das forças do trabalho iriam colocar na ofensiva as forças do neoconservadorismo<sup>45</sup> neoliberal. A finalidade dessas forças é de ampliar a exploração do trabalho, sua intensificação e enfraquecer os movimentos de resistência dos trabalhadores. Os neoconservadores neoliberais ainda ampliaram a financeirização, a desregulamentação dos contratos de trabalho e das leis econômicas, tais como tarifas alfandegárias, aplicaram impostos regressivos, entre outras medidas de cunho econômico, comercial e trabalhista.

Na década de 1980, essa nova ordem capitalista se expande e ganha forças com a vitória eleitoral de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Amplia-se o desequilíbrio de forças entre as classes sociais, enfraquecendo as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores. A ideologia neoliberal entranha até mesmo nas organizações políticas da classe do labor. É nesse período que a ideia da “Terceira Via” é gestada dentro do Partido Trabalhista da

---

<sup>45</sup> Ficou conhecido como neoconservadorismo o movimento que, nos anos 1960, manifestou sua reação “à contracultura, aos movimentos de defesa de direitos das minorias, fortalecendo-se no contexto da implantação das políticas neoliberais, apresentando-se como programa político (a partir do governo Reagan) sustentado pela defesa do neoliberalismo, do militarismo e dos valores tradicionais familiares e religiosos” (BARROCO, 2015. p. 624).

Inglaterra. Anos mais tarde, em 1997 o partido trabalhista inglês, totalmente adaptado à ideologia neoliberal da Terceira Via, assume o cargo de primeiro ministro com a figura de Tony Blair. Moraes, (2013, p. 23) definiu Tony Blair como “uma espécie de mordomo de luxo” do presidente estadunidense George W. Bush. E com o enfraquecimento dos sindicatos e a ampliação das formas flexíveis de acumulação capitalista, os laços de solidariedade de classe vão sendo quebrados (ALVES, 2000).

A partir da década de 1980, tivemos uma época histórica que reestruturou o capitalismo nos diversos ciclos da vida social. O capital, como sistema social global, reconfigurou um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e sociais nas empresas e na sociedade em geral sob a instrução do toyotismo. Essa nova forma de produzir mercadorias foi capaz de aumentar a produtividade intensificando o trabalho, dividindo a classe trabalhadora, “recapturando” a subjetividade dos trabalhadores e tornou-se o modo predominante de manejar a sociedade capitalista como um todo (ALVES, 2000).

No âmbito do Estado, as derrotas políticas da classe trabalhadora, na década de 1970 e 1980, conduziram à ideologia de liberalização comercial e desregulamentação financeira. Desde então presenciamos um capitalismo que pressiona o aparato estatal por redução de políticas sociais, direitos trabalhistas, e por outro lado, pela ampliação de garantias para o sistema financeiro.

A tecnologia e a técnica da contemporaneidade são capazes de conduzir a humanidade a uma produtividade, até então, nunca vista na história. Mas ao mesmo tempo os sinais destrutivos da humanidade - tais como as guerras, a fome, a destruição da natureza, o desemprego - não apresentam uma perspectiva de se encerrar. Pelo contrário, continuam presente nas mais diversas partes do mundo.

Por exemplo, os trabalhos precários, sejam eles do tipo flexível, terceirizado, enfim, com direitos reduzidos, são elementos que caracterizam as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo. Esse tipo de labor pressiona para o desaparecimento dos empregos com os direitos já conquistados, e força para que se ampliem relações trabalhistas de contratos por tempo determinado, a tempo parcial, subcontratações, bem como formas não assalariadas de inserção no mercado de trabalho, tais como o trabalho autônomo, também chamado popularmente no Brasil de “trabalho por conta

própria”; além do crescimento do trabalho informal e do desemprego (HARVEY, 2006).

Esse novo contexto histórico reconfigura tanto o capitalismo como, também, reconfigura a classe trabalhadora. É neste movimento histórico, influenciado e dominado pelo toyotismo que se expande o proletariado precário, ou simplesmente o precariado<sup>46</sup>.

A precarização é um processo histórico-social de atualização e reestruturação da precariedade do trabalho em tempos de capitalismo neoliberal. Também atinge a maioria das categorias profissionais, independente do sexo, raça, idade, etnia, entre outras características (VALENCIA, 2016), no entanto é importante destacar que existem particularidades que distinguem o grau, o nível e a amplitude da exploração dos trabalhadores. Sob o capitalismo mundializado e financeirizado se manifesta com fenômenos desiguais, desenvolvimento histórico desigual, desenvolvimentos combinados. Tais manifestações refletem em diferenças territoriais, históricas e culturais. Essas diferenças atingem com maior ou menor intensidade as diversas nações, etnias, raças, sexo, além de outras características que merecem e precisam ser diferenciadas para romper com determinadas pseudoconcretidades.

Esses fenômenos também merecem ser pontuados em relação ao movimento do próprio capital, como defende Harvey (2011). O sistema mundial do capitalismo, sob a fenomenologia da sua crise estrutural, é um sistema complexo, em que ora surgem desenvolvimentos desiguais e também um desenvolvimento combinado. Além disso, são compostos por múltiplas territorialidades e subtemporalidades históricas que merecem ser diferenciadas. Por exemplo, com a crise mundial que se iniciou em 2008, podemos ver um movimento heterogêneo do capital em seu sentido geográfico. Naquele ano de 2008, os países centrais do capitalismo presenciaram uma crise de grandes proporções. Até o governo dos Estados Unidos foi obrigado pelas circunstâncias a estatizar bancos falidos para injetar dinheiro público no sistema financeiro. Dessa forma, os EUA interferiram na economia para diminuir as consequências da crise. Essa ingerência buscava evitar o efeito cascata em relação à falência

---

<sup>46</sup> Tratamos como precariado o setor da classe trabalhadora que, em termos sociocupacionais, Marx chamou de população pauperizada – assim como o lumpemproletariado -. E em termos políticos, com condições de se mobilizar coletivamente. Para mais detalhes ver: BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

dos capitais. Por outro lado, o capital foi deslocado para países periféricos que apresentavam crescimento econômico ou onde os efeitos da crise eram mais suaves, tais como a China ou os ditos “países emergentes”, como a Índia, Argentina, Brasil, Filipinas e etc, que são países de economia dependente dos países do centro capitalista.

Em relação às subtemporalidades do movimento do capital, podemos observar a ascensão neoliberal. Essa ascensão atingiu a maior parte do mundo nas décadas de 1970 e 1980. Se comparada com esse desenvolvimento no Brasil, enquanto a maior parte do mundo presenciava reformas regressivas<sup>47</sup>, que retiravam direitos dos trabalhadores, além da consolidação do toyotismo como escola hegemônica da reestruturação produtiva, o Brasil presenciava uma dinâmica de crescimento do movimento sindical. Esse crescimento ficou conhecido como “o novo sindicalismo<sup>48</sup>”. Ele tinha como característica central o classismo. Essa dinâmica sindical no Brasil culminou com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

Este crescimento e retomada de grandes mobilizações também foi acompanhado pelos movimentos populares. Por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os movimentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que eram organismos sociais da Igreja Católica.

Contudo, a reestruturação produtiva que ocorre no Brasil na década de 1970 é “decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950” (ALVES, 2000, p.103). Fruto da política desenvolvimentista de Kubitscheck.

No Brasil, assim como na América Latina, o processo de industrialização ocorre subordinado a uma dependência, tanto de escoamento da produção quanto de importação de capitais dos países centrais do capitalismo. Essa dependência, motivada por fatores históricos, cria particularidades capazes de fazer com que se produza sem ter um amplo mercado interno para o consumo. A falta deste consumidor interno se deve a baixa remuneração do seu trabalho,

---

<sup>47</sup> reformas regressivas foram categorizadas por Behring (2008) como contrarreforma.

<sup>48</sup> O “‘Novo sindicalismo’ se refere ao movimento sindical que surge no final da década de 1970 e se estende por toda a década de 1980. O “novo sindicalismo” propunha uma ruptura com o sindicalismo do passado, que teria sido “de ‘colaboração de classe’, ‘reformista’, ‘conciliador’, ‘cupulista’, etc. Direcionando suas críticas à estrutura sindical, o ‘novo sindicalismo’ propunha ‘romper’ com ela, articulando-se por vias alternativas. Caminhando nessa direção, organizou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT).” (ANTUNES, p. 179, 2018).

consequência de um modelo de produção baseado na superexploração da força de trabalho.

A partir disso é necessário que se desenvolva sobre as particularidades da América latina no processo de produção mundial.



### 3 AS PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA

#### 3.1 Breve consideração sobre a teoria da dependência

Os territórios de inserção tardia do capital, como, por exemplo, o latino-americano, desempenharam uma função importante no desenvolvimento do capitalismo: eles contribuíram com as exigências do processo de acumulação e produção de mais-valia relativa<sup>49</sup> nos países industriais.

O “drama da modernidade”, como denomina (HOBSBAWM, 2016), foi vivenciado em locais fora da Europa com certas particularidades. Desempenhou-se, por exemplo, na América Latina, um papel primordial para a obtenção de matérias-primas e abastecimento alimentício para os países centrais do capitalismo. Com base nos estudos de Marini (2005), esse movimento de divisão internacional do trabalho, onde a América envia matérias-primas para os países centrais do capitalismo, desempenhou um papel importante no aumento da produtividade nos centros industriais da Europa, permitindo tanto o aumento da acumulação de capital, quanto a redução do valor unitário da mercadoria em relação ao valor de produção de seus concorrentes (MARINI, 2005).

Para Marini (2005), a América Latina possui algumas particularidades diante dos países desenvolvidos. Ao analisar o capitalismo em sua complexidade, o que se constata é que a América Latina possui características de um capitalismo *sui generis*, ou seja, atípico, em relação aos países centrais do capitalismo, e não um “pré-capitalismo”, apenas por apresentar características de atraso histórico. Este entendimento também é válido para os períodos coloniais, “a etapa de economia exportadora” (MARINI, p. 138, 2005).

Ao analisar a forma que a América Latina se integrou ao mercado mundial se torna possível compreender o processo de desenvolvimento e as particularidades da região.

Desde o primeiro século de colonização da América Latina, seu desenvolvimento ocorreu em relação estreita com a dinâmica do capitalismo que emergia na Europa. A exportação de matérias primas e metais preciosos foram

---

<sup>49</sup> Nas afirmações de MARX, (2013, p. 390, grifo nosso): “O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva *da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes* da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo.”

fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo europeu. Pois, “ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.” (MARINI, p. 140, 2005).

Os processos de independência coincidiram com a revolução industrial. Enquanto na Inglaterra do século XIX, se desenvolviam as grandes indústrias, na América Latina se consolidavam os novos países que haviam conquistado sua independência política. Assim, os novos países articularam diretamente com a metrópole inglesa, e a partir das necessidades da Inglaterra, começaram a exportar matérias primas e importar bens manufaturados e dívidas. Neste último caso devido o déficit da balança comercial (MARINI, 2005).

É neste momento que as relações entre a América Latina e a Europa fixam uma divisão internacional do trabalho, que determinaria o futuro do desenvolvimento da região, marcado pela dependência. A dependência é “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, p. 141, 2005). Sendo assim, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas, assegurando a reprodução ampliada da dependência. Por isso a dependência gera um ciclo que desenvolve cada vez mais dependência. Esse ciclo só pode ser rompido com a supressão das relações de produção envolvida nesta reprodução contínua.

O fenômeno que estabelece a relação de dependência é a divisão internacional do trabalho. Esta divisão só conseguiu desempenhar um papel relevante na América Latina, com bases sólidas, com o surgimento da grande indústria no século XIX.

A indústria moderna teria grandes dificuldades de se firmar se não pudesse contar com países dependentes. A entrada da América Latina no cenário internacional do comércio facilitou enormemente a oferta de produtos agrícolas, desta forma permitiu a especialização de parte da sociedade na atividade industrial e ainda contribuiu para a formação de um mercado de matérias primas industrial (MARINI, 2005).

A formação desse mercado de matérias primas, além de facilitar o crescimento quantitativo da produção industrial no centro dessa manufatura, também contribuiu para que o eixo da acumulação se deslocasse da produção de mais valor absoluto para o mais valor relativo. Ou seja, que a acumulação

passasse a depender mais do aumento da produtividade, encurtando o tempo necessário para a remuneração da força de trabalho e ampliando o tempo de trabalho não pago. No entanto, a produção na América Latina, dará fundamentalmente pela maior exploração da mão de obra. Sem que a produtividade fosse ampliada por investimento que possibilitasse acumulação por vias de mais valor relativo.

Outrossim, no sistema de competição intercapitalista, a mercadoria produzida precisa oferecer melhores condições de se realizar no mercado, ou seja, ser consumida. As condições gerais que permitem que esse ciclo seja realizado é o de barateamento do produto. Sendo assim, para a indústria não basta apenas aumentar a produtividade, se esta única medida for tomada só se garante a produção de uma quantidade maior de mercadorias, não mais valor.

A divisão internacional do trabalho garantiu aos centros industriais do mundo a possibilidade de reduzir o preço das mercadorias, fazendo com que seus produtos adquirissem uma competitividade maior do que seus concorrentes. Com essa vantagem competitiva, a realização da mercadoria se torna mais fácil em relação a outros produtores, gerando dessa forma um mais valor extraordinário. Dessa maneira, o mais valor extraordinário altera a repartição geral do mais valor entre os capitalistas (MARINI, 2005).

Soma-se a isso o fato que, com o aumento da oferta de matérias primas e alimentos, temos como consequência a redução dos preços desses produtos. Além disso, como esses produtos primários permanecem com os custos mais ou menos estáveis, ocorre uma depreciação do seu preço ao passar do tempo, especialmente se comparado com o valor dos produtos manufaturados. Tratando especificamente da redução e depreciação do custo dos alimentos, a medida que a indústria avança em sua produção, reduz-se o valor de reprodução da mão de obra, pois as quantias para a reposição da força de trabalho ficam mais baratas, dessa forma cai o valor real do trabalho. Consequentemente, a redução do valor real do trabalho permite que o incremento da produtividade se converta em taxas de mais valor cada vez mais elevadas. Ou seja, diante da “incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, p. 147, 2005).

Isso ocorre porque a taxa de mais valor não amplia, necessariamente, com o aumento da produtividade, mas com o grau de exploração da força de trabalho. A extração de mais valor só é ampliada quando se altera a proporção entre o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria e o tempo de trabalho não remunerado. O tempo de trabalho não remunerado é o período em que o trabalhador produz mais valor. Essa alteração de produtividade deve ocorrer de modo vantajoso para o capitalista.

Contudo, a ampliação da capacidade produtiva do trabalho nas metrópoles acarreta proporcionalmente no aumento do consumo de matérias primas. Na medida em que essa produtividade, cada vez maior, é acompanhada de modo efetivo por quantidades crescentes de mais valor relativo, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante. Sendo assim, o que aumenta é a composição-valor do capital. Deste modo, o que é apropriado pelo capitalista não é diretamente o trabalho não pago, mas a parte deste mais valor que o capital explora sob a forma de lucro. Como a taxa de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, e isto inclui salários, instalações, maquinário, matérias primas etc, o resultado do aumento de mais-valor tende a ser uma queda da taxa de lucro, sempre que implique uma elevação do valor do capital constante empregado para produzir mercadoria. Sendo assim, a inserção da América Latina no cenário moderno internacional ocorre estimulando a contradição do modo de produção capitalista (MARINI, p. 147, 2005).

É importante destacar que esta contradição é fundamental para o processo de acumulação capitalista. Tomando estritamente o ponto de vista produtivo, ela se orienta no sentido de incrementar o mais valor, no intuito de compensar a queda tendencial da taxa de lucro.

Contudo, a forma como o preço se apresenta pode incluir distorções no valor. Ou seja, com certa regularidade, as mercadorias não são realizadas pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Podemos observar esta distorção no caso do mais valor extraordinário, por exemplo. Ou ainda na troca de mercadorias entre regiões com especialização diferente de produção. Uma determinada região pode vender sua mercadoria por um preço superior ao seu valor, deste modo pode-se obter parte do valor produzido pela região menos desenvolvida.

Dessa forma, se obtém uma transferência gratuita deste valor. Este mecanismo de transferência de valor é aprofundado na medida em que a região com melhores condições de intercâmbio possui uma produtividade maior que a média naquele ramo específico de mercadorias. Assim, a reprodução desta troca desigual entre as regiões aprofunda a dependência das regiões menos desenvolvidas. Com isso, o uso da violência política e militar se tornam elementos progressivamente supérfluos e a exploração internacional pode se reestabelecer a partir do mecanismo de troca desigual. Também podemos perceber que “não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que elas se tornaram débeis, é porque eram débeis que se abusou delas” (MARINI, p. 150, 2005).

O importante desse processo de exploração inter-regional é que, para ampliar o montante de valor produzido, o capitalista deve ampliar a exploração da força de trabalho, independente do modo, seja por meio do aumento da sua intensidade, da prolongação da jornada de trabalho, ou ainda, combinando os dois elementos. No entanto, apenas a ampliação da intensidade do trabalho se contrapõe às desvantagens de uma produtividade mais débil do trabalho. Mas o que podemos observar é que as regiões desfavorecidas pela troca desigual não se dedicam tanto em corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, pois isso implicaria num esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho, mas buscam compensar a perda de renda gerada no comércio internacional pelo recurso de uma exploração maior do trabalhador.

Sendo assim, a apropriação de valor realizado pelos centros avançados do capitalismo encobre a apropriação do mais valor gerado nas regiões latino-americanas. Deste ponto de vista, a troca desigual entre as regiões opera em uma transferência de mais valor para as metrópoles, como também implica numa queda de apropriação de mais valor por parte do capitalista das regiões menos desenvolvidas.

Esse decréscimo da expropriação da taxa de mais valor pelo capitalista da América Latina implica, também, numa taxa de lucro menor. Em contrapartida, o processo pelo qual a região latino americana utilizou para incrementar a taxa de mais valor nos países industriais, implicou para ela efeitos diametralmente opostos. E o que aparentemente é um mecanismo de compensação no mercado

internacional, na verdade é um mecanismo que opera na produção interna de mercadorias.

Tal problema, imposto pela troca desigual para a América Latina, é compensado no plano da produção interna. O aumento de mais valor ocorre ampliando a intensidade do trabalho, em detrimento da ampliação da capacidade produtiva. Do mesmo modo, podemos afirmar sobre a prolongação da jornada de trabalho, ou seja, do aumento da extração de mais valor absoluto por vias clássicas. Há ainda um terceiro procedimento utilizado para extrair mais valor. Este procedimento consiste em reduzir o consumo do trabalhador para além do seu limite normal, pelo qual o recurso necessário para a reprodução da força de trabalho se converte, em certos limites, em um fundo de acumulação capitalista (MARINI, 2005). Com esse procedimento, pode-se reduzir o tempo para pagamento da força de trabalho socialmente necessária e ampliar o tempo de trabalho excedente.

Ao identificar esses três mecanismos de exploração do trabalho: a intensificação, a prolongação da jornada e a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho, configura-se um meio de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador. E não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva, ou seja, a superexploração do trabalho:

[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2005, p.156-157).

Tal superexploração é “condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam.” (MARINI, 2005, p.156).

Certamente que na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho é mais sensível, pois o incremento de trabalho não necessita ampliar

em aquisição de mais matérias primas. Nesse setor da economia é possível ampliar o capital simplesmente com a ação humana sobre a natureza, ou seja, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Por outro lado, na indústria fabril o aumento do trabalho implica em gastos maiores de matéria prima.

Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro (MARINI, 2005, p. 156).

No período dos primeiros ciclos de industrialização, a América Latina se modernizou sobre a base contraditória pela qual ela havia entrado no cenário das relações internacionais de comércio: a superexploração do trabalho.

Centrada na finalidade de produzir para exportar, a América latina não produziu um mercado interno consumidor. Por vias contrárias, a Europa, nos primórdios da sua industrialização, procurava produzir e ao mesmo tempo realizar sua produção no mercado de seu próprio território. Para isso, procurava criar mercadorias cada vez mais acessíveis para a massa da população interna. Baseada na produção de mercadorias para a exportação, a América Latina não depende da capacidade interna de consumo para que se realize a mercadoria.

Nos processos primordiais da industrialização, ao iniciar a fase de realização da mercadoria, a contradição entre o consumo individual dos trabalhadores e a reprodução do capital desaparecia. Uma vez que o consumo da mercadoria por massas cada vez maiores da população reestabelecia o capital da forma que era necessária para restaurar um novo ciclo produtivo: na troca da mercadoria pelo dinheiro. O consumo dos trabalhadores representa, neste caso, um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva no processo de circulação. Por esse motivo a dinâmica do sistema tende a se canalizar pelo desenvolvimento do mais valor relativo, que finalmente se converte em mercadorias mais acessíveis.

No processo econômico baseado na exportação da América Latina, a circulação se dá de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e

também se baseia no âmbito do mercado externo, o consumo do trabalhador não interfere com tanta incidência na realização do produto. Por consequência, a tendência, nessa região, é de explorar ao máximo a força de trabalho, sem a devida preocupação em criar condições para que ele reponha sua força, e sempre que possível substituí-la por novos trabalhadores no processo produtivo.

Ao comprimir o poder de aquisição de amplas massas de trabalhadores para favorecer a exportação, os níveis internos de demanda são deprimidos. Deste modo a circulação de mercadorias produzidas na América Latina institui o mercado internacional como a única saída para a produção.

A separação entre o consumo fundado no salário e o consumo individual estimulado pelo processo de extração de mais valor não acumulado dá origem a uma estratificação do mercado interno. Como consequência, também se estratifica as esferas de circulação:

enquanto a esfera "baixa", onde se encontram os trabalhadores — que o sistema se esforça por restringir —, se baseia na produção interna, a esfera "alta" de circulação, própria dos não-trabalhadores — que é aquela que o sistema tende a ampliar —, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação. (MARINI, 2005, p. 165).

Tal separação entre as esferas de consumo no mercado interno somado ao modelo econômico baseado na exportação irá se constituir na base do ciclo da economia latino-americana. Com isso:

A profunda contradição que terá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que nela se apresentam atualmente (MARINI, p. 165, 2005).

No processo de industrialização, a economia da América Latina continuou sendo baseada no processo de exportação. No entanto, durante as crises capitalistas do período entre as guerras mundiais, houve uma pequena alteração do processo de circulação de mercadorias, devido ao limite de consumo imposto pela crise. Dessa forma o eixo da acumulação é deslocado para a indústria moderna, originando a economia mundial que prevalece na região.

A formação do mercado interno, nos países centrais do capitalismo, foi a contrapartida da acumulação de capital. Esse processo de formação de mercado interno e acumulação de capitais retroalimentou o incipiente sistema de



produção. Ao mesmo tempo em que se criava o explorado trabalhador assalariado, com interesses distintos do capitalista no processo de produção, também criava o consumidor, entidade que o capitalista procura satisfazer para que a mercadoria seja realizada.

A industrialização na América Latina não cria a sua própria demanda, como nas economias clássicas. Ela nasce para atender uma demanda pré-existente, e se estrutura em função das exigências de mercado dos países centrais do capitalismo. Dessa forma a compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual permitiu apenas a criação de uma indústria débil e dependente dos desejos de consumo dos países modernos avançados (MARINI, 2005).

O modo de circulação das economias de capitalismo dependente reproduz a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalho. O baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas continua colocando o salário como o elemento mais importante no custo de produção.

Dessa forma, o capitalista da América Latina se beneficiava da entrada de mão de obra saída da Europa, em função da depressão econômica na década de 1930, para diminuir os salários e ampliar os lucros. Como os produtos produzidos internamente não eram importantes para o consumo da população da região, sob a lógica da circulação capitalista, o aumento da produtividade do trabalho não se tornou uma prioridade para a indústria latino-americana. Já que não havia a necessidade de criar um mercado consumidor amplo para escoar a manufatura, o processo de extração de mais valor era complementado com a venda de produtos fora da região. “Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores” (MARINI, 2005, p. 172).

A falta de mercado para escoar a mercadoria nos anos 1930 obrigou, de certa maneira, a criação de um mercado consumidor interno, mesmo que limitado. No entanto, este mercado interno era criado a medida que crescia o consumo individual das classes não produtoras. Com isso cresce a produção de bens de consumo manufaturados. Em geral, também foi ampliada a produção de produtos supérfluos. Deste modo foram criadas duas esferas de circulação. A primeira era composta por setores que consumiam com a parte do mais valor

que não era acumulado, a esfera alta de consumo. Esta esfera se inseriu no mercado interno de circulação a partir do aumento da produtividade do trabalho baseado na superexploração. A segunda esfera, superexplorada, não se beneficia destas mudanças que ocorreram no processo de criação interna de consumo. Assim, não foi rompida a lógica de circulação interna, pelo menos para a classe trabalhadora, e a “ligação dessas duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe.” (MARINI, 2005, p. 169).

Por volta dos anos de 1940-1950, com o avanço da concentração de capitais nos países centrais após a segunda guerra mundial, as grandes corporações imperialistas adquirem uma massa abundante de recursos que precisam buscar aplicação no exterior. A aplicação destes recursos na periferia do capitalismo ocorre de forma preferencial no setor industrial.

Ao desenvolver tecnologias cada vez mais avançadas e mais complexas, os centros capitalistas tiveram a necessidade de repassar a tecnologia obsoleta para outras partes do mundo. É nesse período que se desenvolve a indústria pesada na América Latina:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente (MARINI, 2005, p.174).

Assim, a mercadoria nos diversos pontos da América latina se renova e moderniza, mas a relação de dependência continua acentuada. Implementada sobre uma estrutura produtiva baseada na superexploração do trabalho, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a produtividade e, ao mesmo tempo, sustentar a remuneração do trabalhador em proporção inferior a seu valor real. Com essas características, o processo de modernização da indústria perpetua o sistema em que a produção de mercadorias está dissociado do consumo das massas trabalhadoras.

No Brasil, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), demonstra o grau de depreciação do poder

aquisitivo da classe trabalhadora brasileira. Desde julho de 1994, o Departamento faz estudos sobre de quanto deveria ser o salário mínimo para atender as necessidades básicas do trabalhador (ver gráfico 2 e gráfico 3). A medição do valor é feita de acordo com as necessidades vitais básicas de uma família, considerando gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

### Gráfico 2- Relação entre o salário mínimo nominal x necessário (valores absolutos)

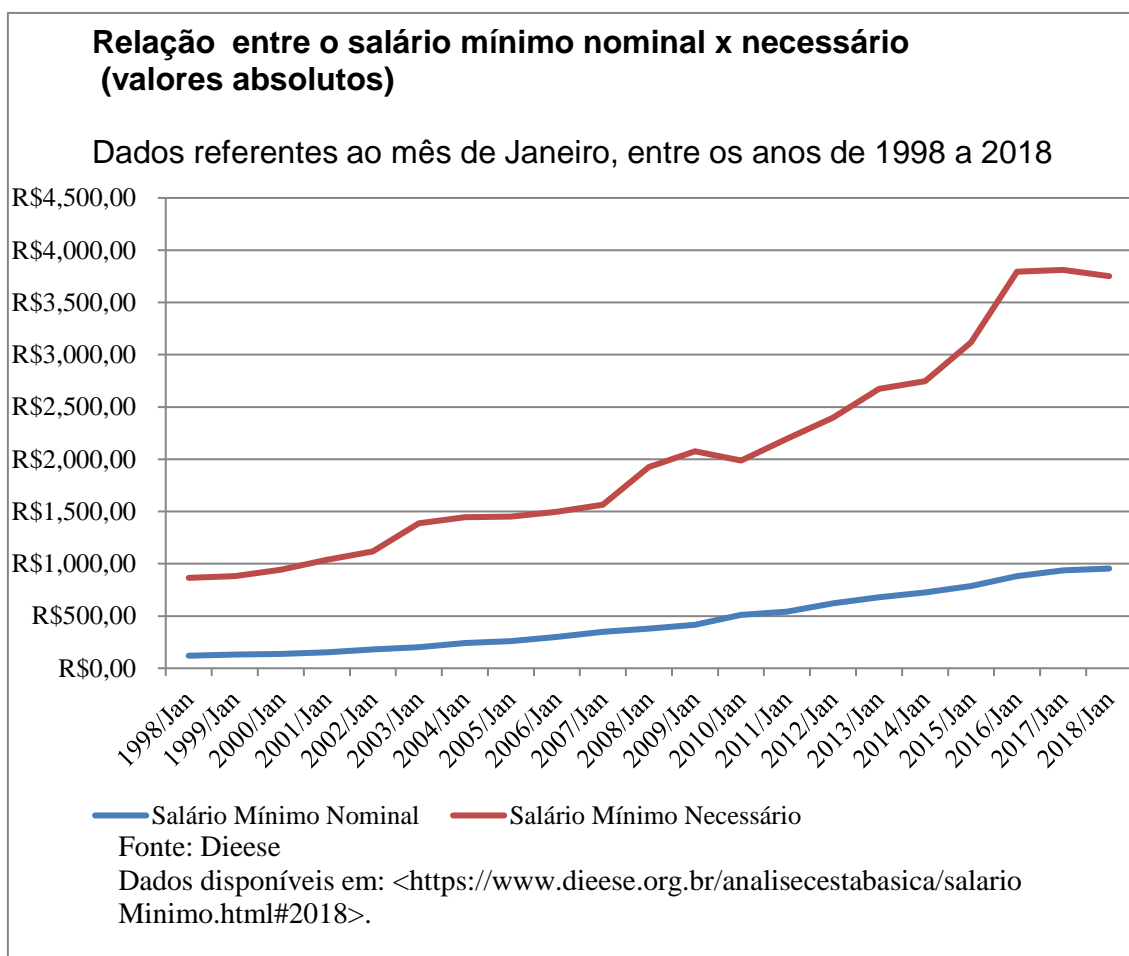
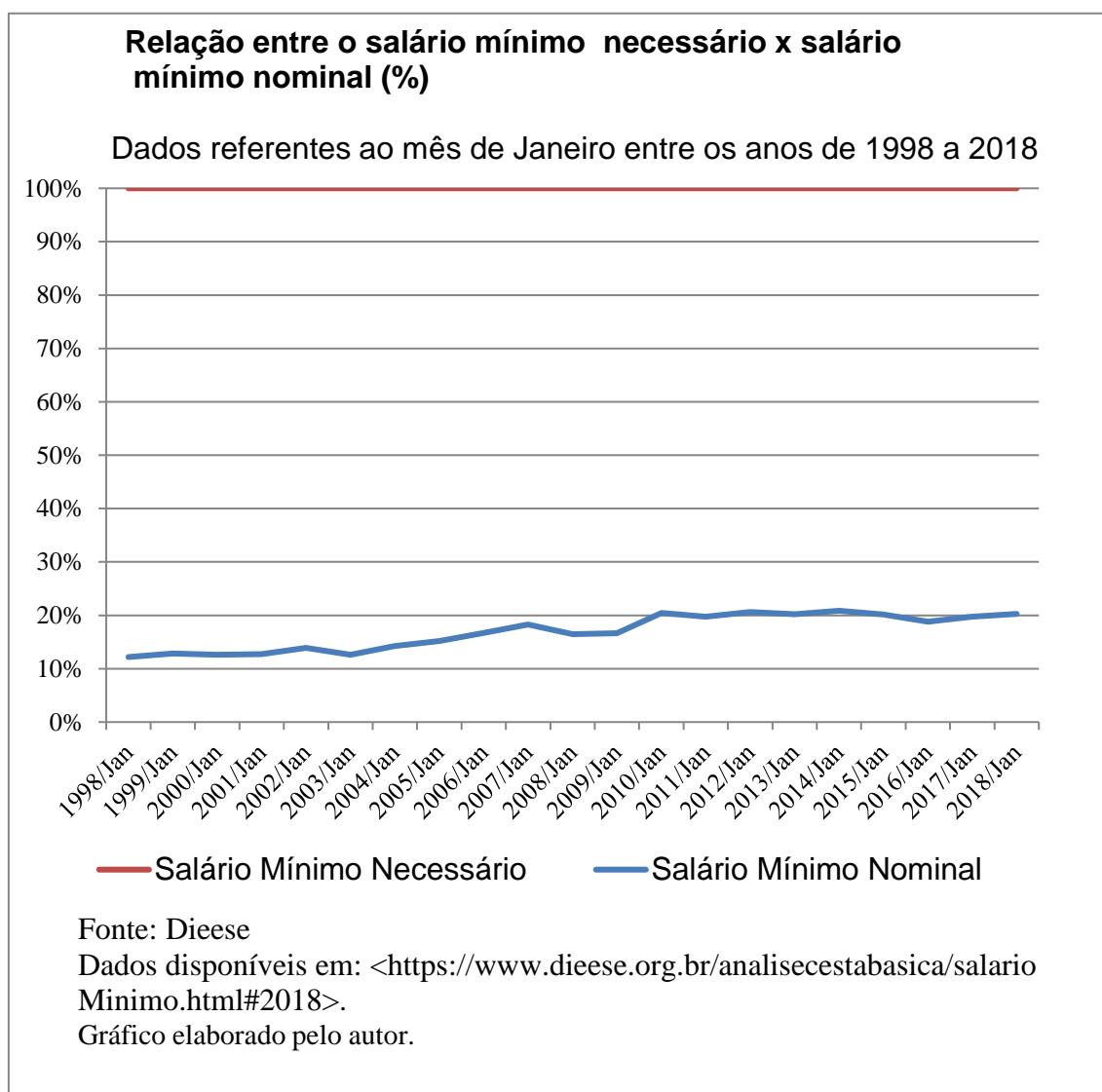


Gráfico elaborado pelo autor.

Este gráfico demonstra a evolução da renda que seria necessária para atender as necessidades básicas de uma família no Brasil nos meses de janeiro entre 1998 e 2018, e a evolução do salário mínimo ao longo desse período.

Se compararmos o salário mínimo nominal, ou seja, o salário mínimo estipulado por lei, com o salário mínimo necessário para atender as necessidades de uma família no Brasil, podemos observar que pelo menos desde 1998, o salário mínimo não chega sequer a  $\frac{1}{4}$  do necessário para atender as necessidades estipuladas na Constituição Federal de 1988.

**Gráfico 3- Relação entre o salário mínimo nominal x necessário (em porcentagem referente ao salário mínimo necessário).**



Nesse gráfico podemos ver a proporção do salário mínimo em relação ao que seria necessário para atender as necessidades básicas de uma família no Brasil entre os anos de 1998 e 2018.

Para além de uma simples discussão de renda e reprodução da classe trabalhadora, esses apontamentos teóricos jogam luz aos fatos vivenciados no

continente latino-americano na atualidade com as “reformas” laborais e de mercado de trabalho. Adascalitei e Morano (2016) demonstram que nos países centrais do capitalismo as mudanças foram, majoritariamente, para precarizar os contratos permanentes. Já nos países periféricos, em sua maioria, foram para enfraquecer as negociações coletivas. Reduzir o poder de barganha dos trabalhadores é fundamental para retirar conquistas que foram garantidas no passado, mas que não fazem parte dos direitos de todos.

Mas até mesmo para reduzir este poder de barganha, entre os trabalhadores de países periféricos, é preciso suprimir de alguma forma os canais de pressão da classe trabalhadora para além do movimento propriamente sindical. Sendo assim, as esferas de poder político precisam ser blindadas contra os inconvenientes reformistas para que se amplie a exploração da classe trabalhadora.

Os Estados de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil, vivem na contemporaneidade uma blindagem em seus regimes que dificultam, ou até mesmo impossibilitam, que elementos reformistas vindos das necessidades populares adentrem no Estado e desestabilizem a agenda neoliberal. Essa blindagem é um elemento importante para entendermos porque ocorrem contrarreformas e o regime, aparentemente, não sofre abalos consideráveis. Dessa forma, o Estado blindado se mantém como um ente de dominação de classe cada vez mais distante das necessidades reais da população, e impõe políticas neoliberais destrutivas para a maioria dela. Também contribui no entendimento do porquê, nos nossos dias, golpes ocorrem sem que o regime político se altere, como ocorriam nos golpes do tipo bonaparte<sup>50</sup>.

### **3.2 Democracia blindada no Brasil**

A reestruturação dos regimes democráticos-liberais desenhados a partir da crise do fordismo, no final da década de 1970, mostraram-se essencialmente contrarreformistas. Reedificado sob a ótica neoliberal, os regimes de democracia

---

<sup>50</sup> Bonapartismo, “Nos escritos de Marx e Engels, [...] refere-se a uma forma de regime político da sociedade capitalista na qual a parte executiva do Estado, sob domínio de um indivíduo, alcança poder ditatorial sobre todas as outras partes do Estado e sobre a sociedade.” (BOTTOMORE, 2012).

blindada<sup>51</sup> tinham como objetivos reverter a queda da taxa de lucro; impor, como meta suprema a todos os governos a estabilidade monetária, ampliar a regressividade dos impostos – isso significa que quem tem menos renda paga, proporcionalmente, mais impostos -, diminuir os gastos sociais do Estado com políticas públicas universais, agravar a precariedade e a insegurança do trabalho, além de abrir novos espaços de investimentos para o capital privado, por exemplo: em saúde, educação, previdência, entre outras áreas passíveis de obter lucro (DEMIER, 2017).

Para alcançar esses objetivos, o capital deveria “desfazer de todas as suas amarras reformistas” (DEMIER, 2017, p. 37). Para se desfazer dessas amarras, o Estado deveria enfraquecer os sindicatos de trabalhadores, ampliar o desemprego e blindar os órgãos políticos e a burocracia estatal das influências reivindicatórias dos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora.

No processo eletivo das democracias blindadas, as organizações políticas da classe trabalhadora, que apresentam um programa independente do capital, na prática, enfrentam legislações eleitorais altamente restritivas. Seja devido ao acesso limitado aos meios de comunicação, quando não são nulos ou quase nulos. Seja devido a legislações que beneficiam grandes coligações eleitorais - na grande parte das vezes viabilizadas pelo poder econômico - ou ainda por um “monopartidarismo competitivo” onde os candidatos competem entre si, mas defendendo um mesmo programa, com pequenas diferenças, nada substancial, e defendendo os interesses de uma mesma classe social.

Demier (2017) explica que a implementação de uma democracia do tipo blindada no Brasil começou a ser planejada durante a ditadura militar, no entanto, acontecimentos imprevistos da luta de classes impossibilitaram a conclusão desse plano. Fatos como o surgimento do “novo sindicalismo”, a correlação de forças favorável à criação de um partido classista, como o Partido dos Trabalhadores, na década de 1980, a criação da Central Única dos

---

<sup>51</sup> Democracia blindada, para Demier (2012, p. 7) são novos regimes políticos liberais que, embora similares em muitos aspectos às democracias ocidentais do pós-Segunda Guerra, contém elementos que permitem caracterizá-los como “democracias liberais de novo tipo”. Diferencia-se das democracias do Estado de Bem Estar devido a impossibilidade dos movimentos sociais organizados penetrar de forma mediada (majoritariamente por meio de representações políticas social-democráticas) nas instâncias institucionais do regime e pressionar pela implementação de suas posições, diferentemente dos Estados de Bem Estar. As tais democracias blindadas têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares, mesmo as de viés reformista.

Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a divisão política da classe dominante, influenciada pela mobilização popular de cunho democrático-radical adiaram as possibilidades de impor uma democracia blindada que isolasse cada vez mais os inconvenientes reformistas no Brasil.

Para o sucesso da implementação desse tipo de democracia, foram necessários anos de adequação da estrutura do Estado brasileiro à perspectiva neoliberal nos governos de Collor, no período de 1990 a 1992 e Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 2002. Esses governos tiveram que enfrentar o sindicalismo combativo e fortalecer o sindicalismo pelego<sup>52</sup>. Ainda, contaram com o “transformismo das principais representações no plano sindical e político” (DEMIER, 2017, p. 61), como a CUT e o PT.

A democracia blindada foi “finalmente implantada no Brasil” (DEMIER, 2017, p.63) durante o governo petista. A chegada de Lula ao governo federal, com um programa disposto a cogerir a ordem capitalista e com o PT fundamentalmente eleitoral, combinou com a manutenção dos eixos centrais da política econômica de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – políticas de superávits primários, pagamento das dívidas externas e internas, juros altos, entre outras – com uma significativa redução do desemprego, aumento do salário mínimo, ampliação do consumo e expansão das políticas compensatórias.

Dessa forma, se concluiu um processo em que as demandas populares, “baseadas na ampliação de direitos, foram sendo gradativamente privadas de seus representantes na esfera estatal” (DEMIER, 2017, p.63).

Ao finalizar, no Brasil, a implantação deste novo tipo de regime político, o PT se transformou em “vítima” do próprio monstro que ajudou a criar. Ao não conseguir responder às necessidades da burguesia de implantar no Brasil as contrarreformas e o ajuste fiscal “no grau, no ritmo e na intensidade” que a conjuntura clamava, apesar dos esforços em promovê-las, com a democracia blindada se substituiu elementos incapazes de implantar as políticas neoliberais como exigia o capital financeiro (DEMIER, 2017, p. 96). Sem ter que alterar o regime político, como era o padrão clássico, surge o governo Temer, amparado

---

<sup>52</sup> Sindicalismo pelego é um termo ultrajante que segundo Ferreira (2010, p. 1598) designa os “agentes mais ou menos disfarçados do Ministério do Trabalho nos sindicatos operários”, também define uma “pessoa subserviente, capacho.”

pelas instituições do regime democrático-blindado à serviço do grande empresariado.

A retirada da presidenta Dilma Rousseff sem que fosse preciso alterar o regime de tipo democrático-liberal, como ocorre nos padrões clássicos, mostra a capacidade deste novo tipo de regime em afastar elementos inconvenientes ao capital da cena política.

Paulatinamente, ao longo do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores passou a ser visto como um elemento inconveniente para a implementação dos ajustes fiscais que a burguesia necessitava, apesar dos esforços do governo em mostrar o contrário. A crise do capital, acentuada em 2008, exigiu do PT que se acentuassem as contrarreformas e o ajuste fiscal nos quadros de um capitalismo periférico e dependente. Se de um lado o Governo Dilma estava cercado de dirigentes dos mais tradicionais movimentos populares do Brasil, de outro lado as manifestações de junho de 2013 haviam demonstrado que seu governo não tinha capacidade de dirigir os jovens trabalhadores dos setores precarizados.

A queda de Dilma, em 2016, contrasta com a vitória eleitoral do PT em 2002 e a posse de Lula em 2003. A consumação do impeachment da presidenta foi assimilada pelo conjunto da população brasileira sem grande comoção, quase sem polarização. Como diz Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2017, p 246) “Um desavisado que chegasse ao país sequer perceberia que a chefe de Estado acabava de ser deposta.”

Completamente diferente da realidade do golpe de 2016, foi no ano de 2003, quando Lula recebeu a faixa presidencial com a esplanada dos ministérios abarrotada de gente, mais de 100 mil pessoas estavam presentes numa festa histórica que contou com personalidades, no mínimo ilustres, como o revolucionário Fidel Castro, por exemplo. No primeiro de janeiro de 2003, Lula sobe a rampa do planalto assistido por uma multidão, personalidades que marcaram o século XX, mas ao lado de um burguês brasileiro, seu vice José de Alencar, dono da maior empresa têxtil do Brasil.

A presença de José de Alencar nas fotos da cerimônia de posse do Lula pode passar despercebida aos olhos dos menos atentos, mas reflete algo importante: o programa de governo montado pelo PT para as eleições de 2002



e a opção de governar por dentro das regras da democracia liberal, gerindo as crises do capitalismo.

O programa do PT de 2002 contrasta fortemente com o seu programa de fundação. Em sua fundação, o PT adotava um programa político baseado na independência de classe. Embora houvesse os limites do programa “democrático e popular” - ou seja uma concepção de socialismo reformista e evolucionário – o Partido dos Trabalhadores nasce e se retroalimenta no período de, talvez, maior ascensão das lutas sindicais e populares, além de contar com o apoio de uma parcela importante dos setores religiosos no Brasil.

### **3.3 O ascenso das lutas sindicais e políticas nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil**

A construção do novo sindicalismo brasileiro, culminando na criação e no fortalecimento da CUT e do PT como uma alternativa política; e também, até certo período independente politicamente, são compreendidos como vitórias de proporções históricas dos trabalhadores brasileiros.

Os surgimentos do PT e da CUT ocorrem no mesmo período histórico e com muitas reivindicações em comum, mas ocorrem de maneira independente. Com a dinâmica intensa da luta operária e popular, nas décadas de 1970 e 1980, houve um crescimento de 50% de sindicatos ao final da década de 1980 em relação ao final da década de 1970 (CARDOSO, 2003). O orçamento global das instituições oficiais e não oficiais, chegava perto de um bilhão de dólares. Esse dinheiro financiava mais de 10 mil sindicatos que representava 18 milhões de trabalhadores em mais de 30 mil negociações coletivas em todo o Brasil (CARDOSO, 2003).

Para Cardoso (2003), é necessário considerar pelo menos 6 aspectos para explicar o crescimento do sindicalismo brasileiro no final da década de 1970 e a década de 1980:

1 – A constituição dos sindicatos em uma conjuntura de resistência à ditadura civil-militar. Após as greves de 1978 e 1979 a ditadura teve que enfrentar o desgaste político do aumento à repressão. O “Novo Sindicalismo” apresentava-se como um contraponto importante à ditadura e isso contribuiu para a politização rápida do movimento que surgia.

2 – A estrutura sindical corporativa herdada da década de 1930 foi preservada durante a ditadura iniciada em 1964 e apresentava características bastante flexíveis. Por exemplo: foi mantido o financiamento sindical pela contribuição compulsória, os grandes sindicatos apresentavam uma burocracia relativamente ágil e também existiam alianças políticas/sindicais mais ou menos duradouras. Essa estrutura serviu tanto ao regime bonapartista, como uma forma de controlar o movimento sindical, mas também serviu como base de sustentação para os anseios democráticos de reabertura política que crescia em todo o país.

3 – No nível micro, as relações de trabalho eram bastante adversas. O regime autoritário de trabalho e a superexploração da classe trabalhadora, que se expressavam nas gerências despóticas, baixos salários, alta rotatividade e na extensão das horas de trabalho via horas-extra. O “novo sindicalismo” soube aproveitar essa realidade e transformar essas demandas por justiça e dignidade no trabalho.

4 – No nível macroeconômico havia taxa crescente de inflação. Com isso houveram greves de massa que demandavam a indexação dos salários. Essas greves se chocavam contra políticas públicas de controle da inflação que eram baseadas exatamente na contenção dos ganhos reais de salários. Com isso, muitas greves que eram estritamente econômicas, ou para melhoria de salários, se transformavam em protestos políticos contra o governo. Somando-se a isso, entre os anos de 1983 e 1989, as taxas médias de desemprego estiveram muito baixas, variando de 2,9 a 4% ao mês (CARDOSO, 2003). Taxas baixas de desemprego aumentavam o poder de barganha do trabalhador individual. E por fim, a estagnação econômica com fechamento de mercado restringiu o ímpeto para a reestruturação no setor manufatureiro, limitando os impactos do toyotismo sobre o trabalho na indústria. Dessa maneira, “as bases de sustentação do sindicalismo industrial, o mais forte do país e também no interior da CUT, permaneceram virtualmente intactas.” (CARDOSO, 2003, p. 36).

5 – A crise fiscal do Estado degradou a qualidade dos serviços públicos e conteve os salários reais dos servidores, sobretudo em nível federal. Isso contribuiu para alavancar a organização coletiva desses trabalhadores “e explica as grandes greves de 1987 e 1988, as mais longas na história do país.” (CARDOSO, 2003, p. 36). A dinâmica de grandes mobilizações dos servidores

públicos também refletiu na organização deste setor da classe trabalhadora. “Não por acaso o funcionalismo público federal e os trabalhadores em empresas estatais compunham a segunda maior força no interior da CUT ao final da década.” (CARDOSO, 2003, p. 36).

6 – A longa duração da crise fiscal do Estado criou um ambiente de incerteza para os cálculos dos agentes econômicos. Dessa forma, o movimento organizado dos trabalhadores se apoiava em táticas sindicais “de tipo tudo ou nada, que se mostraram bastante eficientes na consolidação do poder dos sindicatos e em sua aceitação na sociedade.” (CARDOSO, 2003, p. 36). Em 1988, durante a última rodada de negociações e votações na Assembleia Nacional Constituinte, 64% dos adultos em dez regiões metropolitanas brasileiras manifestaram-se favoráveis ao direito de greve para todos os trabalhadores, inclusive para os que eram lotados nos denominados “serviços essenciais”, como serviços hospitalares, de transporte e etc. (CARDOSO, 2003). Isso demonstra que a greve havia se legitimado diante da população como um instrumento adequado de pressão.

Esse apoio político da população aos sindicatos e seus instrumentos de organização e luta da classe trabalhadora se expressou na quase eleição de Lula para a presidência da república em 1989. Estes mesmos elementos contribuem para explicar porquê foi a CUT e não outra central sindical que mais se beneficiou do ambiente favorável da década de 1980. Ela aplicou uma política sindical que enfrentava diretamente o capital e também o governo. Assim, com o período histórico favorável, a CUT conseguiu relevantes ganhos políticos e sociais. Como vitória política, construiu a maior figura pública que representava, quase que exclusivamente, os interesses da classe trabalhadora, a figura de Lula. Como vitória social, cresceu vigorosamente desde a sua fundação em 1983. No ano de 1989, segundo Cardoso (2003), tinha em sua base quase 2 mil sindicatos e representava cerca de 8 milhões de trabalhadores em todos os setores econômicos.

Pensamos que é necessário fazer duas observações: primeiro que a política de austeridade aumentou o descontentamento e ampliou a energia cinética dos trabalhadores, ampliando a pressão do seu descontentamento. Por outro lado, a política repressiva da ditadura diminuiu a válvula de escape reduzindo a dissipação desta energia cinética. Desta forma a pressão do

descontentamento ampliou a um ponto capaz de romper a contrapressão exercida pela ditadura aos movimentos sociais. A segunda observação é que as centrais sindicais, na década de 1970-1980, não eram reconhecidas pelo Estado, nem pelas empresas como entidades aptas a representar os trabalhadores, essa função cabia aos sindicatos. Até hoje é assim, as centrais continuam sem o reconhecimento de representação, seja pelo Estado ou pelas empresas. A filiação a uma central sindical, seja por trabalhador individual, oposição sindical ou sindicato é similar a filiação a uma entidade do movimento estudantil, por exemplo. Ou seja, é por necessidade de articulação político-sindical. Com isso a CUT, além de ter a política que mais representava os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, não possuía nenhuma amarra no âmbito burocrático que impedisse que ela disputasse a consciência e a admiração da classe trabalhadora, como também não precisava se sujeitar à direção de nenhuma outra entidade para se apresentar como representante dos interesses dessa classe. Ao contrário com o que ocorre, por exemplo, com os sindicatos que possuem uma estrutura submetida ao aparelho do Estado.

Em 1978, ano em que começou a onda grevista, ocorreram mais de cem greves no país, no ano seguinte, 1979, esse número mais que dobrou passou para 246 (gráfico 4). As greves ocorreram em diversas categorias, tais como metalúrgicos, professores, motoristas e cobradores de ônibus, operários da construção civil, médicos, garis, e outras categorias. Entre os anos de 1980 e 1982 houve uma redução do movimento grevista, no entanto a quantidade de greve ainda era maior do que no ano de 1978. Tal redução se explica pela conjuntura marcada pelo aumento do desemprego, pela crise econômica e com o preparo dos empresários e do governo para enfrentá-los (MATTOS, 2009). Mas em 1983, a incidência de greve retoma o crescimento e os anos seguintes revelam um ritmo inédito dos movimentos grevistas. Das 118 greves contabilizadas em 1978 a quantidade subiu para 3.983 greves no ano de 1989.

**Gráfico 4 – Greves em números absolutos entre os anos de 1978 e 1991.**

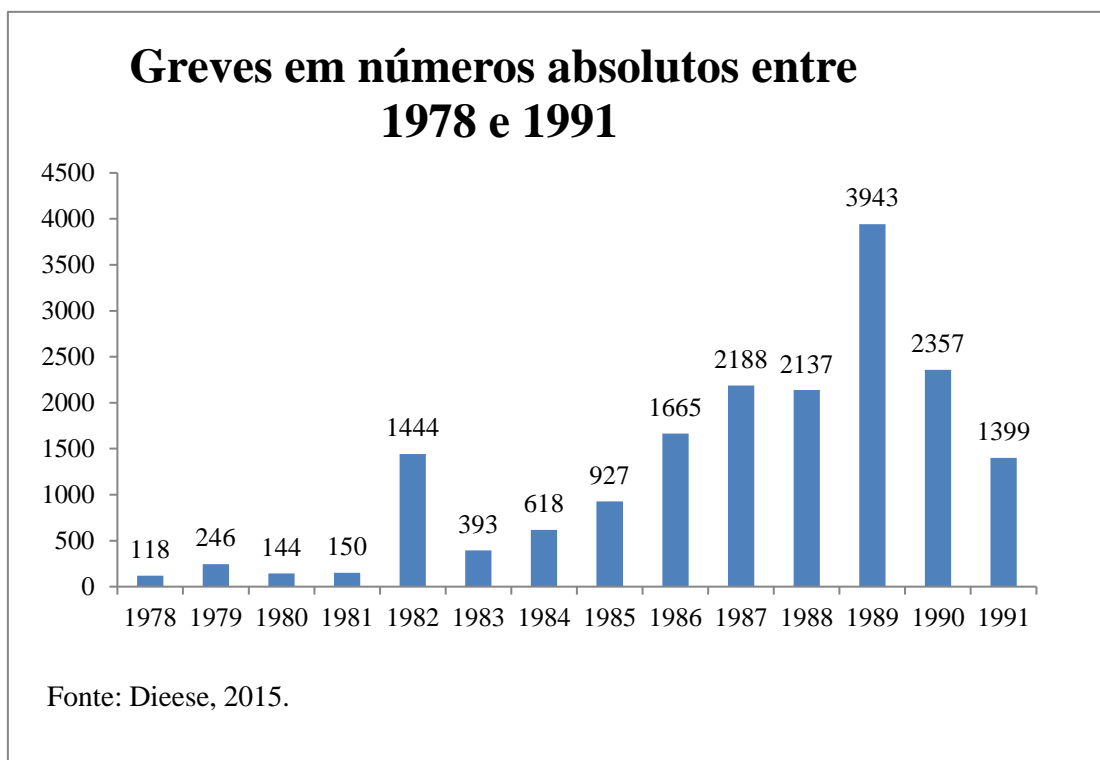
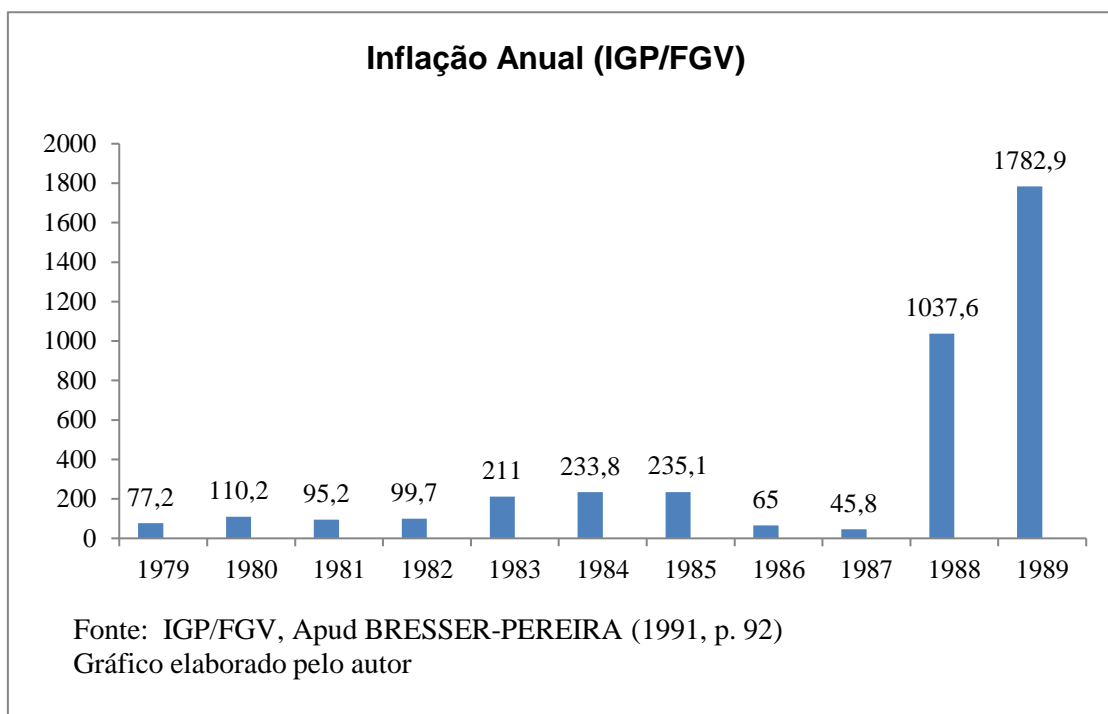


Gráfico elaborado pelo autor.

Este gráfico mostra a evolução das greves no Brasil a partir do ano de 1979 e o seu pico quantitativo ocorrido em 1989. O recorde histórico alcançado em 1989 só foi superado no ano de 2013, sobre este assunto desenvolveremos mais a frente.

O crescimento das greves tinha, em um de seus motivos, a reivindicação de salários reajustados que pudessem limitar as perdas causadas pela inflação. Só no acumulado do ano de 1989 o aumento dos preços chegou ao índice de 1782,9% (ver gráfico 5). Este patamar inflacionário foi causado pelo modelo econômico da ditadura militar, que por um lado acelerava o crescimento econômico com endividamento externo, abertura de capitais estrangeiros e, por outro lado, honrava seus compromissos comprimindo os salários (MATTOS, 2009).

**Gráfico 5 – Inflação, em porcentagem, entre os anos de 1979 a 1989.**

Essas medidas impopulares só foram possíveis com a política repressiva sobre os sindicatos. O aparato da ditadura, por muitas vezes, interferia no aparelho sindical e chegava até mesmo a trocar seus dirigentes.

A política inflacionária e de compressão dos salários dos trabalhadores eram medidas dos governos da ditadura e dos primeiros governos civis da década de 1980, por isso uma simples reivindicação salarial ganhou contornos de luta contra a política econômica no final da década de 1970 e os anos 1980.

Mas as greves não teriam atingido tal patamar se não houvesse dois organismos de direção que organizassem e incentivassem essas mobilizações com amplo apoio popular: uma central sindical classista, como a CUT e um partido independente dos patrões, como foi o PT.

### **3.4 A década de 1990 e o refluxo das lutas sindicais no Brasil**

Os anos de 1990 foram uma década em que o movimento sindical refluíu. O esvaziamento dos sindicatos e de suas atividades que os deprimiram na Europa na década de 1980, se reproduziu no Brasil.

A derrota eleitoral de Lula em 1989 contribuiu para que o movimento sindical reduzisse suas atividades e a reestruturação produtiva ganhasse um novo impulso. Combinando os novos avanços tecnológicos e organizacionais

com mais trabalhos precários e também com uma concertação social cada vez mais comum, o toyotismo se estrutura no Brasil, dá um salto qualitativo e adquire proporções sistêmicas.

O toyotismo ganha força com a orientação adotada pelo Brasil após o Consenso de Washington II. As políticas do Consenso de Washington II orientavam os países que aderiam ao projeto neoliberal a implementação de dez pontos<sup>53</sup> que iam de políticas de desmonte do Estado intervencionista, com redução dos gastos públicos em áreas sociais e privatizações, disciplina fiscal como meio de controle da inflação, desproteção do mercado interno em relação ao capital internacional, afrouxamento das leis trabalhistas, entre outras. Esta imposição política afetava não apenas o Brasil, mas todos os países de capitalismo periférico: “Estabilizar, privatizar e liberalizar' tornou-se o mantra de uma geração de tecnocratas que cortou seus dentes no mundo em desenvolvimento e dos líderes políticos que eles aconselharam” (RODRIK, 2006, p. 974).

Em especial, na década de 1990, inspirada no Consenso de Washington, foram anos de reação neoliberal para os trabalhadores: o “novo sindicalismo” foi desmontado; o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ampliou as possibilidades de terceirização com a Súmula 331/1993; e houve um enfraquecimento da classe trabalhadora, seja motivado pelos processos de desindustrialização nacional, pelo fortalecimento do sindicalismo pelego, ou ainda pela política de fortalecimento do sistema financeiro-especulativo. Outro elemento que contribuiu para o enfraquecimento da classe trabalhadora foi a estruturação do Toyotismo no Brasil.

O novo complexo da reestruturação produtiva no Brasil implementou não apenas a automação microeletrônica na produção, mas novas estratégias organizacionais. Estas estratégias de produção não só no ambiente interno da empresa, mas também, e principalmente, na relação entre empresas, na qual se desenvolvem novas estratégias de subcontratação, ou de descentralização produtiva, como por exemplo a terceirização (ALVES, 2000).

---

<sup>53</sup> Os dez pontos que foram orientados no consenso de Washington foram: Disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas), direito à propriedade intelectual (RODRIK, 2006, p. 978).

As consequências sobre as relações sociais de trabalho são sentidas a partir de 1993. Enquanto a indústria de automóveis batia recordes de produção no Brasil, os postos de trabalho declinavam. E as consequências ocorriam não só nas montadoras, mas também nas indústrias de autopeças, que viveram um intenso processo de centralização, e concentração do capital, que foram fundidas e adquiridas pelas corporações transnacionais do setor automobilístico mundial.

As determinações sócio-históricas do novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil são apresentadas por Alves (2000) em três pontos:

1 – O novo complexo de reestruturação produtiva decorreu da nova etapa do capitalismo. Essa etapa, caracterizada pela mundialização do capital, tende a projetar nas subsidiárias das corporações transnacionais novas estratégias de produção, exigências do novo tipo de acumulação flexível.

2 – As políticas neoliberais impulsionaram na década de 1990, no Brasil, a chamada “modernização industrial”. Essa política, por um lado adotou uma “liberalização” comercial abrupta e desregulada. Com isso, criou uma nova ideia de política industrial em que a indústria nacional não é protegida. Por outro lado procurou dar condições para que a indústria localizada no país concorresse no mercado mundial em melhores condições – leia-se: isenções fiscais, sendo esta indústria nacional, ou não.

3 – Por fim, a crise de estratégia política e sindical das organizações socialistas no Brasil. Esta crise decorre da derrota eleitoral do PT, que também foi uma derrota eleitoral da CUT, nas eleições de 1989 e 1994. Soma-se a isso, queda dos países do dito “socialismo real”, que de alguma forma influenciou um setor da vanguarda no movimento sindical e uma parcela da população trabalhadora.

O capital aproveitou a conjuntura desfavorável e o recuo político dos trabalhadores para promover uma nova concepção produtiva no Brasil. Esta nova concepção “manipulou” a consciência da classe trabalhadora para uma ideologia corporativa. Dessa forma, enfraqueceu a consciência de classe que era muito forte na década de 1980.



No Governo Collor<sup>54</sup>, as políticas neoliberais que marcaram a década de 1990 começam com as Diretrizes Gerais Para a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). Essas diretrizes apresentavam uma série de desregulações do comércio exterior e de reduções de alíquotas de importações. Desta forma, o Brasil ficou, gradativamente, mais exposto ao mercado mundial.

A política neoliberal para o comércio exterior continuou com os governos Itamar Franco<sup>55</sup> e Fernando Henrique Cardoso<sup>56</sup> (FHC) e se tornou uma das principais políticas da década de 1990. Por exemplo, o Plano Real, iniciado no governo Itamar e continuado no governo FHC, transformou, de forma artificial, o valor da moeda brasileira equivalente ao Dólar estadunidense, facilitando a importação de produtos e o estrangulamento da indústria nacional. Ou ainda a política de juros bancários altos, no governo FHC, que reduziu o crédito para os brasileiros, sobretudo os que precisavam de financiamento para adquirir bens de consumo duráveis. Mas os altíssimos juros bancários fizeram crescer as dívidas externas e internas (GONÇALVES; POMAR, 2000).

É importante notar que, se em períodos anteriores, a superexploração do trabalho ocorria para criar melhores condições de competitividade no mercado exterior, a partir da década de 1990, ela acontece, também, para manter a competitividade no mercado interno. Mesmo que o Brasil tivesse, e ainda tem, um mercado consumidor reduzido. Contudo, não queremos afirmar que houve mudanças significativas na política exportadora brasileira, mas a política de exportação neoliberal trouxe consequências negativas para o polo industrial brasileiro (GONÇALVES; POMAR, 2000).

Fernando Henrique Cardoso, fortalecido por uma base de apoio ampla, cumpriu todo o primeiro mandato e conseguiu sua reeleição no pleito de 1998, iniciando seu segundo mandato em 1999. A base de apoio governista contava até mesmo com setores conservadores remanescentes da ditadura civil-militar, como por exemplo de Antônio Carlos Magalhães (PFL), ex-ARENA, partido de

---

<sup>54</sup> Presidente eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), governou entre 1990 e 1992. Não terminou o mandato, pois sofreu um impeachment.

<sup>55</sup> Vice-presidente do Collor de Mello assumiu a presidência após o impeachment de 1992. Governou entre 1992 e 1994

<sup>56</sup> Presidente eleito pelo PSDB, governou por dois mandatos, o primeiro entre 1995 a 1998 e o segundo de 1999 a 2002.

sustentação da ditadura. Antônio Carlos Magalhães era conhecido nacionalmente por ser um antigo sustentáculo da ditadura civil-militar no Estado da Bahia. Ele foi um dos principais aliados do Governo FHC.

Fortalecido por essa aliança ampla e conservadora, o governo FHC executa um plano de privatizações, cortes de investimentos em áreas sociais, redução drástica do corpo de funcionários do Estado, redução de direitos previdenciário dos trabalhadores, entre outras medidas (MATTOS, 2009).

Com essa nova realidade política, o movimento grevista que estava em franca ascensão na década de 1980 começa a refluir. Mesmo em 1996, que foi o ano com o maior número de greves na década, contabilizou 1.258 greves, quantidade bem inferior aos últimos anos da década de 1980 (MATTOS, 2009; ALVES, 2000; ANTUNES, 2018).

As entidades sindicais passaram por diversos problemas, entre eles a queda no número de sindicalizações, e em muitas categorias o declínio quantitativo de sua base de trabalhadores, problemas financeiros e indefinições políticas dos dirigentes sindicais são alguns elementos que fizeram parte da nova realidade do trabalho (MATTOS, 2009).

Mesmo com essas adversidades, houve importantes mobilizações na década de 1990. A campanha pelo “Fora Collor” que reuniu uma multidão de trabalhadores e estudantes derrotaram o presidente eleito em 1989. Os desgastes políticos causados por suas medidas, tais como as medidas de combate à inflação com congelamento de salários, o confisco da poupança, entre outras decisões impopulares minou a aprovação do seu governo. Com denúncia de corrupção acusada pelo seu próprio irmão, Pedro Collor, começaram mobilizações multitudinárias no Brasil ao ponto de fazer o presidente da república sofrer impeachment.

Mas as contradições da década de 1990, que refletiam nas organizações sindicais, influenciaram também o movimento “Fora Collor”. Antunes (2018, p. 186) nos lembra que:

Não deve passar sem registro uma mudança de rota na concepção política da CUT durante esse período: sua direção aceitou, pela primeira vez, uma proposta de negociação com o governo Collor, o que não ocorreu sem grandes tensões e polêmicas no interior da instituição.

Outra mobilização importante, nos anos 1990, foi a greve dos petroleiros em 1995. A greve durou 32 dias e para ser derrotada foi organizada uma repressão de guerra, que contou até com a invasão do exército em algumas refinarias, como a de São José dos Campos, em São Paulo (CARDOSO, 2003; MATTOS, 2009; ANTUNES, 2018).

Nem o “novo sindicalismo” da década de 1980 passaria sem sofrer mudanças nos anos de 1990. Ele se tornara mais defensivo e conciliador, pressionado de um lado pela conjuntura neoliberal e por outro lado pressionado pela concorrência de uma central mais sintonizada com o contexto da época, a CUT foi se adaptando para sofrer danos menores em sua estrutura.

A defesa de pautas patronais, tais como a de reduzir tributos à indústria como forma de preservar o emprego, a adesão à política empresarial de composição das “câmaras setoriais”, espaços policlassista de negociação, aceitação de banco de horas sem convocar greve, entre outras políticas, distanciavam a CUT dos seus princípios originais.

Assim, pouco a pouco, o “novo sindicalismo” ganhou contornos neoliberais e aderiu, passo a passo, à prática de concertação social. Assim, a CUT ficava mais parecida com os sindicatos da socialdemocracia europeia. Mas esse processo paulatino de adesão aos princípios do social-liberalismo não atingiu apenas a CUT, pois o PT também foi influenciado pela conjuntura neoliberal, e isso refletiu fortemente em seus governos.

### **3.5 O PT na presidência: um governo de coalizão do século XXI “à moda brasileira”**

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) vence a eleição presidencial. A partir de 2003, o Brasil inaugura um governo atípico, tanto pelo que representa o PT, por sua origem classista, de defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, e que se inseriu na administração de um Estado capitalista. Mas também pela história brasileira: conservadora, escravocrata e de uma elite intolerante com as reivindicações dos setores mais pobres da sociedade no Brasil.

A vitória eleitoral do PT é uma vitória histórica da classe trabalhadora (embora também seja tardia essa vitória), e é uma vitória rodeada por contradições e por um programa de manutenção da ordem capitalista. O PT que surge e cresce na década de 1980 já não era mais o mesmo. O Brasil do final da década de 1980 também não era. O processo neoliberal da década de 1990 havia mudado o Brasil completamente, assim como o PT também foi mudado durante a dinâmica neoliberal que o Brasil atravessou.

Os governos petistas levaram à administração do Estado brasileiro organizações populares e sindicais ligadas às reivindicações históricas da classe trabalhadora. Mas por outro lado, também compôs o governo representantes empresariais dos mais diversos setores da economia. Havia ministro representante dos bancos e ministro que foi sindicalista bancário, ministro que fez sua história no movimento por reforma agrária e ministra representante do agronegócio, o próprio presidente que trilhou seu caminho como sindicalista operário, tinha como vice presidente um empresário industrial. O governo Lula deu sinais claros que havia se adaptado aos novos tempos e que faria um governo para conciliar o que é inconciliável: os interesses de classe.

Por este ponto de vista, o governo que venceu a primeira eleição presidencial do século XXI parecia um governo de determinado “grande pacto social”. Um pacto entre as classes por meio do Estado, uma aliança entre interesses impossíveis de se conciliar, enfim, um governo de coalizão.

A proposta dessa aliança estava no programa de governo do Partido dos Trabalhadores, que foi sintetizado, em 2002, na Carta ao Povo Brasileiro. Esta carta, assinada pelo então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, explicitava que sua candidatura propunha “pacificar” o país que se encontrava em uma guerra no campo, fruto da luta dos trabalhadores rurais reivindicando reforma agrária e de greves entre os trabalhadores da cidade. A Carta ao Povo Brasileiro ainda garantia que a política fiscal de superávit primário seria mantida e que qualquer mudança política que ocorresse durante o governo do PT seria sempre por dentro das instituições do Estado.

O acordo do PT com a burguesia foi além de uma mensagem com intenções escrita na Carta ao Povo Brasileiro, nas eleições de 2002. Para ganhar a confiança dos empresários mais ricos e politicamente influentes, o PT

apresentou como vice presidente da chapa José Alencar, dono da Companhia Tecidos Norte de Minas (Coteminas)<sup>57</sup> indústria do ramo têxtil. Em entrevista ao Financial Times, em novembro de 2009, Lula explicou quem era o seu vice presidente: “[...] eu trouxe para ser meu vice-presidente uma pessoa que eu considero ser o melhor vice-presidente do mundo, um homem do mundo dos negócios que hoje tem a maior empresa têxtil do mundo.” (BARBER; WHEATLEY, 2009).

E ao governar o Brasil, o PT cumpriu com todos os seus compromissos de campanha com a classe patronal. Respeitou os “desejos” de livre mercado do empresariado com pouca intervenção do Estado nos negócios da burguesia, também garantiu lucros históricos para essa classe. Lula afirmou: “duvido que a qualquer momento da história do Brasil o setor privado tenha mais respeito do Estado do que tem hoje. Duvido que alguma vez tenham conseguido gozar de tal respeito ou que tenham ganho mais dinheiro.” (BARBER; WHEATLEY, 2009).

Por algum tempo, essa opção parecia dar certo, pois, apesar das contradições, foram anos de crescimento econômico (MORAES; SAAD-FILHO, 2011), aumento de renda para os setores mais pobres da população brasileira, crescimento do número de trabalhadores com carteira assinada (POCHMANN, 2012), lucros recordes dos bancos e do agronegócio (ANDERSON, 2011).

Parecia que finalmente alguém havia encontrado a fórmula mágica para “agradar gregos e troianos”, mas os governos petistas estavam alicerçados na realidade instável do capital mundializado e precisava responder a situação conforme havia anunciado em seu programa de governo. Para Antunes (2018, p. 188),

O impacto real e simbólico da candidatura operária deveria receber o aval do status quo financista. Em vez de ruptura, o país dominante exigia continuidade. A política econômica do novo governo não comportava nem dúvidas nem riscos. Além de preservar os benefícios aos capitais financeiros, garantir o superávit primário, manter a estrutura fundiária concentrada, determinar a cobrança de impostos aos trabalhadores aposentados e manter privatizações, sob a forma das parcerias público-privadas, o governo Lula dava passos mais

---

<sup>57</sup> Além de Minas Gerais, a Coteminas mantém fábricas na Paraíba, Rio Grande do Norte, e Santa Catarina. No exterior, a empresa possui operações na Argentina, nos EUA, e no Canadá. No Varejo a companhia atua através das lojas Mmartan e Artex. No Brasil, a Coteminas detém as marcas Santista, Artex, MMartan e Casa Moisés. Na Argentina, a empresa possui as marcas Palette, Arco-Iris e Fantasia. A marca Springmaid é comercializada nos Estados Unidos da América (EUA) e no Canadá. Ainda compõem capital da empresa as marcas Wabasso, Texmade, Springs Home e licencia a marca SERTA. (COTEMINAS, 2018; SPRINGS, 2018; CIA TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS, 2018)

largos. Passou a incentivar fortemente a participação dos fundos de pensão. Tanto na previdência quanto nas privatizações em curso.

E ainda surgiam conquistas inéditas no cenário nacional:

A noção de que a economia brasileira vive um momento ímpar na sua história apoia-se em diversos elementos da realidade. Afinal, após duas décadas de estagnação, entre 2003 e 2011 a renda per capita dos brasileiros cresceu à taxa média de 2,8% ao ano. Nesse período, o país manteve a inflação sob controle e, salvo a turbulência do último trimestre de 2008, no ápice da crise internacional, não sofreu nenhuma ameaça de estrangulamento cambial. Desde a segunda metade da primeira década do milênio o volume de divisas internacionais supera o estoque de dívida externa com os bancos internacionais, configurando uma situação na qual o Brasil aparece como credor internacional, dando a impressão, de que, finalmente, os problemas crônicos com as contas externas teriam sido superados. A população sentiu os efeitos da nova conjuntura de maneira bem palpável. Após décadas de demanda reprimida, o aumento da massa salarial e o acesso ao crédito provocaram uma corrida ao consumo. O governo calcula que o número de empregos gerados no período Lula – 2003-2010 – tenha ultrapassado 14 milhões. Associando grandes negócios, crescimento econômico, aumento do emprego e modernização dos padrões de consumo à noção de desenvolvimento, o discurso do PT apresentou a nova conjuntura como demonstração inequívoca de que o Brasil teria, finalmente, criado condições objetivas para um desenvolvimento capitalista autossustentável (SAMPAIO JR, 2017, p. 141).

Ainda assim, a ideia de que o crescimento econômico teria melhorado a desigualdade, também encontra algum respaldo nos fatos: o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, apresentou uma pequena melhora no governo Lula, e o abismo social que separava os 10% mais pobres dos 10% mais ricos havia reduzido de 53 vezes para 39, em 2010. Nesse período, mais de 20 milhões de brasileiros teriam deixado a pobreza, e criou-se a ideia de que o Brasil era um país de classe média. Ainda sobre o poder de compra da população, o salário mínimo havia conquistado ganhos reais, entre 2003 e 2010, na ordem de 60%. Também houve a ampliação da cobertura da previdência social para os trabalhadores rurais, que havia sido conquistada na constituição de 1988, mas que ainda não havia sido implementada. Contribuindo com esses fatos, a política de bolsa família, que é uma política de distribuição de renda através da assistência social, atendia em 2010, 13 milhões de famílias (SAMPAIO JR, 2017).

Internacionalmente também havia o sentimento de que o Brasil teria conquistado maior relevância no mundo. Tais como o fracasso da Área de Livre

Comércio das Américas<sup>58</sup> (ALCA), muito por resistência do Brasil, o papel pacificador do Brasil na América Latina, por exemplo, na resolução do conflito na Venezuela com a criação do grupo Amigos da Venezuela. Ainda podemos incluir a importância brasileira para o desenvolvimento econômico do Mercosul, a participação no G-20, grupo que reúne as maiores economias mundiais para planejar políticas para administrar as crises mundiais. O Brasil também teve participação ativa na formação dos BRICS, grupo que reúne o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul como um “contraponto” ao G-5. E também a escolha do Brasil para sediar dois mega eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (SAMPAIO JR, 2017).

Se de um lado houve respeito à propriedade dos meios de produção, ao sagrado lucro dos empresários, à política de superávit primário, por outro lado as decisões petistas se apoiaram em políticas de consumo com alguma distribuição de renda ou concessão de crédito.

As medidas dirigidas aos setores mais pobres da classe trabalhadora se deram através das políticas sociais compensatórias como o Programa Bolsa Família, Luz para Todos, entre outras medidas que visa compensar a miséria gerada pelo próprio sistema capitalista. Para os setores “menos pobres” da classe trabalhadora, a política se deu por meio de empréstimo financeiro facilitado, incentivando o consumo como em programas de crédito imobiliário, por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida, que concede empréstimos via banco público para o financiamento de casa ou apartamento.

Ainda houve incentivo ao empreendedorismo, como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que direcionava empréstimos bancários às pessoas físicas ou aos pequenos empresários, sustentando o sonho de ascensão social. Seja pelo desejo de fugir da condição de assalariado para a posição de “chefe de si mesmo”, ou então da ambição de se tornar um empresário próspero para aqueles que já se encontravam no mercado de

---

<sup>58</sup> A ALCA foi uma proposta de formação de um bloco que envolvia todos os países da América e do Caribe, exceto Cuba. A proposta foi lançada inicialmente pelo presidente dos Estados Unidos George Bush, em 1994, na Cúpula das Américas. Tal bloco não era apenas comercial/tarifária, mas também envolveria abertura do comércio de bens e serviços; agricultura; subsídios; investimento; direitos de propriedade intelectual; compras governamentais; barreiras técnicas ao comércio; salvaguardas; regras de origem; *antidumping* e direitos compensatórios; padrões e procedimentos sanitários e fitossanitários; mecanismos de solução de controvérsias; e políticas de defesa da concorrência. Para mais detalhes: Batista Jr (2003).

trabalho como “empregadores”. No mesmo sentido, procurou atender à aspiração de ascensão social da juventude através do acesso à educação universitária, facilitando o crédito estudantil pelo Fies<sup>59</sup> e o PROUNI<sup>60</sup>. O que é importante notar em todas essas políticas é que elas unem as necessidades mais elementares de qualquer ser humano, como a necessidade à moradia, educação e renda com as necessidades gananciosas do capital financeiro, das indústrias de construção e imobiliário.

Também devemos esclarecer que os programas sociais compensatórios fazem parte de uma antiga recomendação do Banco Mundial. Durante a década de 1990, no contexto de privatizações, desregulamentações financeiras e trabalhistas, diminuição de recursos para áreas sociais, como saúde e educação, pagamento de juros das dívidas interna e externa, o Banco Mundial passou a defender políticas que “compensassem” as consequências do sistema capitalista, intensificados pelas medidas neoliberais.

Para Ugá (2004) o Banco Mundial encarrega-se de instruir e recomendar aos “países em desenvolvimento” medidas que enfrentem as consequências decorrentes das políticas de ajuste neoliberal. Ao invés de sanar os problemas do capitalismo, intensificados com o neoliberalismo, como o alto nível de informalidade do trabalho e o desemprego estrutural e crescente, as propostas do Banco Mundial se restringem às medidas de “combate a pobreza”. Tal defesa de medidas paliativas é percebida como tendência na drástica retração do papel de provedor de políticas sociais por parte do Estado.

Mesmo conquistas próprias da classe trabalhadora como o aumento de trabalhadores com carteira assinada ocorreram com sérias contradições, como a sub-remuneração: estima-se que durante os governos do presidente Lula houve em média 2,1 milhões de empregos formais criados por ano, no entanto

---

<sup>59</sup> O Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) é um programa de crédito do Ministério da Educação, subsidiado por instituições estatais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos pagos. Durante a graduação o estudante contrai a dívida com a instituição financiadora e deve pagar após concluir o curso de nível superior. Segundo Gemaque e Chaves (2010) o Fies é relevante para a sobrevivência de parte significativa das instituições de ensino superior privadas, pois reduz a inadimplência nestas instituições na medida em que se constitui num mecanismo que estudantes utilizam para custear seus estudos.

<sup>60</sup> O PROUNI (Programa Universidade para Todos) foi instituído no ano de 2005 e concede benefícios fiscais para as instituições de ensino superior privadas, em “troca” de preenchimento das vagas ociosas por alunos de baixa renda, afrodescendentes, pessoas com deficiência, indígenas, ex-presidiários. (GEMAQUE; CHAVES, 2010)



2 milhões remuneraram até 1,5 salário mínimo (POCHMANN, 2012). Ou ainda o crescimento da precarização do trabalho através dos empregos terceirizados, que subiu de cerca de 3 milhões, em 2002, para 12,7 milhões em 2013 (DIEESE; CUT, 2014)

Infelizmente não encontramos dados atuais sobre o número de trabalhadores terceirizados no Brasil. Isso ocorre devido a dificuldade em obter informações sobre este segmento de trabalho no Brasil. Ainda podemos acrescentar que dependendo da metodologia aplicada para auferir os dados sobre os trabalhadores terceirizados, os números diferem entre si<sup>61</sup>.

Parte significativa das “reformas” dos governos petistas se inserem em concessões neoliberais. Tais “reformas” são baseadas em crédito/endividamento, consumo, empregos precarizados, em síntese: eram reformas inseridas no contexto social-liberal<sup>62</sup>.

No entanto, mesmo nesses fatos da realidade havia contradições que eram incompreendidas. Sampaio Jr (2017), explica que a expansão que permitiu o aumento da renda média dos brasileiros, a ampliação da reserva de divisas internacionais, o aumento da massa salarial, a queda da dívida pública, e outros fatores de ordem econômica, foi determinada pela configuração de uma bolha especulativa gerada pelas economias centrais que permitiu ao Brasil se “beneficiar” desta bolha. Este crescimento econômico do Brasil, entre 2003 e 2011, não foi nada excepcional – apenas 3,6% ao ano, que é abaixo do que seria necessário para absorver o aumento vegetativo da força de trabalho, estimado em cerca de, 5% ao ano, e pouco acima do crescimento médio da economia latino americana. E complementa:

De fato, o crescimento foi puxado pelo aumento das exportações – impulsionado pela elevação do preço das commodities – e pela relativa recuperação do mercado interno – que só foi possível porque a abundância de liquidez internacional criou a possibilidade de uma política econômica um pouco menos restritiva. No entanto, a conjuntura mais favorável não foi aproveitada para uma recuperação dos investimentos – a base do crescimento endógeno. Nesse período, a

---

<sup>61</sup> Para mais detalhes: CAMPOS, A. **Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho no Brasil**: novas evidências para o debate. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Acesso em 14 dez 2018. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7288/1/td\\_2245.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7288/1/td_2245.pdf)

<sup>62</sup> Utilizamos a categoria social-liberal para definir políticas sociais inseridas no contexto neoliberal. Tais políticas sociais são utilizadas de forma que possam beneficiar o capital, desobrigar o Estado a promovê-las e, em muitos casos, estigmatizar as pessoas que necessitam de determinadas políticas. Em certos momentos acreditamos que é necessário fazer essa diferenciação por observar que as políticas sociais inseridas no contexto neoliberal servem para reduzir os atritos com a ampla maioria da população que são prejudicadas pelo neoliberalismo. Para mais detalhes: CASTELO, R. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

média de taxa de investimento ficou abaixo de 17% do PIB – pouco acima da verificada nos oito anos do governo anterior e bem abaixo do patamar histórico da economia entre 1970 e 1990 (SAMPAIO JR, p. 143, 2009).

A sensível melhora na condição de vida das famílias brasileiras, por este modelo baseado no consumo, não foi sustentável. E não poderia ser diferente, pois uma família pobre não possui as mesmas condições que uma família rica para reproduzir o consumo. A aquisição de mercadorias de baixa qualidade, uma política baseada no crédito farto e um barateamento artificial do preço de produtos industriais – estimulado por isenções fiscais e não pelo aumento da produtividade estimulada pelo capital constante conduziu a chamada “nova classe média”<sup>63</sup> – que de classe média só tem as dívidas – e uma parte significativa da população brasileira a um endividamento que agravou os problemas causados pelo estouro da bolha financeira.

Os índices que mostram uma redução das desigualdades sociais, baseada na concentração de renda esconde uma realidade que ainda faz parte do cenário brasileiro: as tendências estruturais responsáveis pela perpetuação da pobreza e da desigualdade social não foram alteradas. “Mesmo com a expressiva ampliação dos empregos, 40% da força de trabalho brasileira ainda permanece desempregada ou subempregada, isto é, sem renda de trabalho ou com o trabalho que remunera menos que um salário mínimo.” (SAMPAIO JR, p. 145, 2017). A melhoria na distribuição pessoal de renda “apenas registra uma ligeira diminuição no grau de concentração de salários, reduzindo a distância entre a força de trabalho qualificada e não qualificada” (SAMPAIO JR, 2017, p. 146).

Mas existem duas exceções quanto às políticas de redução das desigualdades sociais de renda: uma é o investimento em previdência social,

---

<sup>63</sup> Segundo Pochmann (2012; 2014) a classe média é definida a partir do critério de renda, e não pela posição social que o indivíduo ocupa nas relações de trabalho. O debate sobre a classe média no Brasil ganhou proporções maiores quando em 2010 o Brasil passou a figurar entre as seis maiores economias do mundo e conseguiu reverter as trajetórias declinantes do desemprego e do poder de compra dos trabalhadores. No entanto a reversão dessas trajetórias ocorreu devido o aumento dos investimentos sociais (que passou de 19,2% do PIB em 2000 para 22,7% em 2010) e pelo aumento de trabalhadores em ocupações precárias, tais como empregos terceirizados, por exemplo. Com isso o poder de consumo de uma grande parte dos brasileiros se concentrou em produtos de baixos custos. Mas o endividamento das famílias brasileiras ocorreu através de políticas de geração de emprego baseado no crédito bancário, como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – instituído pela lei 11.110/2005 – que concedia pequenos empréstimos bancários para “empreendedores de pequeno porte” (BRASIL, 2005b). Ou ainda pelo financiamento de imóveis pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que tinha como finalidade incentivar a aquisição de moradia ou reformar habitações para famílias com renda de até R\$ 4.650,00 (BRASIL, 2009)

fruto das conquistas da Constituição Federal de 1988. A segunda é a ampliação para cerca de 1% do PIB aos programas de Assistência Social. Esse recurso significa mais de 1% em relação ao destinado pelo governo anterior. Mas se compararmos com os 3,24% do PIB ao ano que foi transferido para os credores da dívida pública entre 2003 e 2010, observamos que esses recursos, embora consideráveis, foram pequenos perto do que é destinado aos bancos.

Para além das questões de renda, emprego e diminuição das desigualdades sociais, os governos petistas continham uma outra contradição, desta vez no plano internacional. O Brasil cumpriu o papel de Estado policial ao liderar a intervenção militar imperialista no Haiti. Mesmo em decisões que poderiam sinalizar uma ruptura com as políticas imperialistas, estas decisões foram um meio para obter vantagens para empresas brasileiras. Por exemplo, a aproximação comercial com Cuba, que serviu como um meio para obter vantagens para construtoras brasileiras, tais como a Odebrecht e a OAS, que iniciaram uma construção portuária na ilha. Até a formação dos BRICS<sup>64</sup> foi feita para garantir interesses comerciais na região, não ameaça qualquer política imperialista do G-5.

Encerrando um período de relativa estabilidade social, econômica e política, a partir de 2013, a sociedade brasileira assistiu a um aumento da efervescência social. O temor que a onda crescente de mobilização social fugisse do controle e abrisse espaços para que os brasileiros pobres ampliassem o movimento e suas reivindicações, alertou as classes dominantes em relação ao risco de insubordinação dos pobres.

A nova conjuntura aberta pelo movimento de junho de 2013, ampliou a luta entre as duas correntes do congresso, que se dividiam em uma ala do governo e a ala de oposição, não havia mais nenhuma outra força entre essas duas correntes. No congresso nacional, em situações normais, de relativa tranquilidade do regime, sempre encontramos grupos que se dizem “independentes” e ora estão com o governo e ora na oposição, dependendo da conveniência. Após junho de 2013 não havia mais esse “centrismo”. A polarização estava intensificada, de um lado, as tendências históricas do empresariado brasileiro, que num futuro próximo, iria alterar a sua condição de

---

<sup>64</sup> Bloco comercial formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

oposição para a condição de golpista. De outro lado, as alas do socialismo reformista (tardio), disputavam terreno dentro das instituições. Essa disputa, em alguns momentos, chegou a paralisar o Congresso Nacional.

A primeira batalha foi vencida, de forma bastante acirrada, pela ala do reformismo. A reeleição de Dilma Rousseff não foi completamente aceita pelas organizações políticas do empresariado. Desde os primeiros momentos do seu segundo mandato a presidente reeleita sofreu uma oposição acirrada e fratricida, tanto dentro, quanto fora do parlamento.

A presidente reeleita teve que conviver com a intensa oposição dos maiores meios de comunicação do país, que, antes dos processos de mobilização já faziam oposição aos governos petistas. Em 2010, Maria Judith Brito, presidente da Associação Nacional dos Jornalistas (ANJ), em entrevista ao jornal O Globo, admitiu: “esses meios de comunicação estão fazendo de fato posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada” (FARAH, 2010).

Já no ano de 2016, outro veículo de comunicação, o Estado de São Paulo (2016), publicou em seu editorial uma convocatória para os atos organizados pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e outras organizações patronais, como, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP):

Chegou a hora de os brasileiros de bem, exaustos diante de uma presidente que não honra o cargo que ocupa e que hoje é o principal entrave para a recuperação nacional, dizerem em uma só voz, em alto e bom som: basta! (ESTADO DE SP, 2016)

Certamente a ausência de políticas de democratização da mídia cobrou seu preço e quem mais sofreu as consequências do monopólio privado e velado, na esfera institucional, foi a presidenta Dilma. A oposição por parte dos maiores veículos de comunicação no Brasil chegou a tomar contornos demagógicos. Mesmo quando foram tomadas providências contrárias aos interesses da população brasileira mas que eram de interesse das grandes corporações capitalistas, inclusive dos maiores meios de comunicação, havia uma superexposição destes atos, algo inédito, pelo menos desde a queda do governo Collor. Por exemplo, nunca havia sido tão questionado nos maiores jornais medidas como o endurecimento das regras para pagamento da pensão por morte e do auxílio doença (Lei 13.135/2015), do seguro desemprego (lei

13.134/2015), e também do aumento em cerca de 40% da tarifa de energia elétrica.

Tais medidas, realmente contrárias aos interesses dos setores mais pobres da classe trabalhadora, foram expostas à exaustão, fazendo a popularidade da presidenta minar e fazer sua taxa de rejeição saltar de 24% em dezembro de 2014 para 62% em março de 2015, e sua popularidade despencar de 42% para 13% no mesmo período (DATAFOLHA, 2015).

Havia uma frente nacional para impedir a continuidade do mandato de Dilma que contava com os principais meios de comunicação, empresários, setores conservadores da sociedade e uma parcela da alta burocracia estatal, sobretudo do poder judiciário, e “explicavam” que a crise atravessada pelo governo Dilma ocorria por erros na área econômica.

Se é verdade que houve erros na área econômica, é reducionismo economicista explicar a complexidade da crise pré-impeachment sem entender por onde passaram as mudanças nas relações de trabalho durante os governos Lula e Dilma.

De acordo com o DIEESE ( 2015, p. 2) houve o registro de “2.050 greves [...]. Um crescimento de 134% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 877 greves, e o maior número de toda a série histórica.” (ver gráfico 6). Superando as 1.962 greves do ano de 1989.

**Gráfico 6 – Comparativo de greves dos anos de 1989 e 2013.**

Assim, o movimento sindical deu demonstrações de que havia uma retomada importante das mobilizações da classe trabalhadora depois de duas décadas.

O ciclo de geração de empregos durante o governo Lula encontrou dificuldades para gerar empregos mais qualificados do que os empregos de baixa qualificação, como, por exemplo, os de serviços pessoais ou na construção civil. Ademais há uma deterioração dos empregos com o aumento das terceirizações, a taxa alta de rotatividade e da flexibilidade dos contratos. Essa realidade é fruto das tendências herdadas do governo FHC e que não foram revertidas nos governos petistas. A regra para o uso da força de trabalho com contratos flexíveis, por tempo determinado, em tempo parcial, terceirizado, continuou inalterado.

É importante ressaltar que além de não ter revertido, ou pelo menos limitado o uso de trabalhos flexíveis, o primeiro mandato do governo Lula criou novas modalidades de flexibilização do trabalho, como, por exemplo, o Contrato de Primeiro Emprego, que instituiu a contratação por tempo determinado de jovens entre 16 e 24 anos. Também podemos citar a legalização do contrato de

pessoa jurídica (PJ), que abre brechas para a pejetização, que é uma modalidade de fraude trabalhista em que a empresa contrata empregados via Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e assim burla o pagamento de direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário, férias, entre outros. Ambas modalidades de trabalho flexível, mesmo que não ocorra de forma fraudulenta, cria desigualdades entre os trabalhadores no acesso a direitos trabalhistas.

Em resumo é possível encontrar duas tendências contraditórias em termos de precarização nos governos petistas.

Por um lado reduziu-se o processo de precarização ocupacional tendo em vista o aumento da formalização da força de trabalho. Por outro, a ampliação do processo de terceirização das atividades produtivas para todos os setores econômicos precarizou contratos e salários, desapossando os trabalhadores de alguns direitos sociais. Ou seja, conforme o mercado de trabalho se ampliava com a expansão dos anos 2000, uma massa de trabalhadores era absorvida em ocupações formais. No entanto, a inserção desses trabalhadores em ocupações terceirizadas, precárias e sub-remuneradas não tardou a apresentá-los o lado do emprego formal. (BRAGA, p.70, 2016).

A maioria desses trabalhadores que conseguiram emprego durante os governos petistas, são trabalhadores mais suscetíveis às crises econômicas. Os trabalhos flexíveis permitem uma maior rotatividade e demissão em suas funções.

Mesmo os governos petistas operando com uma relativa harmonia com os interesses do capital, o governo da presidenta Dilma Rousseff foi abalado por um golpe de Estado regido por membros do Estado, como parlamentares e servidores públicos de alto escalão, em conjunto com setores importantes do empresariado, como, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Pode-se encontrar várias motivações, que vão desde a necessidade de retomar uma agenda de contrarreformas sociais para contornar a agudização de mais uma crise do capital, esta retomada estava impossibilitada devido a paralisia do congresso na época, e até a necessidade de se fazer “um grande acordo nacional, com o supremo, com tudo”<sup>65</sup> para frear investigações de corrupção que envolviam parlamentares e empresários. Além disso, haviam outras confluências que se somaram ao movimento golpista que iam desde um

---

<sup>65</sup> Esta frase ficou famosa após o vazamento de uma conversa entre o senador Romero Jucá (MDB-RR) e o empresário e ex-senador pelo PSDB-CE Sérgio Machado, em que eles planejam o impeachment de Dilma Rousseff e sua substituição por Michel Temer (MDB-SP) para parar as investigações de corrupção que estavam em andamento através de uma operação que ficou conhecida como Lava Jato.

projeto por uma guinada à direita na política externa, além de motivações conservadoras, baseadas em LGBTfobia, racismo, machismo, entre outras formas de preconceito. (AMARAL, 2016; BOITO JR, 2016; CLETO, 2016; LÖWY, 2016; MARINGONI, 2016; PERICÁS, 2016; QUINALHA, 2016; SAMPAIO, 2016).

É necessário destacar que num primeiro momento setores importantes da burguesia foram contrários ao golpe, mesmo aqueles que foram oposição aberta a todos os governos do PT, como o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira. Para o empresário e presidente da Firjan o processo de impeachment era um “tumulto” e sua preocupação era garantir a estabilidade para, então, falar em reformas (BATISTA, 2015). Mesmo a FIESP, até o dia 14 de Dezembro de 2015, não havia se manifestado favoravelmente sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma. Após uma reunião da Fiesp em conjunto com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), foi emitida uma nota favorável a retirada da presidenta Dilma Rousseff do Palácio do Planalto:

Esse posicionamento reflete o desejo dos industriais paulistas, demonstrado em levantamento feito pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp e do Ciesp (Depecon). A maioria (91,9%) dos entrevistados respondeu que a Fiesp deveria se posicionar a respeito do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (AGÊNCIA INDUSNET FIESP, 2015).

Uma parte dos quadros dirigentes da burguesia brasileira sabiam dos riscos em romper com a “estabilidade” do regime democrático burguês. O posicionamento político da Firjan expressa essa consciência e talvez por isso demorou em se posicionar sobre o tema. Mas o desespero dos parlamentares em “salvar a própria pele” num “grande acordo nacional, com o supremo, com tudo” acaudilhou a burguesia e partiram para a solução mais fácil: “A solução mais fácil era botar o Michel”, como havia afirmado Romero Jucá em conversa vazada com Sérgio Machado (VALENTE, 2016)

Como o movimento do capital é insaciável, o golpe de 2016 no Brasil dá continuidade ao afrouxamento da legislação do trabalho com a intensidade, a amplitude e o ritmo que a burguesia necessita para a retomada da taxa de lucro. Afinal o golpe foi realizado para isso, promover as “reformas”, como desejava, por exemplo Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan. No Brasil, o processo de retirada de direitos sociais ocorreu em um ritmo mais lento na



década de 2000. As últimas manifestações da crise estrutural do capital exigiram que se retomassem as contrarreformas com uma amplitude, ritmo e intensidade maiores. Nesse sentido, as medidas adotadas pelo Governo Temer de afrouxar os direitos dos trabalhadores se insere no contexto de (mais um) golpe institucional no Brasil, mesmo que para isso não precisasse alterar o regime político, ou seja, o golpe de 2016 retoma a política dos anos 1990 que Behring (2008, p. 219), classificou como uma “promessa de acabar com a era Vargas”.

Ao constatar que o golpe de 2016 amplia, intensifica e acelera a agenda de retirada de direitos, política de superávit fiscal, controle da inflação, entre outras, não se quer afirmar que o período de governo petista foi oposto a esse modo de governar. A Carta ao Povo Brasileiro, elaborada pela direção do Partido dos Trabalhadores (PT) e assinada por Lula antes das eleições de 2002, afirmava o compromisso do candidato em respeitar os acordos firmados pelo país, os acordos de continuar pagando a dívida externa e interna aos banqueiros e seguir com a política de superávit primário (SILVA, 2002).

#### **4 A CONTRARREFORMA DO GOVERNO TEMER E O PROJETO HISTÓRICO DE RETIRADA DE DIREITOS**

Antes de falar sobre a contrarreforma do trabalho pós golpe de 2016, é preciso salientar que no Brasil - assim como no mundo - a destruição dos direitos dos trabalhadores é um projeto histórico da burguesia. A “reforma” trabalhista aprovada em 2017 faz parte desse projeto. Após a crise capitalista que eclodiu em 2008, vários governos ao redor do mundo retomaram o projeto de destruição de direitos dos trabalhadores, como ocorreu na Espanha, em fevereiro de 2012, na França, em 2016, entre outros. A OIT identificou mudanças em 110 países só entre os anos de 2008 e 2014, e a maioria deles estavam focados em retirar direitos dos trabalhadores (ADASCALITEI; MORANO, 2017)

Há muito tempo pode-se verificar retiradas de direitos dos trabalhadores do Brasil. Após o golpe empresarial-militar de 1964, os ditadores acabaram com a estabilidade no emprego e, em troca, criaram o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Desde então, houve diversas mudanças prejudiciais aos trabalhadores, por exemplo a instituição e a ampliação das terceirizações (BRASIL, 1974; 1993; 2017), os contratos de trabalho temporário (BRASIL, 1974; 2017). Podemos adicionar a esta lista até mesmo a criação do estágio, onde o estagiário pode desempenhar as mesmas funções do trabalhador diretamente contratado, ser um meio para fraude trabalhista e assim exercer suas funções com direitos e garantias precários (COSTA, 2010).

É verdade que após a reabertura política e a promulgação da Constituição de 1988, a classe trabalhadora conseguiu conquistas importantes relativas à saúde e a previdência social, decorrente da mobilização dos movimentos sindicais e populares. Mas o período pós Constituição de 1988 foi marcado por mais de dez anos da implementação de políticas neoliberais definidas no Consenso de Washington, em 1989.

Com o Governo Temer o projeto histórico da burguesia de retirada de direitos sociais – e isso inclui os direitos dos trabalhadores – é colocado na agenda política brasileira com a urgência que o golpe institucional impõe: por um

lado, formalmente, só há o tempo de meio governo, ou seja, dois anos, para a aprovação dessas medidas; por outro lado, a crise econômica que se arrasta impõe um ritmo para aprovação dessas medidas de extrema urgência para o capital.

A aprovação das medidas contrarreformistas ocorreram de forma apressada e sem o devido debate. Como consequência, a presidência da república foi obrigada a tornar o novo texto legal “menos inconstitucional”, mais claro, “menos impreciso”, formal, e conseqüentemente, menos dúbio. Com isso, o palácio do planalto editou a Medida Provisória 808/17 (MP 808/17) apenas três dias após a entrada em vigor da lei de “reforma” trabalhista. A MP 808/17 caducou em 24 de abril de 2018, ou seja, o prazo de validade desta medida provisória expirou porque o congresso não votou dentro do prazo estabelecido em lei e, conseqüentemente, todos os problemas presentes na redação da contrarreforma trabalhista tiveram seus vícios revalidados, ou seja, voltaram a valer sem as alterações propostas pela Medida Provisória.

Este novo regulamento para o mercado de trabalho brasileiro retoma uma política que já havia sido proposta no governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, com o Projeto de Lei (PL) 5.483/01<sup>66</sup>, aprovado no Senado durante o governo Lula em 2003 e arquivada no mesmo ano, após solicitação da Presidência da República<sup>67</sup>. A política social para o mercado de trabalho, proposta no PL 5.483/01, estabelecia que a negociação entre patrão e empregado teria valor acima da lei, mesmo que aquilo que fosse negociado em convenção ou acordo coletivo fosse pior para o trabalhador do que os direitos assegurados nas legislações vigentes sobre o tema. A única restrição era que não contrariassem “a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalho.” (BRASIL, 2001). Na prática, essa redação colocava em risco todos os direitos dos trabalhadores contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em leis estaduais<sup>68</sup> que não fossem assegurados pela Constituição Federal de 1988.

---

<sup>66</sup> O PL foi aprovado na Câmara em Dezembro de 2001 e no Senado em 2003 e iria dar nova redação ao artigo 618 da Consolidação das Leis Trabalhistas onde poderia ler: “Art. 618. As condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalho.” (BRASIL, 2001)

<sup>67</sup> A solicitação foi realizada através da Mensagem à mesa diretora da Câmara dos Deputados nº 78/03 (BRASIL, 2003).

<sup>68</sup> Embora seja de competência privativa da União legislar sobre matérias trabalhistas, os estados, por meio de lei complementar, podem ser autorizados a legislar sobre matérias específicas, como, por exemplo, o piso salarial. (BRASIL, 2000)

Essa alteração sugerida pelo PL 5.483/01 mudaria a concepção do direito do trabalho, que antes reconhecia o trabalhador como parte hipossuficiente (mais fraca) nas negociações com o capital e se aproximaria do direito civil, onde ambas as partes, o trabalho e o capital, possuem, supostamente, igualdade de condições para negociar.

É importante frisar que antes da vigência da contrarreforma trabalhista do Governo Temer havia, sim, a possibilidade do negociado se sobrepor ao legislado. A exigência legal era que a negociação fosse mais benéfica ao trabalhador. No entanto, a lei 13.467/17 permite a superioridade do negociado sobre o legislado nos casos em que prejudica o trabalhador e ainda permite acordos individuais entre empregados e empresa, entre outras medidas que serão expostas mais a frente.

#### **4.1 Capitalismo e contrarreforma trabalhista**

A contrarreforma trabalhista não é uma exclusividade Brasileira. Em 2017 foi aprovada na França mudanças na legislação que, dentre outras medidas, facilitava a demissão de empregados por parte das empresas e o aumento da jornada de trabalho. Na Argentina, o governo de Mauricio Macri<sup>69</sup> elogiou as medidas aprovadas no Brasil e apresentou medidas para enfraquecer o poder organizativo da classe trabalhadora em seu país.

Entre 2008 e 2014 foram estudadas 642 mudanças nas regras de trabalho em 110 países pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os Pesquisadores Adascalitei e Morano (2016, p. 1) afirmam que essas mudanças estavam associadas a uma conjuntura de aumento das taxas de desemprego, a presença de uma política monetária de cambio fixo e, o que eles chamam de “uma política de consolidação fiscal” - leia-se: política fiscal de superávit primário.

As mudanças na legislação do trabalho ocorrida entre 2008 e 2014 foram em sua maioria (55%) para reduzir a proteção ao emprego ou tinham caráter permanente. O desemprego crescente criou um ambiente propício para os defensores da retirada de direitos dos trabalhadores disputarem a opinião da sociedade e aplicar as “reformas” destrutivas. No entanto, não houve mudanças

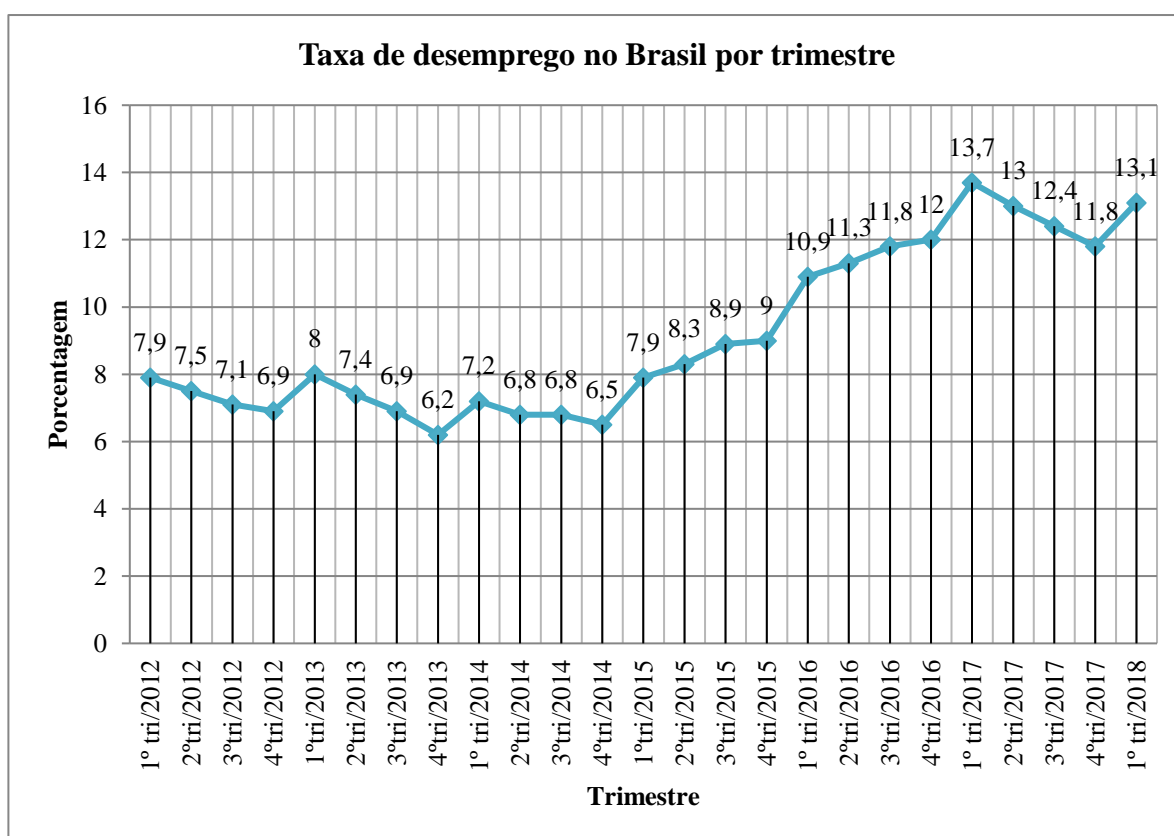
---

<sup>69</sup> Atual presidente da Argentina, assumiu em 10 de dezembro de 2015.

significativas na alteração da taxa de desocupação com a aprovação das contrarreformas. Quando elas foram implementadas em período de crise, o desemprego aumentou. Quando foram implementadas em período de crescimento econômico, a diminuição das taxas de desemprego não teve nenhuma mudança significativa, contrariando os argumentos daqueles que defendiam as mudanças na regulação do mercado de trabalho (ADASCALITEI; MORANO, 2016).

No Brasil, seguindo a tendência do estudo da OIT, nem o golpe de 2016 e nem a contrarreforma trabalhista do Governo Temer resolveram o problema da falta de trabalho. Desde o afastamento da presidenta Dilma no 2º trimestre de 2016 até o 2º trimestre de 2017 a taxa de desemprego saltou de 11,3% para 13%:

**Gráfico 7 - Taxa de desemprego no Brasil**

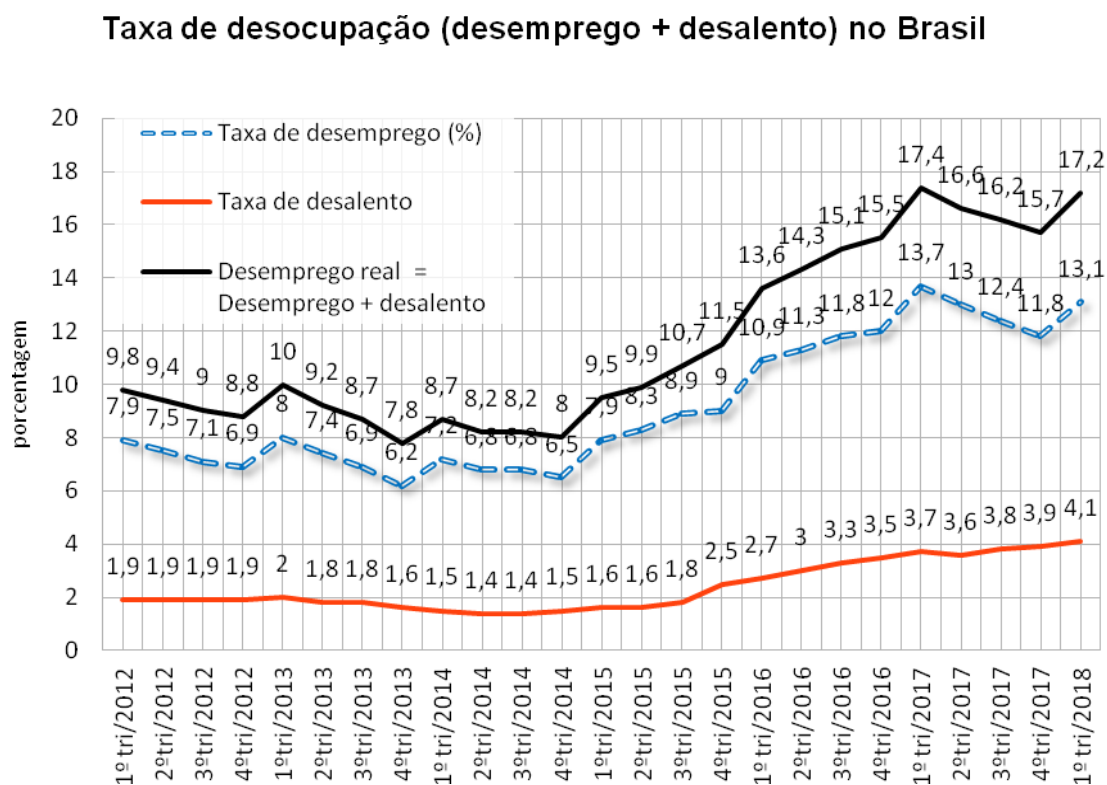


Fonte: (IBGE, 2018). Gráfico elaborado pelo autor.

Ao comparar a taxa de desemprego do 1º trimestre de 2017, anterior a aprovação da contrarreforma trabalhista com o 1º trimestre de 2018, após a contrarreforma entrar em vigor, a diminuição no desemprego também não

ocorreu de forma substancial. A taxa de desemprego real que é a soma da taxa de desemprego com a taxa de desalento obteve uma diferença de apenas 0,2% de decréscimo:

**Gráfico 8: Taxa de desemprego real (desemprego + desalento) no Brasil.**



Fonte: IBGE, 2018. Gráfico elaborado pelo autor.

Denominaremos desemprego real neste trabalho o que alguns institutos de pesquisa chamam de taxa de desocupação por entender que o termo desocupação não reflete com precisão a condição dos trabalhadores que não procuraram emprego no último período.

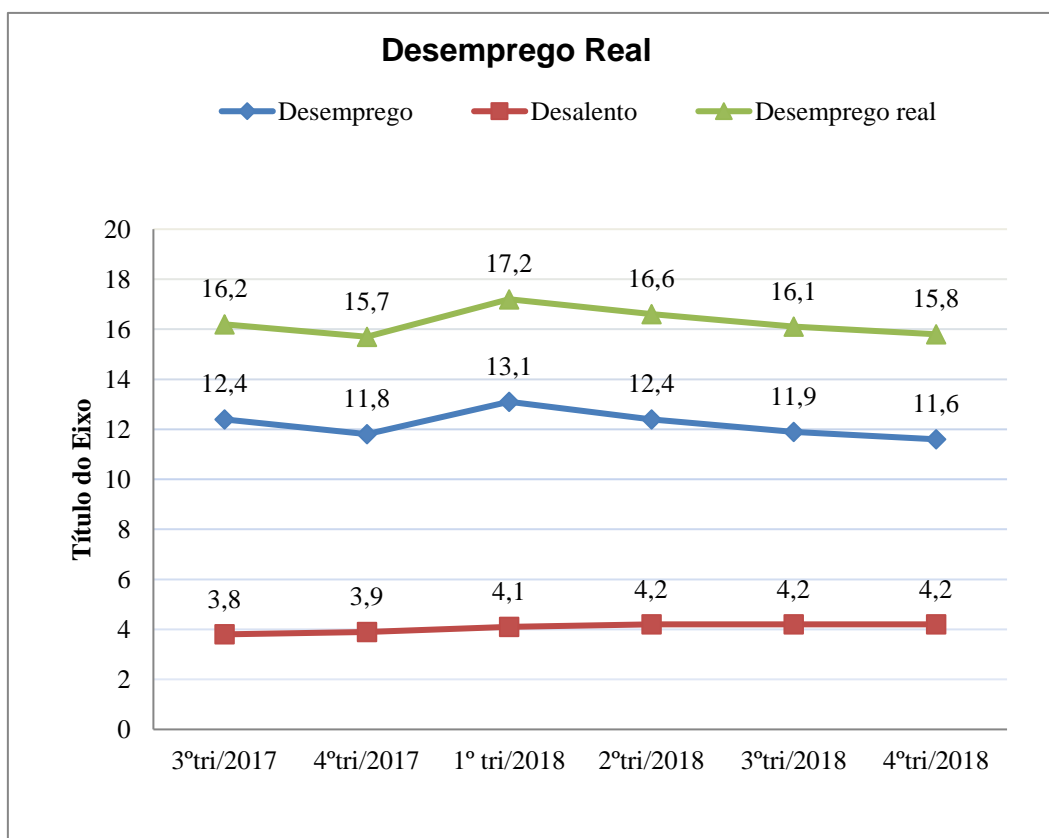
O desalento é o índice que representa os trabalhadores que estão desempregados, mas não procuraram emprego no último período. São trabalhadores que potencialmente podem e querem ocupar um cargo de trabalho, mas que estão fora da força de trabalho. Os critérios do IBGE (2018) para enquadrar o trabalhador nessa categoria foram: 1) que não conseguia trabalho, ou; 2) não tinha experiência, ou; 3) era muito novo/idoso, ou; 4) não

havia trabalho na localidade, e; 5) se tivesse conseguido estaria disponível para assumir.

O índice de desalento é um elemento que chama a atenção, pois nos últimos anos seu crescimento bateu recorde histórico, saltou de 1,4% no terceiro trimestre de 2014 para 4,1% no primeiro trimestre de 2018, um crescimento de quase três vezes. Algumas pessoas podem vincular esse crescimento apenas à falta de perspectiva em encontrar um emprego, mas existem outros elementos que podem explicar este índice: a falta de recurso financeiro para ir à procura de trabalho também pode ser um motivo para este crescimento. Todos esses dados mostram o peso da crise sobre os trabalhadores.

No período entre a aprovação da contrarreforma trabalhista e o final do governo Temer, a taxa de desemprego real havia caído 0,4% (ver gráfico 9). Esta taxa extremamente reduzida, não pode ser atribuída às mudanças na legislação do trabalho, pois a partir do segundo semestre houve eleições, Black Friday e Natal. Eventos que normalmente fazem o desemprego cair devido às contratações temporárias. O que não caiu nesse período foi o índice de desalento, que permaneceu em 4,2%.

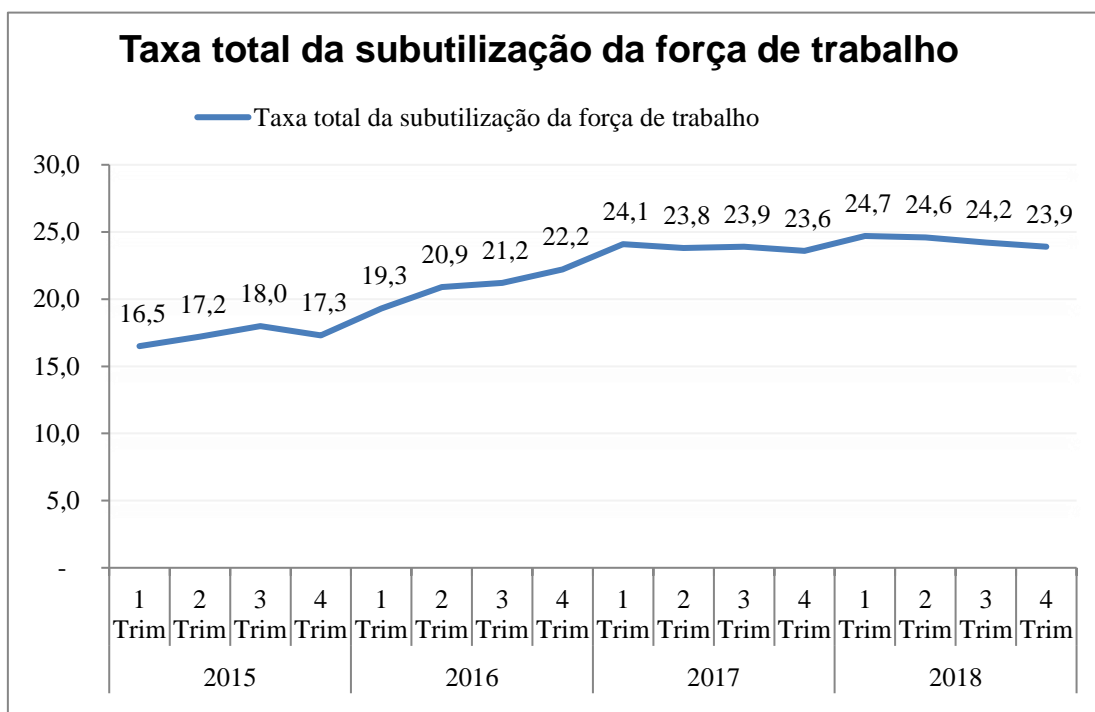
**Gráfico 9 – Taxa de desemprego real ao final do governo Temer.**



Fonte: IBGE, 2018. Gráfico elaborado pelo autor.

No primeiro trimestre de 2018 o Brasil presenciou o pior índice de trabalhadores subutilizados, desde que a série começou a ser analisada. Podemos dizer que praticamente 1 a cada 4 trabalhadores estavam subutilizados no primeiro trimestre de 2018, mesmo após a aprovação da contrarreforma trabalhista, que ocorreu no início do terceiro trimestre de 2017. A subutilização da mão de obra é a soma dos trabalhadores desempregados, em desalento e os que reclamam que a sua jornada de trabalho é insuficiente, como podemos verificar no gráfico 10:

**Gráfico 10: Força de trabalho subutilizada no Brasil (%).**



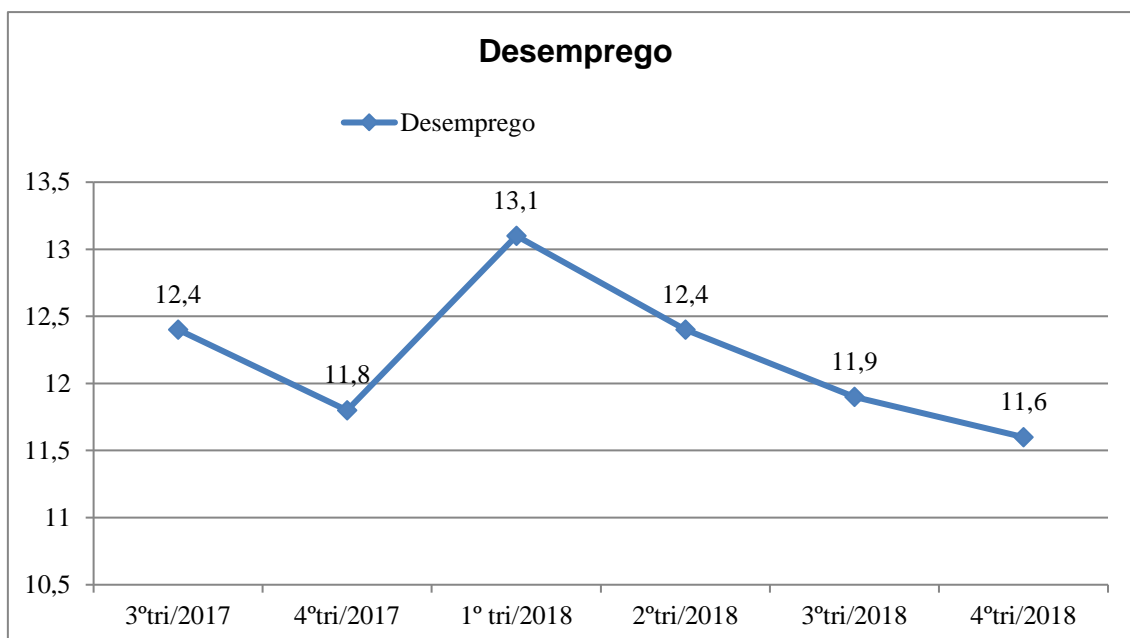
Fonte: IBGE, 2018. Gráfico elaborado pelo autor.

Ao fim do governo Temer a diferença entre o maior índice e o último do seu governo era de apenas 0,8%. Soma-se a isso o fato de que o 4º trimestre é o período do ano em que mais se gera emprego, principalmente por dois fatores: o aumento da renda da classe trabalhadora, em especial o 13º salário e as festas de fim de ano. Se fizermos a comparação de períodos iguais, ou seja o 4º trimestre dos anos de 2017 e 2018, houve um aumento do desemprego em 0,3%. Também houve aumento se comparado ao terceiro trimestre dos anos de 2017 e 2018 nos mesmos 0,3%. Este aumento do desemprego demonstra que a



contrarreforma trabalhista não foi capaz de reduzir o desemprego, pelo contrário, só se reduziu os direitos (Ver Gráfico 11).

**Gráfico 11: Evolução da taxa de desemprego após a aprovação da contrarreforma trabalhista.**

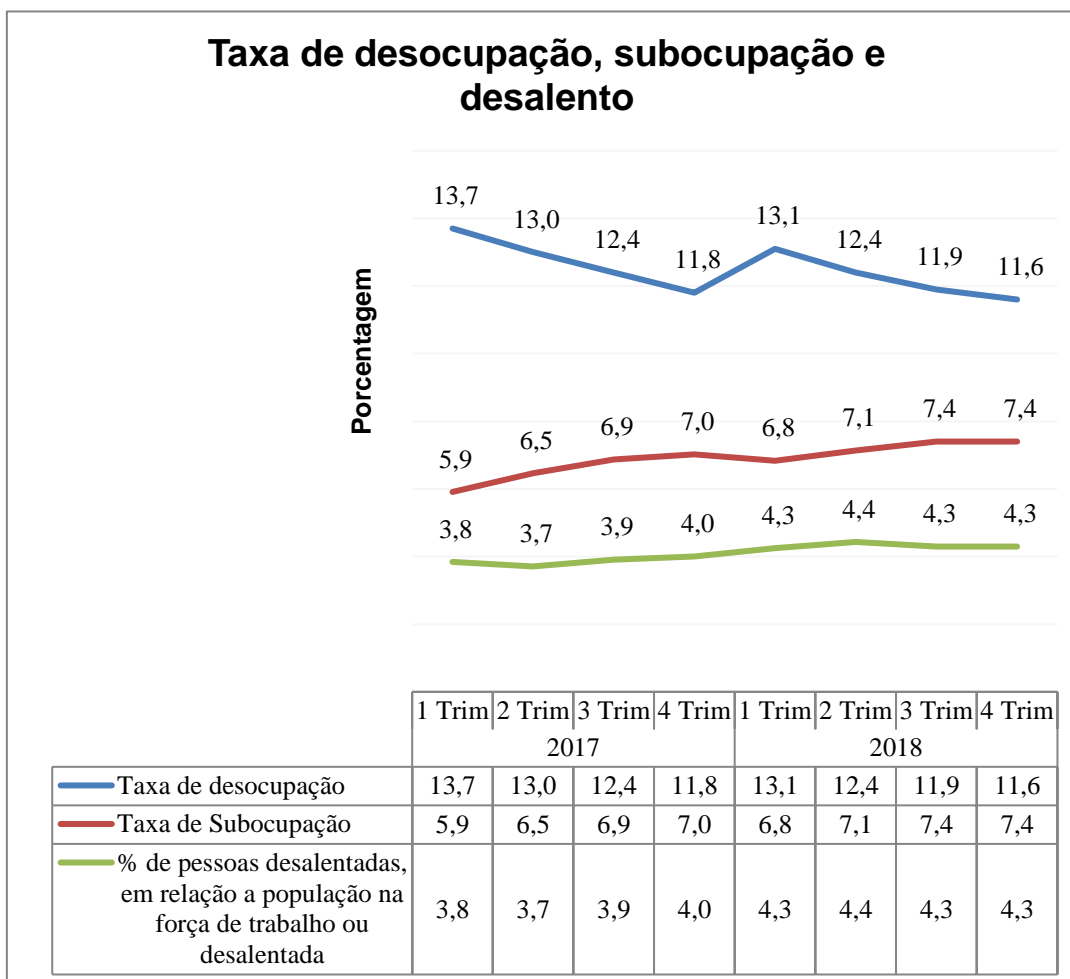


Fonte: IBGE, 2019. Gráfico elaborado pelo autor..

Após observar os dados do desemprego, podemos notar que houve uma redução nesses índices. Como se explica a ampliação da taxa de subutilização da força de trabalho?

Para entender esta alteração é preciso desmembrar a taxa de subutilização da mão de obra. Com isso podemos observar que embora tenha ocorrido uma queda nos índices de desocupação e desalento, houve um crescimento de empregos precários, com trabalhadores subutilizados (Ver gráfico 12). A tendência crescente de subutilização de mão de obra dá sinais que a classe trabalhadora brasileira enfrentou, pelo menos nesse curto período de contrarreforma trabalhista, uma maior rotatividade nos locais de trabalho.

**Gráfico 12 – Taxas de desocupação, subocupação, subutilização e desalento.**



Fonte: IBGE, 2019. Gráfico elaborado pelo autor.

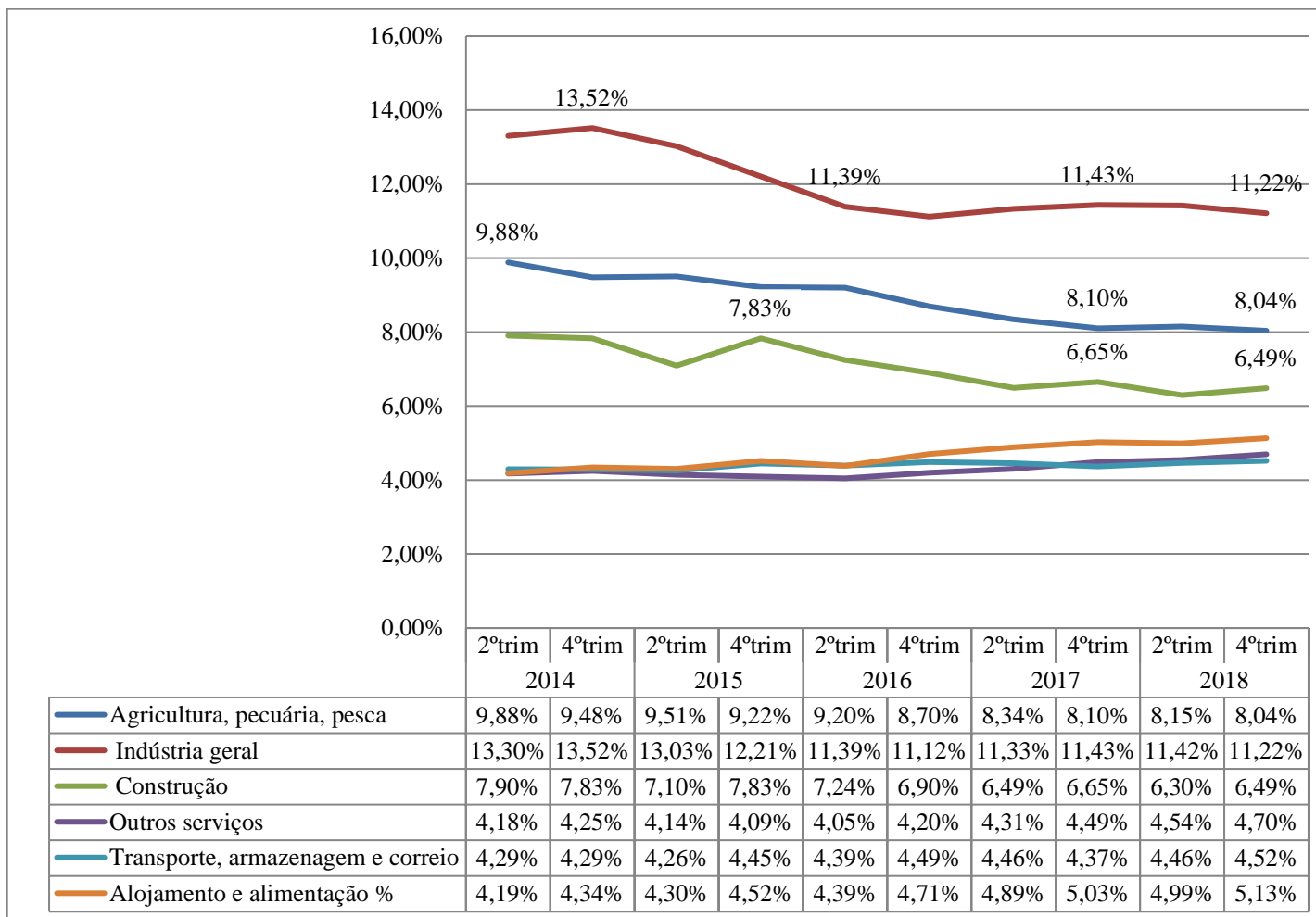
Em alguns estados brasileiros o índice, no auge da subutilização, no primeiro trimestre de 2018, superou um terço da população. Na Bahia os trabalhadores subutilizados representavam 40,5% da população economicamente ativa; no Piauí, 39,7%; Alagoas, 38,2%; Maranhão, 37,4%. (IBGE, 2018).

Podemos classificar essa realidade em, no mínimo, desesperadora para a classe trabalhadora brasileira. Se utilizando deste desespero e criando a ideologia de que “o trabalhador tinha que escolher entre abrir mão dos seus direitos ou abrir mão do seu emprego”, os defensores da contrarreforma trabalhista aplicaram este golpe contra os trabalhadores de todo o Brasil, seguindo a tendência mundial apontada por Adascalitei e Morano (2016).

O que chama a atenção nos dados sobre desemprego, desemprego real, e a subutilização da força de trabalho é que há um acréscimo significativo nesses índices entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro de 2018. Em alguns deles, chega a mais de 1%. Embora não podemos afirmar com certeza, suspeitamos que já no primeiro momento, após aprovada a reforma trabalhista com os direitos reduzidos. Houve denúncias desse tipo, por exemplo, na faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, que de uma só vez, demitiu 1.200 professores com a intenção de contratar novos docentes em regime intermitente (FOLHA DE SP, 2017)

Entre os ramos privados da atividade de trabalho, no período de 2014 a 2018, houve queda em quase todos os setores da economia, com destaque para a indústria, construção e atividades relacionadas ao extrativismo, como a pesca, agricultura, pecuária, aquicultura, entre outras. Por outro lado as atividades que houve um crescimento na concentração de trabalhadores ocorreram onde há mais possibilidades de desempenho de atividades ditas “autônomas” de trabalho, como transporte e alimentação. Infelizmente esses dados não são desmembrados entre os que desempenham a atividade como microempreendedor individual e os trabalhadores que desempenham estas funções sob regime de contrato de trabalho. Desta forma não podemos tirar conclusões precisas se houve um deslocamento dos trabalhadores e trabalhadoras que saíram dos ramos da indústria, construção civil, pecuária, agricultura, etc e se deslocaram para atividades ditas “empreendedoras” (ver gráfico 13).

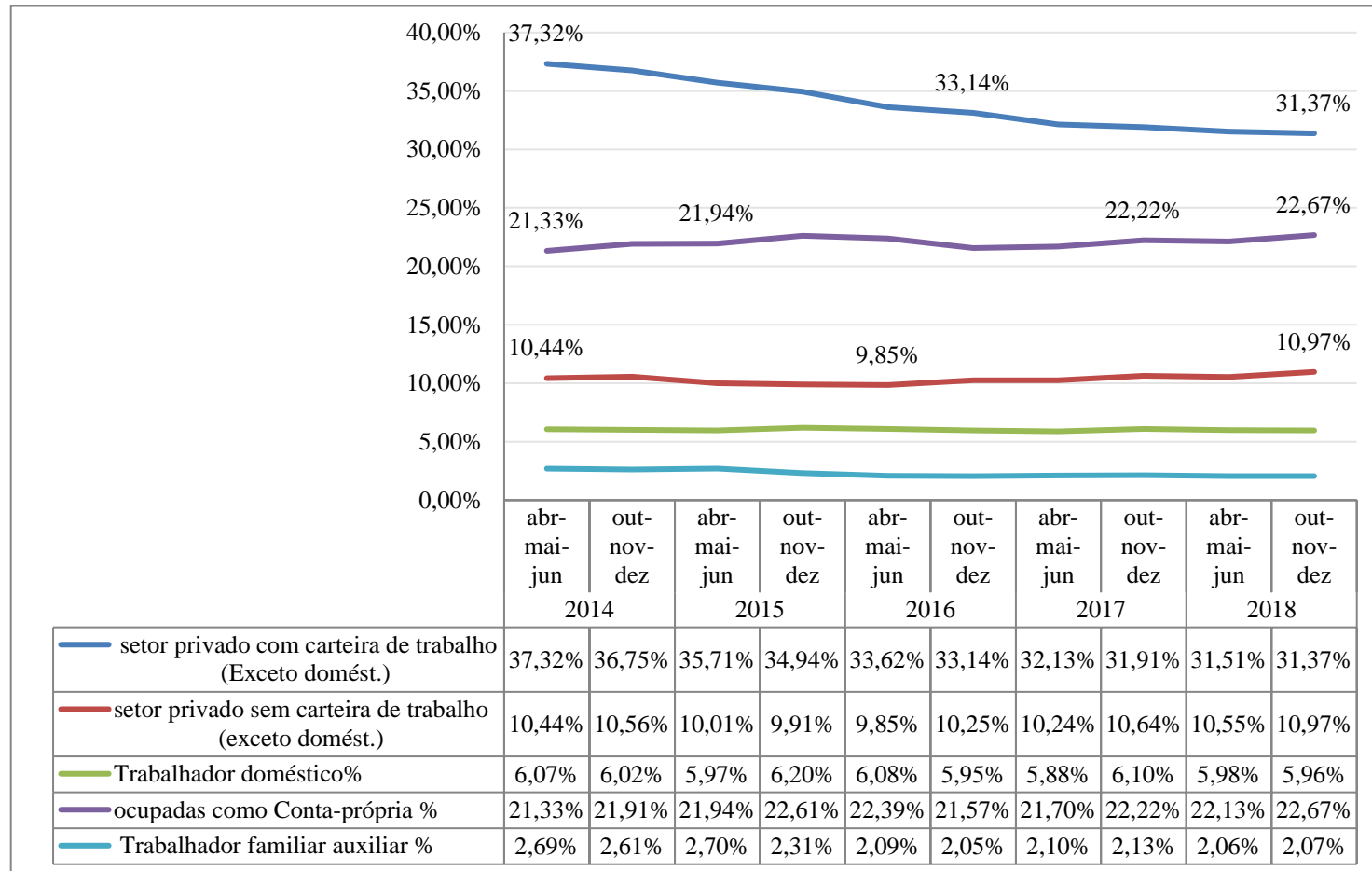
**Gráfico 13 – Trabalhadores empregados por grupamento de atividade.**



Fonte: IBGE, 2018. Gráfico elaborado pelo autor.

No entanto o seguimento de trabalhadores que “trabalham por conta própria” cresceu, da mesma forma que também cresceu o trabalho sem carteira assinada (ver gráfico 14). Estes trabalhos sem carteira assinada registram um crescimento claro do emprego informal. No entanto não podemos afirmar se a dinâmica crescente da classe trabalhadora que desempenha alguma “ocupação por conta-própria”, como registra o IBGE, faz parte majoritariamente de funções informais ou se deslocaram para desempenhar o trabalho de microempreendedor individual (MEI).

**Gráfico 14 – Trabalhadores empregados por setor.**



Fonte: IBGE, 2018. Gráfico elaborado pelo autor.

Infelizmente há ausência de dados que registraram a oscilação do chamado “microempreendedor individual”. Todos os dados encontrados eram cumulativos, ou seja, só registravam a quantidade de pessoas que solicitavam um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para desempenhar tal função. Além disso, os dados disponibilizados não demonstravam o crescimento ou declínio desta modalidade de trabalho com os mesmos critérios de data, região e etc.

Conforme apontou Adascalitei e Morano (2016), as alterações nas medidas de proteção ao trabalhador ocorreram em proporções maiores nos países que a política econômica adotada se baseia no câmbio fixo da moeda local em relação à moeda lastro. Essa medida é uma política econômica típica do receituário neoliberal de controle da inflação.

O movimento do capital internacional em relação às mudanças na política social para o mercado de trabalho – o de precarizar os contratos permanentes e o de enfraquecer as negociações coletivas – contribuem para o aumento da extração de mais valor. A fragilização das negociações coletivas amplia ainda mais o grau de superexploração da classe trabalhadora, pois, com a possibilidade de se rebaixar os direitos assegurados pelas leis, ferindo uma equidade mínima que antes era garantida pela intervenção do Estado, a extração de mais valor pode alcançar níveis cada vez maiores com remunerações cada vez menores para uma quantidade crescente de trabalhadores. Tudo isso por um motivo simples, o enfraquecimento do melhor mecanismo de resistência da classe trabalhadora: as ações coletivas de mobilização, o recurso histórico de manutenção e conquistas de direitos da classe trabalhadora.

O enfraquecimento das ações coletivas também é reflexo da precarização do trabalho. Segundo Alves (2000, p. 302), a ofensiva do capital no processo de reestruturação produtiva constituiu um novo (e precário) mundo do trabalho que tende a apresentar limites estruturais para a prática sindical de contestação à lógica do capital no campo da produção e também tende a impulsionar o sindicalismo de características neocorporativas.

Essa política social para o mercado de trabalho tende a ampliar a concentração de renda, a pobreza e, em determinados casos, ampliar o desemprego, ao invés de diminuí-lo. Adascalitei e Morano (2016) afirmam que

as “reformas” quando foram aprovadas durante as crises ampliaram o desemprego no curto prazo e quando aprovadas fora de conjuntura de crise, não tiveram um efeito estatisticamente significativo. No Brasil, embora o desemprego teve uma pequena redução no período de um ano, é possível que as eleições tenham impactado no decréscimo deste quantitativo. Mas de qualquer forma é possível afirmar que houve um crescimento de trabalhos precários devido o crescimento de trabalhadores subocupados.

Quando pensamos essas mudanças na realidade brasileira devemos observar as especificidades locais, regionais e nacionais. Se por um lado compreender o significado do Estado é importante para termos clareza do processo de exploração do trabalho e que os antagonismos de classe seriam insustentáveis sem a formação deste ente que é fundamentalmente violência concentrada, por outro lado é preciso observar o regime político para compreender essas particularidades.

#### **4.2 A contrarreforma trabalhista de 2017: o golpe na classe trabalhadora brasileira**

A contrarreforma trabalhista é expressão política e ideológica do neoliberalismo inserida no contexto histórico do golpe realizado com apoio e participação do empresariado. O neoliberalismo, no capitalismo contemporâneo, acentuou sua lógica destrutiva tanto em relação ao padrão de produção de mercadorias e serviços quanto nos padrões regulatórios do Estado. Quanto ao padrão de produção, a ampliação destrutiva se dá na crescente substituição do padrão taylorista e fordista pelo padrão toyotista. Quanto aos padrões de regulação do Estado essa destruição ocorre pela crescente privatização, por políticas sociais cada vez mais focalizadas que substituem o papel do Estado como provedor de políticas sociais universais, de detentor do monopólio de setores estratégicos da economia, tais como os setores siderúrgicos, de



petróleo, comunicações, em suma, do crescente distanciamento das políticas keynesianas<sup>70</sup> e beveridianas<sup>71</sup>.

As mudanças que ocorreram nas relações de trabalho nas últimas décadas, marcadas pelo enfraquecimento da resistência dos trabalhadores diante dos empresários criaram condições desfavoráveis para a classe trabalhadora em todo o mundo. Esse enfraquecimento social se transforma em enfraquecimento político, e o enfraquecimento político retroalimenta o enfraquecimento social. A política neoliberal fragiliza e divide a classe trabalhadora, enfraquece o movimento sindical e isso reflete nas representações políticas. A mudança e o abandono político de uma concepção combativa em todo o mundo facilitou o caminho para o empresariado ganhar a consciência dos trabalhadores, ou seja, a sua subjetividade. E isso reflete na cooptação dos sindicatos e outros organismos da classe laboral, para uma lógica neoliberal, expressa na estrutura produtiva toyotista.

Esses elementos novos da realidade estão se refletindo nas mudanças legais, em todo o mundo, em legislações que gradualmente vão retirando direitos que demoraram anos para serem conquistados, e foram garantidos com muito embate, e custou, em alguns momentos, a vida de trabalhadores. Como ocorreu no episódio conhecido como “o massacre da CSN”, em que três operários foram mortos durante uma greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Em 7 de Novembro de 1988, os operários entraram em greve reivindicando a implementação das conquistas garantidas na Constituição Federal de 1988, como a implementação do turno de 6 horas, readmissão dos trabalhadores demitidos por atividade sindical e reposições salariais. No dia 9 de novembro o exército brasileiro entrou na siderúrgica para reprimir a greve e o saldo foi de três operários mortos. Os assassinados foram William Fernandes Leite, de 22 anos,

---

<sup>70</sup> John Maynard Keynes foi um diretor de banco e economista britânico, sua teoria econômica se baseava na defesa da intervenção do Estado na economia para corrigir problemas causados pelo “livre mercado”, seu objetivo ao defender a intervenção do Estado na economia era o de reduzir os níveis de desemprego e “aperfeiçoar” o sistema capitalista, de modo algum destruí-lo (BOTTOMORE, V2012).

<sup>71</sup> William Beveridge foi um economista burguês e reformista social que elaborou em 1942 uma política que ficou conhecida como Plano Beveridge. Esse plano propunha que todas as pessoas em idade de trabalhar pagasse uma contribuição ao Estado para que subsidiasse doentes, desempregados, acidentados e viúvas. Beveridge também recomendava que o governo inglês devesse encontrar formas de combater os cinco grandes males da sociedade: a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade, ou seja, a escassez de moradia, saneamento, entre outras, os problemas de saúde e educação, a miséria e o desemprego (CARDOSO, 2010).

com tiro de metralhadora no pescoço; Valmir Freitas Monteiro, 27 anos com tiro de metralhadora nas costas e Carlos Augusto Barroso, 19 anos, com esmagamento de crânio (GRACIOLLI, 1995).

As mudanças expressa nas novas regras da lei de contrarreforma trabalhista são reflexos do momento de retirada de direitos em todo o mundo.

No Brasil, as mudanças são ainda mais drásticas devido ao choque histórico que vivemos. O golpe liderado por Temer<sup>72</sup> trazia consigo os interesses de seus apoiadores/patrocinadores, e como contrapartida a contrarreforma trabalhista foi implementada de acordo com os interesses, amplitude, intensidade e ritmo que os grandes empresários deste país desejavam. Estes interesses estão materializados na lei aprovada pelo Congresso Nacional durante o governo Temer, por isso devemos fazer o debate referenciado pelo texto sancionado em julho de 2017.

Nesse sentido, identifica-se neste trabalho sete alterações relevantes na contrarreforma trabalhista: 1) Reduz a ação protetiva do direito do trabalho para os trabalhadores; 2) Fragiliza o conjunto da classe trabalhadora e os sindicatos; 3) Precariza, ainda mais, o trabalho no Brasil; 4) Também torna precária a condição de saúde e segurança no trabalho para uma parcela maior dos trabalhadores e das trabalhadoras; 5) Amplia a divisão da classe trabalhadora brasileira; 6) Desmonta a justiça do trabalho e; 7) Fragiliza a seguridade social. É importante mencionar que esses pontos se misturam, pois eles tratam de uma mesma matéria social e, conseqüentemente, estão extremamente vinculados. Mas por motivos didáticos, pensa-se aqui, fazer uma separação em subitens para explicar a gravidade da contrarreforma para a classe trabalhadora brasileira.

Antes de entrar no tema da contrarreforma trabalhista é necessário salientar que essas mudanças não foram aprovadas sem a reação dos trabalhadores. O movimento que se refletiu no Brasil contra as “reformas” trabalhistas e previdenciárias foram desdobramentos de mobilizações internacionais que ocorreram antes das mobilizações contrárias a essas mudanças nas relações de trabalho.

---

<sup>72</sup> Temer liderou o golpe mas contou com apoio de outros setores da sociedade, como grandes empresários, mídia, setores da alta burocracia estatal, como juizes, promotores, parlamentares envolvidos em escândalos dos mais diversos tipos e etc.

#### 4.2.1 A luta contra a “reforma” trabalhista e previdenciária no Brasil e o impulso dado pelas mulheres do mundo.

Com a palavra de ordem “Se nosso trabalho não vale nada, produzam sem nós” o movimento feminista da Argentina *ni una a menos* deu o tom do que seria o dia internacional das mulheres do ano de 2017. Planejado após uma manifestação que contou com dezenas de milhares de adeptas, em 19 de outubro de 2016, as mulheres lembravam com indignação os mais de 200 assassinatos por motivos machistas na Argentina. Mas desta vez o protesto contou com um elemento importante: foram paralisados os trabalhos por cerca de uma hora em diversos locais. O estopim das mobilizações foi o assassinato de uma jovem de 16 anos que foi drogada, estuprada e morta após sofrer empalamento por seu ex-namorado. Após essa barbaridade a jovem Chiara Páez foi enterrada no quintal da casa do assassino. As mulheres trabalhadoras estiveram à frente dos protestos. Desta forma elas lembravam os feminicídios que ocorriam no país como também protestavam contra as diferenças salariais entre homens e mulheres. Em nota, a Central de Trabajadores de La Argentina – Autónoma (CTA) (CTA, 2016, tradução nossa), anunciou:

A Central de Trabajadores de La Argentina Autónoma adere à paralisação do próximo dia 19 de outubro entre as 13h e as 14h, que terminará em uma mobilização as 17h no Obelisco da Praça de Maio em protesto contra a violência feminicida e a precarização da vida como ocorreu no crime brutal de Lúcia Pérez que foi drogada, estuprada e morta na semana passada em Mar del Plata.

Nós da CTA-A apoiamos a luta de todas as companheiras trabalhadoras, desempregadas, estudantes, sindicalistas, chefes de família que estão com raiva e gritando mais uma vez #NiUnaMenos diante da falta de autonomia das mulheres na hora de decidir sobre seus corpos.

Também estavam no movimento a Central General de los Trabajadores da Argentina (CGT) e sindicatos importantes do país, como a Confederação dos Trabalhadores da Educação (CTERA), que organizou aulas sobre as questões de gênero e machismo, os sindicatos de ferroviários, dos metroviários, dos aviadores, entre outros.

O movimento iniciado na Argentina, conduzido por mulheres trabalhadoras, tomou expressão internacional quando Angela Davis e outras

militantes feministas acadêmicas publicaram um manifesto no Jornal Britânico The Guardian. A nota convocava uma greve de mulheres contra o presidente dos Estados Unidos Donald Trump, suas medidas misóginas e de retirada de direitos dos trabalhadores estadunidense:

Em nossa opinião, não é suficiente opor-se a Trump e suas políticas agressivamente misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas. Também precisamos direcionar o ataque neoliberal contínuo à provisão social e aos direitos trabalhistas (DAVIS et al., 2017).

E alerta que os problemas de opressões não têm sua gênese no governo Trump e nem é de responsabilidade exclusiva do presidente Trump, mas também da lógica financeira do capital contemporâneo:

Enquanto a misoginia flagrante de Trump foi o gatilho imediato para a enorme resposta em 21 de janeiro, o ataque às mulheres (e a todos os trabalhadores) é muito anterior à sua administração. As condições de vida das mulheres, especialmente das mulheres de cor e de mulheres trabalhadoras, desempregadas e migrantes, deterioraram-se progressivamente nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização das empresas. (DAVIS; Et al, 2017)

Com essa caracterização, Davis (Et al, 2017) critica o feminismo policlassista em clara referência à influência enxuta (lean-in) do modo toyotista de produção:

O feminismo enxuto e outras variantes do feminismo corporativo fracassaram para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção, a promoção individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, assegurem a justiça reprodutiva e que garanta direitos trabalhistas. Ao nosso ver, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de maneira frontal. Deve ser um feminismo para os 99% (DAVIS et al., 2017).

A proposta apresentada por Davis (Et al, 2017), é de construir mobilizações feministas com os métodos de luta da classe trabalhadora, inclusive com formas que há tempo havia sido esquecida entre muitos dirigentes políticos e sindicais pelo mundo, resgatando a forma internacionalista de luta:

Como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e em defesa dos direitos reprodutivos no 8 de março [dia internacional de luta das mulheres]. Assim, nos unimos aos grupos feministas de cerca de 30 países que conclamam tal greve (DAVIS et al., 2017).

A intenção era de mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos que apoiavam as reivindicações em um dia internacional de luta, que fosse marcado por bloqueios de estradas, pontes, ocupações de praça e todos outros meios de luta para:

[...] tornar visíveis as necessidades e aspirações daqueles que o feminismo enxuto ignorava: mulheres no mercado de trabalho formal, mulheres que trabalham na esfera da reprodução e do cuidado social e mulheres trabalhadoras desempregadas e precárias (DAVIS et al., 2017).

#### E Conclui:

Ao abraçar um feminismo para os 99%, nós nos inspiramos na coalizão argentina Ni Una Menos . A violência contra as mulheres, tal como a definem, tem muitas facetas: é a violência doméstica, mas também a violência do mercado, da dívida, das relações de propriedade capitalista e do Estado; a violência de políticas discriminatórias contra mulheres lésbicas, trans e queer; a violência da criminalização estatal dos movimentos migratórios; a violência do encarceramento em massa; e a violência institucional contra corpos femininos através de proibições ao aborto e falta de acesso a cuidados de saúde gratuitos e aborto gratuito (DAVIS et al., 2017).

No momento em que as mulheres resolveram protestar contra a reprodução do machismo, as desigualdades sociais e a divisão sexual do trabalho se apropriando da greve como ferramenta política, elas atacaram o núcleo mantenedor dessas desigualdades, a ordem sustentada pelo modo de produção do sistema de classes sociais.

No Brasil as manifestações por direitos das mulheres, que ocorrem em todo 8 de março, refletiu esse chamado internacional e denunciou o caráter machista e antitrabalho das propostas de contrarreforma trabalhista e previdenciária, anunciada pelo governo Temer. O dia internacional de luta das mulheres contribuiu para impulsionar as greves e manifestações que ocorreram no dia 15 do mesmo mês.

No dia 15 de março de 2017 houve manifestações em todas as capitais do Brasil, paralisações de algumas categorias, especialmente as ligadas ao transporte em cidades como São Paulo e mobilizações nas principais cidades do Brasil. A estimativa dos organizadores é que o 15 de março havia mobilizado mais de 1 milhão de pessoas no Brasil. Algumas cidades haviam se tornado um caos. Em São Paulo, a maior cidade do país a paralisação parcial do Metrô e dos ônibus, somado à suspensão do rodízio de carros por parte da população paulistana dava sinais de que a mobilização havia um amplo apoio. No Rio de Janeiro, a Avenida Presidente Vargas foi tomada por manifestantes, em suas quatro faixas e 3,5 km de extensão. Com isso, o 15 de março de 2017 havia se tornado um “esquenta” bem sucedido para a preparação de uma greve geral no

Brasil, ou seja, a medição da disposição de luta dos brasileiros para entrar em greve geral havia dado sinais positivos.

A greve geral de 28 de Abril de 2017, segundo os organizadores, foi a maior da história do Brasil e foi uma greve histórica (CUT, 2017). A impressão de quem participou do evento era de que o 28 de abril daquele ano havia se transformado em um dia de Natal, onde nada funcionava. Por outro lado, o ministro da justiça do governo Temer, Osmar Serraglio (MDB), procurou minimizar a mobilização nacional. Segundo ele a manifestação foi uma baderna generalizada, pontual, um fracasso, e que elas poderiam encorajar a aprovação das contrarreformas, ainda disse que tiraria cargos dos parlamentares que não votassem a favor das reformas (BENITES, 2017). No entanto, por mais que o governo se pronunciasse para minimizar os efeitos da greve, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) se pronunciou e disse que a greve geral havia provocado um rombo de 5 bilhões de reais apenas no comércio brasileiro (CORREIO, 2017).

A greve geral não foi a última manifestação que marcou o embate da classe trabalhadora contra os planos do governo Temer de aprovar as reformas trabalhista e previdenciária. No dia 24 de Maio de 2017, houve uma manifestação que contou com cerca de 100 mil trabalhadores na esplanada dos ministérios. O confronto com a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) iniciou logo no início da manifestação quando a polícia impediu que os manifestantes marchassem sobre a esplanada com faixas e bandeiras. Muitos manifestantes entenderam aquela ação como uma provocação do governo. O embate durou horas, a PMDF não conseguiu conter a disposição dos manifestantes e o presidente Temer se viu obrigado a convocar o exército para reprimir a manifestação.

Essas mobilizações que ocorreram no primeiro semestre de 2017 causaram prejuízo à popularidade do governo Temer. Embora o congresso conseguiu aprovar a contrarreforma trabalhista no segundo semestre, os governistas não tiveram força para seguir com a contrarreforma da previdência. A contrarreforma trabalhista, embora aprovada, foi objeto de muito questionamento, inclusive de órgãos estatais, como a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho (MPT). A “reforma” trabalhista também sofre questionamentos da Organização Internacional do Trabalho. A concepção

neoliberal da contrarreforma reduz direitos dos trabalhadores e precariza a força de trabalho no Brasil.

#### **4.2.2 Redução da proteção aos trabalhadores.**

O direito do trabalho, segundo Severo (2017, p 40), promove “a intromissão do Estado na vontade individual” por reconhecer que existem interesses que prevalecem sobre a vontade de uma das partes no processo de venda da força de trabalho para o capital.

Ao reconhecer que no processo das relações de trabalho há uma das partes - a classe trabalhadora - que não tem condições de negociar em igualdade com a outra – o empresariado -, a parte mais fraca é protegida por medidas que tentam equalizar essa diferença. Esses limites impostos ao capital por parte do Estado é fruto de um processo histórico. De um lado, é uma resposta à força organizada dos trabalhadores e de outro uma necessidade de impor certos limites à ganância da burguesia para preservar o sistema capitalista.

Especificamente, o direito do trabalho, visa equalizar a diferença entre as classes sociais no processo de exploração da mão de obra, ou seja, na “negociação” de compra e venda da força de trabalho, ou melhor, na adesão dos trabalhadores ao processo de compra de mão de obra por parte do capital. Já na concepção do direito comum, o entendimento é que existe uma relativa igualdade de condições entre as partes no processo de negociação, evitando, assim a interferência estatal na maior parte dos processos contratuais.

A concepção política dos legisladores que redigiram as alterações na CLT, motivados pelo golpe e apoiados por empresas, é neoliberal. Dessa forma retiraram, naquilo que era possível, a intervenção protetiva do Estado diante os direitos dos trabalhadores. Na interpretação de Francisco Vergara (1995, p. 114) sobre os teóricos neoliberais<sup>73</sup>, a recusa da intervenção do Estado em qualquer assunto econômico e social se dá por uma proposição de que a sociedade e a economia funcionam espontaneamente de forma harmoniosa, e que de modo geral esses “ultraliberais” consideram que qualquer medida tomada pelo Estado

---

<sup>73</sup> Os teóricos citados por Vergara são Ludwig Von Mises, Hebert Spencer, Bastiat, Hebert Spencer e Frederick Hayek.

para resolver os problemas econômicos ou sociais resultam em mais efeitos nocivos que “efeitos úteis”. Vergara (1995) ainda ressalta em seu trabalho que os liberais da economia clássica, como Adam Smith e Turgot, diferentemente dos neoliberais, não viam harmonia em tudo e que mesmo onde esta harmonia pode prevalecer, ainda assim ela é frequentemente parcial e imperfeita.

Essas mudanças na interpretação do direito do trabalho, contidas nas leis de contrarreforma trabalhista, também se relaciona com a conjuntura conservadora e neoliberal dos nossos tempos, tempos de golpe. Soma-se a isso a necessidade do capital em ampliar a exploração da classe trabalhadora para retomar o crescimento da taxa de lucro, pois:

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1977, p. 28)

No caso da América Latina, que possui uma economia voltada para os interesses externos do capital, a retomada dessa taxa de lucro adquire movimentos mais cruéis, devido ao modelo de produção baseado na superexploração do trabalho.

Uma das fontes do direito do trabalho, ou seja, um dos meios por onde nasce a norma jurídica, é a fonte material. Para Martins (2015, p. 11) “Fontes materiais são os fatores reais que irão influenciar na criação da norma jurídica.” Ou seja, são acontecimentos sociais, políticos, filosóficos, entre outros, que influem na legislação desses códigos legais. E a conjuntura em que as contrarreformas nasceram, um contexto de golpe empresarial-institucional, democracia blindada e avanço do conservadorismo; foi determinante para que as normas da CLT fossem alteradas em benefício do capital, ou seja, a correlação de forças havia se tornado ainda mais desfavorável aos trabalhadores na conjuntura em que elas foram aprovadas.

A redação anterior à lei 13.467/17, no, até então, Parágrafo (§) Único do art. 8º da CLT, previa que o direito comum era “fonte subsidiária do Direito do Trabalho, *naquilo que em que não for incompatível com os princípios fundantes deste.*” (BRASIL, 1943, grifo nosso) Além da supressão em parte do, agora, parágrafo 1º, foram adicionados mais dois parágrafos.



Na nova redação do art. 8º, § 1º, foi excluída a parte grifada na citação anterior, ou seja, a condicionante de compatibilidade de princípio. Essa remoção orienta toda matéria que não for codificada totalmente na legislação trabalhista.

Tratar de “direito comum” é falar de direito civil. Somado a esse corte, o § 3º afirma:

No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho *analisará exclusivamente* a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104<sup>74</sup> da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e balizará sua atuação *pele princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.*” (BRASIL, 1943, grifo nosso)

Ao adicionar o § 3º, condicionando os juízes que examinem as convenções e acordos coletivos em base a análise exclusiva das regras estipuladas no direito civil, tenta-se, com isso, obrigar o juiz a deixar de considerar outras normas mais favoráveis ao trabalhador. Corrobora com essa tentativa o trecho que afirma que a justiça do trabalho “balizará sua atuação *pele princípio da intervenção mínima*”.

No princípio da proteção ao trabalhador orienta-se que entre duas ou mais normas possíveis de serem aplicadas, utiliza-se a mais favorável em relação ao trabalhador. Esse entendimento era dado em base à antiga redação do Artigo 620 da CLT, onde lia-se: “Art. 620. As condições estabelecidas em Convenção quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo.” (BRASIL, 1943). Já com a contrarreforma trabalhista, as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho. (BRASIL, 2017)

Soma-se a isso a prevalência do negociado sobre o legislado, mesmo que aquilo que for negociado seja prejudicial ao trabalhador em relação às leis vigentes. Esses dispositivos encontram-se no artigo 611-A e pode-se encontrar a possibilidade de reduzir o tempo de alimentação; modificação na jornada de trabalho; instituição do teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente como é estipulado no § 3º do Art. 611-A:

§ 3º Se for *pactuada cláusula que reduza o salário* ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo. (BRASIL, 2017, grifo nosso)

<sup>74</sup> Art. 104. A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei. (BRASIL, 2002)

Tudo amparado pelo artigo 8º, § 1º; que exige da justiça do trabalho “intervenção mínima” e reafirmado pelo artigo 611-A, § 1º<sup>75</sup>.

Outro direito importante que foi suprimido, diz respeito à jornada em itinerário. Em redação dada pela lei 13.467/17 ao artigo 58, § 2º, que trata sobre as horas *in itinere*<sup>76</sup>, podemos ler:

§ 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador (BRASIL, 2017).

O tema sobre a jornada de trabalho *in itinere* foi motivo de resistência dentro do próprio sistema judiciário, contrariando as novas normas de trabalho estabelecidas pela “reforma” trabalhista do Governo Temer. A Justiça do Trabalho em São Paulo determinou que a Raízen Araraquara, empresa de biocombustível, volte a pagar as *horas in itinere*. O pagamento estava suspenso desde a entrada em vigor da reforma trabalhista, em 11 de novembro. A Raízen, que se auto intitula a principal fabricante de etanol do país e a maior exportadora individual de açúcar no mercado internacional, informou em nota enviada à Organização Não Governamental Repórter Brasil que “cumpre integralmente a legislação trabalhista vigente no Brasil”. Na decisão judicial, segundo a Repórter Brasil, é alegado que o corte das horas prejudica a “segurança alimentar” e “estabilidade econômica dos empregados, com perigo de dano irreparável à subsistência”, além de ferir o princípio da proteção evolutiva, “que protege os trabalhadores de retrocessos sociais”, o princípio da irredutibilidade salarial, o princípio geral dos direitos adquiridos, respaldados na Constituição Federal e a CLT (PENHA, 2018).

Já em novembro de 2017, seis meses antes do caso supracitado, no site da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), foi divulgado que Juízes, Procuradores e Fiscais do Trabalho não iriam aplicar a

---

<sup>75</sup> Art. 611-A, § 1º No exame da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho observará o disposto no § 3º do art. 8º desta Consolidação (BRASIL, 2017)

<sup>76</sup> Horário “in itinere”, ou tempo de deslocamento - em itinerário -, está ligado a três critérios que fundamentam a extensão e limites da jornada de trabalho: tempo efetivamente trabalhado para o empregador; tempo à disposição do empregador – nos casos da jornada ampliativa-; e o próprio tempo em deslocamento, que engloba as duas anteriores, ou seja, é o período que o trabalhador despende no trajeto de ida e de volta para o local de trabalho, em condução fornecida pela empresa a local de difícil acesso ou sem serviço de transporte público (BRASIL, 2005)

contrarreforma trabalhista “a ferro e fogo”, pois, para a associação “a reforma é mal feita e contraria a Constituição, normas internacionais do trabalho e a própria CLT” (ANAMATRA, 2017).

Ainda sobre as horas em itinerário, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extração de Ferro e Metais Básico do Ouro e Metais Preciosos e de Minerais Não Metálicos de Marabá, Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás (METABASE-PA), publicou em seu site um acordo coletivo inédito sobre as *horas in itinere*: No acordo as horas em itinerário se transformaram em “Prêmio Assiduidade”. O “Prêmio Assiduidade” será pago semestralmente de forma antecipada. Ou seja, em janeiro, os trabalhadores receberão adiantado um valor global relativo aos primeiros seis meses de 2019.

Neste Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), caberá ao trabalhador se preocupar com o controle de presença, pois quando receber o segundo pagamento, depois de seis meses, serão descontadas as faltas no trabalho ocorridas no primeiro semestre. Cada falta justificada acarretará em um desconto de 1%. As injustificadas terão um desconto maior: 5%. A falta durante a semana implica também em perda do valor no dia de descanso semanal remunerado (METABASE-CARAJAS; METABASE BH; VALE, 2018).

Em conjunturas desfavoráveis acordos como este ACT merecem ser considerados uma vitória dos trabalhadores. Porém, tais acordos revelam de maneira global um movimento de retrocesso em suas conquistas. Primeiro porque antes de aprovada a contrarreforma trabalhista, as horas em itinerário eram garantidas por lei. Se o Trabalhador fosse ao trabalho, ele receberia, se não fosse, se descontava, da mesma forma que ocorre com o vale transporte, por exemplo. Mas agora, o que era um direito inalienável desses trabalhadores se tornou um objeto de barganha da empresa. Nesse caso em específico, o recebimento do recurso está condicionado a uma forma de intensificação do trabalho, que se materializa na assiduidade.

#### **4.2.3 A fragilização das organizações da classe trabalhadora**

Certamente, a força da classe trabalhadora reside em sua união, e sabendo disso, o golpe promovido contra os trabalhadores não poderia deixar

de enfraquecê-la exatamente em seu ponto mais forte. Por tudo isso, também aparece na nova lei o enfraquecimento do poder sindical.

O fim do chamado “imposto sindical”, proposto nos artigos 578, 579, 582 e 583 da CLT acaba com a contribuição compulsória sindical. Sabe-se que, historicamente, este imposto é o grande financiador do sindicalismo pelego, mas é importante registrar que, sendo extinto via um golpe claramente empresarial, o pacote em que se insere o fim do imposto sindical é para fragilizar ainda mais os sindicatos dos trabalhadores, o poder de barganha e a facilitação de dispensas. Além disso, o fim do imposto sindical ocorre em um momento de nítido refluxo das lutas organizadas da classe trabalhadora. Além disso, ela individualiza a contribuição ao sindicato, o que é um grave ataque às organizações sindicais. As ações da classe trabalhadora são ações coletivas, os trabalhadores não conquistam direitos de forma isolada. Pelo contrário, elas ocorrem com as lutas sociais organizadas, e nesse sentido a contribuição para financiar seus aparelhos deveria ocorrer, também, de forma coletiva. Sendo assim, o financiamento deveria ocorrer em assembleia e aprovado a partir de uma determinada proporção de trabalhadores presente em assembleia, para assim obter uma representatividade mínima da entidade sindical.

O fim da contribuição compulsória sindical sem um período para que as entidades se adaptem às novas formas de contribuição acentuou problemas para os meios organizativos dos trabalhadores. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o DIEESE, por exemplo, foi obrigado pelas circunstâncias a fazer uma campanha de contribuição extra entre os sindicatos, federações, confederações e até mesmo entre pessoas físicas para garantir o funcionamento do departamento. De 2015 a 2017, o instituto cortou 70 dos seus funcionários, reduzindo o total para 270, além de cortar projetos. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) deixou de ser realizadas em três regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Fortaleza e Recife. Já a pesquisa da cesta básica, que era feita nas 27 unidades da federação, perdeu nove capitais: Cuiabá, Boa Vista, Macapá, Manaus, Palmas, Porto Velho, Rio Branco, Maceió e Terezina. Mesmo assim, ainda há a possibilidade do DIEESE continuar cortando gastos, e isso significaria demitir mais trabalhadores, e reduzir ainda mais seus projetos. O PED por exemplo pode deixar de ser realizado em mais uma cidade: Porto Alegre.

#### 4.2.4 Rescisão de Contratos de Trabalho

Sobre o processo de fragilização organizativa da classe trabalhadora imposta pela “reforma trabalhista”, a rescisão do contrato de trabalho foi facilitada para as empresas sem que o trabalhador tenha assistência sindical ou de qualquer outra autoridade. Com isso, irá perpetuar as demissões injustas e fraudulentas com pagamentos parciais dos direitos.

Dessa forma, a nova redação dada no artigo 477, retira o direito do empregado de receber “[...] uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.” e revoga o parágrafo 1º, que tinha a seguinte redação:

§ 1º - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social. (BRASIL, 1943, grifo nosso)

Ainda foram criados dois dispositivos, os artigos 477-A e 477-B em que podemos ler:

Art. 477-A. As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas<sup>77</sup> equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

Art. 477-B. Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, *enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia*, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes. (BRASIL, 1943, grifo nosso)

Com isso, as empresas podem demitir os funcionários sem maiores empecilhos, retirando, dessas empresas, qualquer responsabilidade social.

Com dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTE), mais de 110 mil trabalhadores haviam rescindido contratos de trabalho sem a presença de um

<sup>77</sup> Demissão Plúrima: é a dispensa que não tem, por última finalidade, a redução definitiva de empregados, mas a diminuição de um grupo de trabalhadores de certa seção ou departamento da empresa, baseados na qualificação profissional ou tempo de serviço, podendo manter a intenção de recontratar novos trabalhadores para substituir todos ou parte dos empregados demitidos.

Demissão Coletiva: é a dispensa sem a pretensão de substituir os empregados demitidos, ou seja, na demissão coletiva a intenção é reduzir definitivamente o quadro de pessoal.

representante sindical ou do Ministério do Trabalho, até dezembro de 2018. Apesar da perda de direitos na hora da rescisão, a demissão por comum acordo entre patrão e trabalhador, sem a presença do sindicato da categoria, tem aumentado no País. Com isso, os trabalhadores perderam o direito ao seguro-desemprego, receberam metade do aviso-prévio - em caso de indenização - e apenas 20% da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e não mais os 40% a que tinha direito.

Na hora de sacar o dinheiro na conta individual do FGTS, o trabalhador se depara com outro elemento: ao assinar esse tipo de acordo só é retirado 80% do total. Os 20% restantes ficam depositados e serão incorporados aos valores que forem depositados no futuro. Isso se o trabalhador ou a trabalhadora conseguir emprego com carteira assinada. Se não conseguir mais emprego com carteira assinada, poderá sacar somente quando se aposentar, caso tenha condições para essa alternativa, ou se utilizar o valor para financiamento da casa própria ou para aquisição de linhas de crédito que utilize o FGTS como garantia.

A multa de 40% sobre o FGTS e demais verbas, a qual o trabalhador tinha direito, funcionava como um mecanismo de limitação à alta taxa de rotatividade e dava certa proteção aos trabalhadores empregados.

Contraditoriamente, os defensores da contrarreforma trabalhista, como Michel Temer ou o Banco Itaú, argumentavam que sua aprovação era necessária para reduzir o desemprego no Brasil (ARAÚJO; FORMENTI, 2017; GONÇALVES, BARBOSA, MATCHIN, 2017)<sup>78</sup>, mas os primeiros dados revelados após a entrada em vigor da contrarreforma trabalhista desmentem os seus defensores e expõe o que era óbvio: o desemprego no Brasil aumentou, e a taxa de subutilização no Brasil bateu a marca recorde de 27,7 milhões de pessoas sem trabalho no primeiro semestre, ou 24,7% da população economicamente ativa (IBGE, 2018). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) este é o maior índice de subutilização de mão de obra<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> Segundo Araújo e Formenti (2017), Temer afirmou que: “Quem deitar os olhos sobre a reforma trabalhista vai verificar que estamos fazendo uma coisa para combater o desemprego. As pessoas não estão preocupadas com conteúdo. A luta é política”, disse. Segundo ele, ‘em brevíssimo tempo’ o desemprego, que já está caindo, ‘cairá muito mais e o governo terá reconhecimento”.

<sup>79</sup> A chamada “subutilização da força de trabalho” utiliza como critério a taxa de desocupação, a subocupação por insuficiência de horas, ou seja, quando a pessoa trabalha menos de 40h semanais mas precisaria trabalhar mais, e a força de trabalho potencial, que inclui o chamado desemprego por desalento, quando a pessoa já desistiu de buscar trabalho. Esse índice se distingue do critério utilizado para

desde o início deste tipo de pesquisa, em 2012. No final do ano de 2017, o índice divulgado pelo IBGE, baseado nos meses anteriores à contrarreforma trabalhista era de 23,6%.

Ainda se tratando das facilidades em se demitir à partir da contrarreforma trabalhista, a regra estipulada no artigo 477-B entra em contradição com a Constituição Federal de 1988 ao proibir aos trabalhadores demitidos via Plano de Demissão Voluntária (PDV) ou Incentivada (PDI) o acesso à justiça, pois em seu artigo 7, XXIX é estabelecido o seguinte direito:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (BRASIL, 1988)

Nos artigos 477-A e 477-B há tanto um enfraquecimento dos poderes do sindicato de trabalhadores quanto uma restrição à Justiça do Trabalho.

Mesmo nas representações dos empregados, proposta no artigo 510-A e 510-C, há uma clara tentativa de enfraquecimento dos sindicatos.

No Artigo 510-A onde se lê: “Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.” (BRASIL, 2017a). Essa é uma manobra para retirar do sindicato o poder de representação, contudo é preciso defender as representações de empregados, mas para que atuem em conjunto com o sindicato, não diretamente com a empresa.

Já no artigo 510-C, que trata da eleição desta comissão, no § 1º há a vedação de representação sindical no processo: “Será formada comissão eleitoral, integrada por cinco empregados, não candidatos, para a organização e o acompanhamento do processo eleitoral, *vedada a interferência da empresa e do sindicato da categoria.*” (BRASIL, 2017a, grifo nosso). Pensamos que o envolvimento, ou não, do sindicato dos trabalhadores deveria ser de livre escolha entre os empregados, além disso, dada as dificuldades de organização da classe

---

desemprego, ou desocupação, pelo fato deste contar apenas os trabalhadores que buscam emprego no período, mas não encontram. (IBGE, 2018)

trabalhadora em seus locais de trabalho, o sindicato poderia ser um impulsionador dessas comissões.

#### **4.2.5 As novas faces da precarização do trabalho brasileiro.**

A contrarreforma trabalhista do Governo Temer amplia e estabelece novas-velhas (e precárias) relações de trabalho tais como o trabalho intermitente, o teletrabalho, trabalho a tempo parcial e o trabalhador autônomo com vínculo exclusivo e a terceirização.

##### **4.2.5.1 Trabalho intermitente<sup>80</sup>**

Outra “novidade” que figura na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é a “ampliação” e ressignificação do que se entendia por trabalho intermitente. Antes da sanção da contrarreforma trabalhista o trabalho intermitente era restrito a alguns serviços ferroviários, em embarcações e plataformas marítimas – como, por exemplo, os de extração de petróleo realizado em plataformas em alto mar - os trabalhadores em trabalho intermitente possuíam salários, jornada estipulada em lei e contrato de trabalho, além de diversas garantias que outros trabalhadores em modalidade distinta de jornada de trabalho dispunham.

A redação dos art. 443, caput e § 3º e art. 452-A criam o chamado trabalho intermitente. Esse tipo de trabalho permite que o trabalhador seja convocado a trabalhar em jornada incerta. Caso for chamado, receberá o salário das horas trabalhadas, acrescido de seus direitos com o 13º salário, férias e outros, caso houver. Se não for chamado, não recebe nada. Isso causa várias incertezas na vida do trabalhador. Ele não saberá quanto vai ter no fim do mês, nem quando terá que trabalhar ou descansar.

A efetiva regulação se dará caso a caso, baseado em negociação coletiva, estabelecida no inciso VIII do art. 611-A. O que se quer, com essa “nova”

---

<sup>80</sup> Segundo a nova redação, “Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.”. Por exemplo, o trabalho dos motoristas de transporte particular de Uber (BRASIL, 2017).



modalidade de trabalho é legalizar e possibilitar a exploração do “bico<sup>81</sup>” por parte do capital.

Ainda é possível que se faça o trabalhador “pagar pra trabalhar” ou ferir a seguridade social por meio dessa modalidade de labor. Por exemplo, a situação de um determinado empregado que é chamado a trabalhar por quatro horas por dia, seis vezes por mês, a empresa oferece salário de R\$ 4,81 por hora (o valor da hora em base ao salário mínimo no final de 2017). Com essa carga horária, o salário mensal chegaria a R\$ 115,44. Com este valor no contracheque, a contribuição à Previdência paga diretamente pela empresa à Receita seria de R\$ 23,09. A contribuição mínima exigida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), porém, é de R\$ 187,40. Portanto, para se adequar à regra da Receita, o empregado precisaria desembolsar R\$164,31. Ou seja, mais que o próprio salário, de R\$ 115,44. Nesse caso, o trabalhador terminaria o mês devendo R\$ 65,03.

Se pegarmos ainda este exemplo, a tendência é que haverá um esvaziamento da seguridade social e isso poderia trazer sérios problemas não apenas para os trabalhadores que precisarem dos serviços diretamente ligados ao trabalho, como auxílio doença, aposentadoria, entre outros, mas pode atingir até mesmo o Sistema Único de Saúde.

#### 4.2.5.2 Teletrabalho

Considera-se teletrabalho, segundo o artigo 75-B “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.” (BRASIL, 2017a)

Foi incluído o inciso III do artigo 62 para explicitar que o “teletrabalhador” não é protegido pelo controle da jornada de trabalho, conseqüentemente não recebe horas extras. Soma-se a isso a individualização da responsabilidade sobre a prevenção de acidentes e de saúde laboral.

A redação do Art. 75-E estabelece que “O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a

---

<sup>81</sup> Bico é uma expressão popular brasileira que designa “pequenos ganhos avulsos e/ou tarefa ocasional; [...] biscate, gancho, galho, viração; [...] Emprego subsidiário, pouco rendoso.” (FERREIRA, 2010, p. 311).

fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.” Exclui, assim, o “teletrabalhador” da supervisão da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ou qualquer outra forma de prevenir adoecimentos decorrente do exercício do labor.

#### 4.2.5.3 Trabalho a tempo parcial

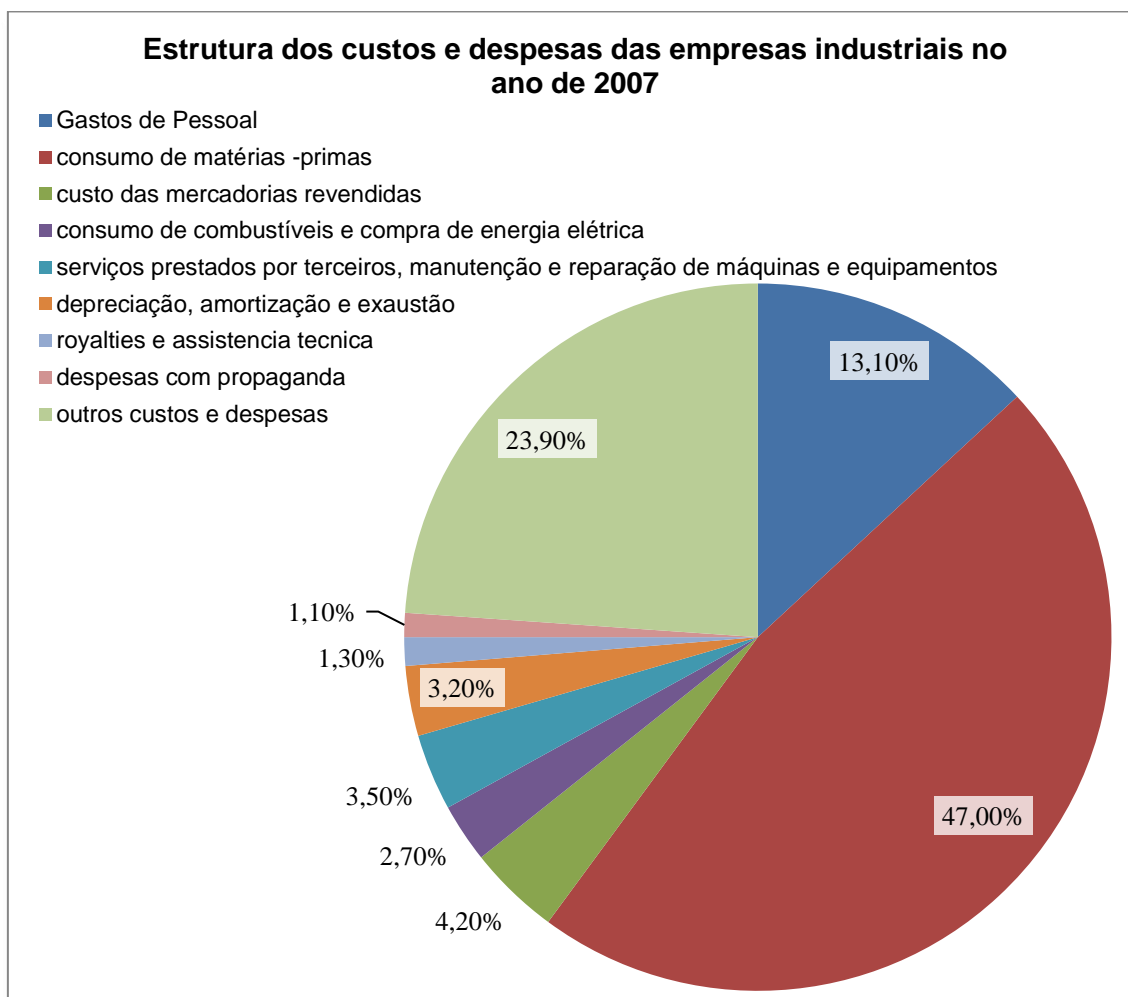
Considerava-se na antiga redação da CLT, no art. 58-A, aquele que não excedesse 25 horas semanais. Com as mudanças, o limite da jornada foi ampliado para 30 horas por semana. Caso a jornada seja de 26 horas semanais, com as mudanças instituídas nas relações de trabalho, criou-se a possibilidade do trabalhador fazer 6 horas extraordinárias. Soma-se ao aumento da jornada de trabalho, a ausência de certos direitos, como o vale refeição, que trabalhadores dessa modalidade de contrato não possuem.

A ampliação da jornada de trabalho e o uso das horas extras além de ser um convite à intensificação do trabalho, gera mais doenças de trabalho e amplia as taxas de desemprego. Segundo os últimos estudos do DIEESE (2007; 2010) sobre o tema, se a média da jornada de trabalho fosse reduzida em 4 horas semanais, seriam gerados 2.252.600 novos postos de trabalho, as alterações promovidas com o trabalho a tempo parcial são contrárias a esse movimento. O uso das horas extraordinárias por parte das empresas e o banco de horas também dificultam a geração de novos empregos, pois se for somado o total de hora extra e dividir esse montante pela jornada de trabalho semanal, muitos trabalhadores são excluídos do processo de geração de riqueza.

A criação das novas modalidades de trabalho, tais como o trabalho intermitente e o teletrabalho causam prejuízos não apenas aos trabalhadores, mas a toda a sociedade. A precariedade embutida nessas novas formas de labor, somado ao aumento de horas no trabalho a tempo parcial pioram as expressões da “questão social”. As necessidades sociais vão na contramão do que foi implementado com a contrarreforma trabalhista.

Ainda é preciso elucidar que os gastos com mão de obra é muito baixo no Brasil. As empresas que exigem um grau maior de complexidade e que pagam os melhores salários no país não chegam a gastar 15% dos seus gastos com pessoal. No Ano de 2007 (gráfico 15) os gastos representavam 13,1% do montante de todos os custos e despesas.

**Gráfico 15 – Estrutura dos custos e despesas das empresas industriais no ano de 2007.**



Fonte: IBGE, 2018b.

Gráfico elaborado pelo autor.

Em média, as empresas gastavam 10% a mais com a circulação de mercadorias do que com o salário dos empregados contratados. E quase metade dos custos para produzir determinada mercadoria (47%) se dava com a aquisição de matéria prima. Ou seja, só o que se gastava com matéria prima era um valor próximo de três vezes o que se destinava com os custos da mão de obra.

No ano de 2016 o gasto com pessoal subiu apenas 1% e chegou a 14,10% (gráfico 16).

**Gráfico 16 – Estrutura dos custos e despesas das empresas industriais no ano de 2016.**

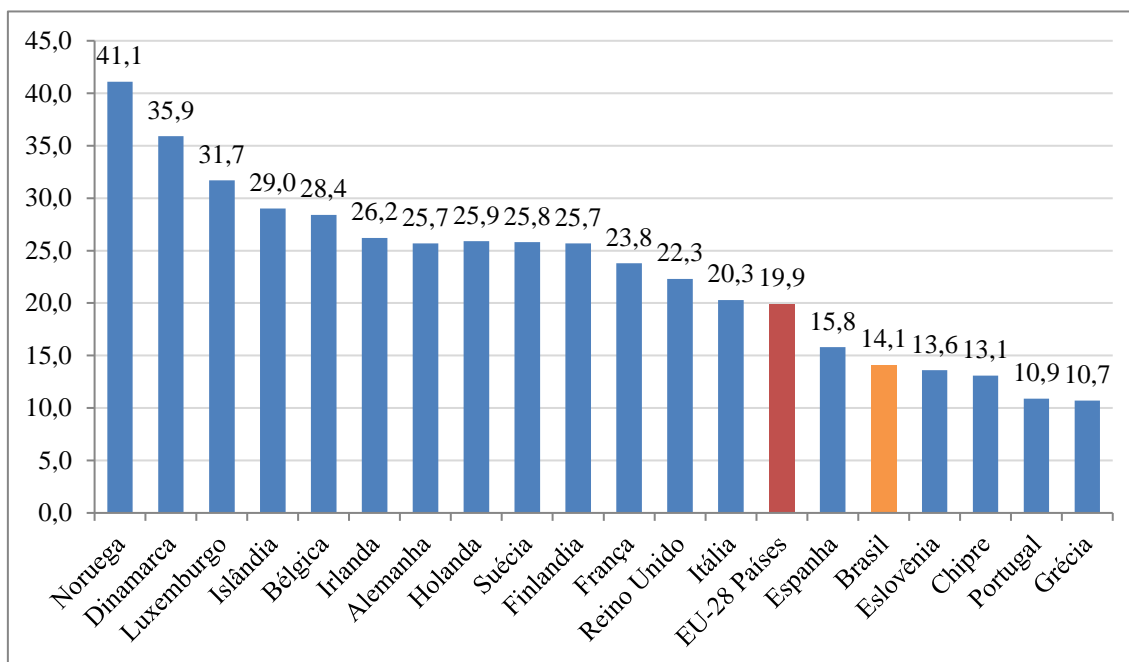


Fonte: IBGE, 2018b.

Gráfico elaborado pelo autor.

Mesmo com essa ampliação em 1% que o trabalhador brasileiro custava às empresas em 2016, este valor era, em média é 2,91, vezes inferior à média do custo de um trabalhador na Noruega e 5,8% a menos do que o custo médio nos países da União Europeia.

**Gráfico 17 – Comparativo da proporção (%) de custos e despesas das empresas no ano de 2016 entre o Brasil e alguns países da Europa.**



Fonte: IBGE, 2018b; Eurostats<sup>82</sup>, 2018.

Gráfico elaborado pelo autor.

A constante preocupação dos empresários que mantém negócios no Brasil é de manter a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, dado a baixa produtividade do capital. Com isso, procuram reduzir os custos do trabalho, precarizando, retirando direitos, ampliando as terceirizações e a jornada de trabalho e desobrigando as empresas de pagar contribuições sociais (CNI, 2014). Deste modo, podemos confirmar as contribuições teóricas de Marini (2005), onde as relações de mercado do Brasil e da América Latina estão sustentadas pela dependência e pela superexploração do trabalho.

<sup>82</sup> Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/labour-market/labour-costs/database>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contrarreforma trabalhista se insere sob as orientações políticas neoliberais, e com ela, criam-se trabalhos ainda mais flexíveis, precários, instáveis e inseguros.

A crise estrutural do capital, que se manifestou em 2008, trouxe mudanças nas relações de trabalho, em todo o mundo, que em sua grande maioria transfere o ônus da crise para o trabalhador. Não só para o trabalhador no Brasil, mas em todo o mundo. No Brasil, por sua localização geográfica, histórica e conjuntural, os custos da crise recaem com maior intensidade e amplitude para os trabalhadores e trabalhadoras. A inserção do Brasil no mercado mundial, com a produção voltada para o modelo exportador e sustentada pela superexploração do trabalho, faz com que a “nova e arcaica” política para o mercado de trabalho se aproxime dos períodos anteriores à nova república. Se os defensores da contrarreforma trabalhista tinham a intenção de “modernizá-la”, aparentemente não conseguiram. Foram vitoriosos em defender os interesses de produção e reprodução do capital e precarizar as relações de trabalho. Ainda é necessário destacar que medidas como estas só foram possíveis devido o golpe de Estado. Para a sua aprovação no parlamento foi necessário que o governo enfrentasse a maior greve geral da história brasileira e até mesmo convocar o exército para enfrentar a classe trabalhadora em manifestações de rua.

Medidas que suprimem direitos dos trabalhadores, longe de resolver os problemas econômicos do país e da população, só contornam a crise, não resolvem os problemas em sua raiz. A exploração do trabalho pelo capital com a finalidade de ampliá-lo é uma contradição que precisa ser resolvida para cessar com as crises. A lógica do capital precisa ser abolida e ser substituída por uma lógica que permita atender as necessidades humanas. É dessa forma que a sociedade precisa ser (re)pensada.

A lógica acumulativa do capital conduziu a humanidade a duas grandes guerras, colonizou povos e amplia a sua produção a ponto de destruir a natureza (COGIOLLA, 2009; MÉSZÁROS, 2011). Contraditoriamente entra em crise porque não tem quem possa consumi-la. Há mais de 1/6 da população que não consegue sequer garantir uma alimentação decente, moradia longe de áreas de riscos, hospitais que atendam suas emergências de saúde e etc (ONU, 2018).

Mas felizmente tivemos uma experiência societária em que podemos e devemos tirar lições. Em que um dos países mais pobre e atrasado do mundo, em menos de 20 anos foi resolvido o problema do desemprego, da miséria, da falta de moradia e começou a disputar a hegemonia do mundo com as maiores potências imperialista. Os problemas que surgiram foram outros. devido o atraso de desenvolvimento econômico, científico, técnico e industrial. A região da Rússia, enquanto ainda se consolidava como um novo país, a União da Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), teve que enfrentar as contradições da formação de uma nação operária com uma indústria débil e devastada pela guerra. A maior parte de sua produção ainda era agrária e o novo governo sustentado pelos conselhos populares foi obrigado, pelas circunstâncias, a estruturar a indústria “imitando” o processo histórico da acumulação primitiva do capitalismo. Tal desafio, somado à guerra civil e o isolamento da revolução gerou contradições que gerou e fortaleceu uma burocracia estatal poderosa que tinha grandes privilégios em relação o conjunto da população (BROUÉ, [2005?]). No entanto estes privilégios tinham alguns problemas que limitavam o seu valor para a burocracia: eles não podiam ser legado para nenhum herdeiro, também esses privilégios não vinham de nenhuma fonte que lhes garantissem segurança, pois de uma forma ou outra eles deveriam justificá-los de alguma forma diante da população. Para seguir mantendo-os a forma mais segura devia ser a restauração do capitalismo. Apesar de tudo isso, a história do primeiro país operário que triunfou após uma revolução socialista deixou uma herança preciosa: a socialização dos meios de produção e uma economia planificada são perfeitamente possíveis. Mais do que isso, ela é urgente. Nenhuma outra nação do mundo conseguiu em tão pouco tempo resolver os problemas sociais como a economia planificada e socializada, como ocorreu na URSS.

As novas mudanças trabalhistas atendem a lógica histórica do modelo superexplorador de produção, e contribui para que se desenvolva mais um anel da espiral de dependência apontada por Marini (2005). Se por um lado, num passado recente, durante os governos Lula e Dilma, tínhamos um modelo de política baseado no consumo, que com todas as suas contradições e críticas (merecidas) criavam um mercado interno consumidor. Este mercado consumidor adquiria produtos de baixa qualidade, baixo custo, estimulado por endividamentos familiares e etc (POCHMANN, 2012). Com todos os limites e

contradições que este modelo possuía, com todas as críticas que ele mereceu (e merece) receber, tal modelo não se aproximava do modelo de desmonte do país como Temer e seus aliados construíram (ou destruíram).

Mas também é preciso fazer um balanço do período de três governos e meio do PT. Ao privilegiar, desde o início, as alianças com a classe patronal e não se apoiar na mobilização da maioria da população brasileira, criou uma geração de pessoas sem o poder de reação que as ruas exigem. Também se desgastou com a população que o elegeu, servidores públicos, trabalhadores do setor privado e outros, mas mesmo assim terminou traído pelos setores que antes, nunca na história desse país, tinham conseguido ganhar tanto dinheiro.

Mas esse processo de adaptação ao neoliberalismo não surgiu de modo repentino. As derrotas neoliberais que o movimento brasileiro sofreu na década de 1990 e a falta de uma perspectiva/referência estratégica contribuiu para essa adaptação. Após a queda do dito “socialismo real” no leste europeu, e sob a ideologia do “fim da história”<sup>83</sup> e do neoliberalismo, os governos de coalizão foram conduzidos a um novo rumo em suas ações, o caminho da “terceira-via”.

“Terceira via', [...], designa uma série muito mais genérica de esforços, comuns à maioria dos partidos e pensadores de esquerda na Europa e em outras partes do mundo, para reestruturar as doutrinas esquerdistas.” (GIDDENS, 2007, p. 18). Essa ideologia, também se encontra dentro da ordem do capital. No entendimento de Antony Giddens (2001, p.43), um dos principais teóricos dessa linha política: “Uma economia de mercado bem-sucedida gera muito mais prosperidade do que qualquer sistema rival.” (GIDDENS, 2001, p. 43).

Os governos petistas seguiram com a conformação de um governo sob a ideologia da terceira via. Conforme observaram Bianchi e Braga (2003, p. 205): “A participação de Lula no encontro da Governança Progressista<sup>84</sup> sinaliza, para a esquerda mundial, o que os "mercados" já sabiam: a conversão do PT ao programa do social-liberalismo.”.

---

<sup>83</sup> Para mais detalhes: FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

<sup>84</sup> Este Encontro da Governança Progressista ocorreu no dia 13 de Julho de 2003 em Londres e foi convocado pelos defensores da “terceira via”. O encontro contou com a participação de 11 chefes de Estado, entre eles Tony Blair do Novo Partido Trabalhista da Inglaterra. Em edições anteriores participaram os ex-presidentes Bill Clinton, dos Estados Unidos e Fernando Henrique Cardoso, do Brasil.



Os comprometimentos explicitados na Carta ao povo brasileiro exigiram do Governo Lula a retirada de direitos da classe que criou e fortaleceu o PT, a classe trabalhadora. Os compromissos explicitados na Carta garantia que a prioridade das ações de governo do PT seria o programa político do capital financeiro. Nesse período, embora o conjunto da classe trabalhadora tivesse obtido conquistas importantes, tais vitórias estavam em patamares inferiores se comparadas aos ganhos da burguesia. As poucas concessões obtidas pelo conjunto da classe trabalhadora fez com que estudiosos da política no Brasil caracterizassem seus atos de governo como sendo uma política de reformismo fraco<sup>85</sup>, para alguns, ou de um reformismo quase sem reformas<sup>86</sup> para outros.

Inicialmente essa caracterização é importante por dois motivos: primeiro, para que tenhamos claro que um governo, como os que foram os do PT, não pode ser igualado a governos da classe dominante de “puro sangue” como foram os de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC); segundo, que são governos limitados, não podem garantir grandes conquistas para a classe trabalhadora, pelo contrário, muitas vezes se chocam contra elas retirando direitos históricos, como a “reforma” da previdência de 2003 e surgem em conjunturas de ascenso dos movimentos da classe trabalhadora.

Mesmo com toda essa capacidade de garantir maiores lucros à burguesia, manter o país “pacificado” (leia-se: limitar o poder de atuação dos movimentos sindicais e populares) não são governos confiáveis para o grande capital, tanto pela influência que sofrem dos movimentos organizados da classe trabalhadora, pela inserção crescente desses movimentos na estrutura do Estado, inclusive assumindo ministérios importantes, quanto pelo desconforto em ter um inimigo de classe gerindo seus negócios por dentro da estrutura estatal.

Não são raros que os governos com identificação popular sofram golpes. só pra citar alguns exemplos, podemos destacar o de Manuel Azaña, na Espanha, Salvador Allende, no Chile, o nacionalista e antimperalista Hugo Chavez fazem parte do “seleto grupo” que Dilma pertence. “Coincidentemente”,

---

<sup>85</sup> Mais detalhes em: SINGER, A. **Os Sentidos Do lulismo**: Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Cia. das Letras, SP, 2012.

<sup>86</sup> Mais detalhes em: ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas**: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

depois dos golpes que destituíram estes presidentes, assumiram governos que atacaram os direitos da classe trabalhadora e seus instrumentos de mobilização.

Embora alguns possam questionar o fato de Temer não ter “atacado” as organizações dos trabalhadores, esta afirmação não é completamente correta. O governo Temer convocou o exército para reprimir uma marcha de trabalhadores em Brasília que protestavam contra as “reformas trabalhista e previdenciária”. Também atacou o financiamento sindical sem que os aparelhos dos trabalhadores tivessem condições de garantir sua estrutura em tempo hábil. Além das questões puramente sindicais é necessário lembrar que o golpe de 2016 serviu de pretexto para congelar os investimentos sociais por 20 anos através da Emenda Constitucional número 95 (EC 95/2016).

O saldo final do governo Temer demonstrou que suas políticas neoliberais não foram capazes de reduzir substancialmente o desemprego. E ainda ampliou a precarização do trabalho no Brasil. O golpe foi capaz de trazer retrocessos para a classe trabalhadora apesar de existirem lutas históricas nesse período, como a maior greve geral que o Brasil já presenciou, ou ainda, a manifestação que obrigou o presidente a convocar o exército para conter a disposição de luta da classe trabalhadora. Não sabemos dos desfechos futuros da luta de classe, mas apesar das derrotas o movimento dos trabalhadores se “despede” do governo Temer dando demonstrações de que está menos disperso e menos dividido em relação ao período que antecedeu ao golpe de 2016.

## REFERÊNCIAS

ABBT. **Pesquisa ABBT: Preço médio refeição 2017.** 2018. Disponível em: <https://www.abbt.org.br/home>. Acesso em: 20 abr 2018.

ADASCALITEI, Dragos; MORANO, Clemente. Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium. **IZA Journal of Labor Policy**. [S.l]: Springer Link. 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s40173-016-0071-z#citeas>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

ALSTON, Philip. **Relator da ONU critica ‘ataque sistemático’ do governo dos EUA ao bem-estar de sua população mais pobre.** ONU. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-critica-ataque-sistematico-do-governo-dos-eua-ao-bem-estar-de-sua-populacao-mais-pobre/> Acesso em: 10 dez 2018.

AGÊNCIA INDUSNET FIESP. Fiesp e Ciesp definem apoio a processo de impeachment. **Portal Fiesp**, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/> acesso em: 30 jun. 2018.

ALVES, Giovani. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

AMARAL, Mariana. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo Impeachment. In: JINKINGS; DORIA; CLETO. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, 2016.

ANAMATRA. **Juízes, procuradores e fiscais não devem aplicar a reforma trabalhista “a ferro e fogo”.** 06 de nov. 2017. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/anamatra-na-midia/25853-juizes-procuradores-e-fiscais-nao-devem-aplicar-a-reforma-trabalhista-a-ferro-e-fogo>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. In: **Novos estud. - CEBRAP** n..91 São Paulo Nov, 2011. Acesso em: 20 out 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000300002&script=sci\\_arttext&tIng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000300002&script=sci_arttext&tIng=es).

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo. 2018.

ARAÚJO, Carla; FORMENTI, Lígia. Temer diz que reforma trabalhista fará desemprego cair mais. **Exame**. 13 jul. 2017. disponível em:

<<https://exame.abril.com.br/economia/temer-diz-que-reforma-trabalhista-fara-desemprego-cair-mais/>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Editora Abril, 2004.

AUGUSTO, C. **A revolução portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BARBER, Lionel; WHEATLEY, Jonathan. Interview transcript: President Luiz Inácio Lula da Silva. **Financial Time**. 8 de nov. de 2009. disponível em: <<https://www.ft.com/content/e0357680-cbbf-11de-924d-00144feabdc0>>. Acesso em: 02 de fev. 2018.

BATISTA, Renata. Para Firjan, impeachment gera tumulto e prejudica a economia. **Valor Econômico**, 3 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/4341142/para-firjan-impeachment-gera-tumulto-e-prejudica-economia>>. Acesso em: 30 jun. 2018

BATISTA JR, P. AALCA e o Brasil. In: **Estudos Avançados**. v. 17 n.48 São Paulo Maio - ago. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000200021&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000200021&script=sci_arttext&tlng=es). Acesso em 2 jan 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política social no capitalismo tardio**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

BENITES, A. Governo diz que greve “fracassou” e promete tirar cargos de deputados que não votaram em reforma. 28 abr 2017. **El País**. Acesso em 28 abr 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/politica/1493403387\\_106996.htm](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/politica/1493403387_106996.htm)>.

BIANCHI, Alvaro ; BRAGA, Ruy . Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira via e governo Lula. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. XIII, n.31, p. 205-216, 2003. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Alvaro\\_Bianchi2/publication/263656966\\_BIANCHI\\_Alvaro\\_BRAGA\\_Ruy\\_Capitalismo\\_patrimonial\\_nos\\_tropicos\\_Terceira\\_via\\_e\\_governo\\_Lula\\_Universidade\\_e\\_Sociedade\\_Brasilia\\_Brasilia\\_v\\_XIII\\_n31\\_p\\_205-216\\_2003/links/00b7d53b7fb9557edb000000/BIANCHI-Alvaro-BRAGA-Ruy-Capitalismo-patrimonial-nos-tropicos-Terceira-via-e-governo-Lula-Universidade-e-Sociedade-Brasilia-Brasilia-v-XIII-n31-p-205-216-2003.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Alvaro_Bianchi2/publication/263656966_BIANCHI_Alvaro_BRAGA_Ruy_Capitalismo_patrimonial_nos_tropicos_Terceira_via_e_governo_Lula_Universidade_e_Sociedade_Brasilia_Brasilia_v_XIII_n31_p_205-216_2003/links/00b7d53b7fb9557edb000000/BIANCHI-Alvaro-BRAGA-Ruy-Capitalismo-patrimonial-nos-tropicos-Terceira-via-e-governo-Lula-Universidade-e-Sociedade-Brasilia-Brasilia-v-XIII-n31-p-205-216-2003.pdf)>. Acesso em 27 jul. 2018.

BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS; DORIA; CLETO. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.462**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1 maio 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)> Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. **Lei 6.019**, de 3 de Janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6019.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 103**, de 14 de Julho de 2000. Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp103.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano 61, n. 148, 05 outubro 2001. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05OUT2001.pdf#page=28>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 90**. Horas “in itinere”. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_51\\_100.html#SUM-90](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_51_100.html#SUM-90)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.110**, de 25 de abril de 2005b. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm)>. Acesso em 20 dez 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.977**, de 7 de Julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm#art1p](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm#art1p)>. Acesso em 20 dez 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 13.467**, de 13 de julho de 2017a. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e

8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. **Lei 13.429**, de 31 de Março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm#art1)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória Nº 808**, de 14 de Novembro de 2017b. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, 2017b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv808.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv808.htm)> Acesso em: 16 nov 2017b.

BRESSER-PEREIRA, L; NAKANO, Y. Iperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. In: **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 4, dez 1991. Acesso em 3 ago 1918. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser\\_-\\_hiperinflacao\\_e\\_estabilizacao\\_no\\_brasil\\_-\\_o\\_primeiro\\_plano\\_collor.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_hiperinflacao_e_estabilizacao_no_brasil_-_o_primeiro_plano_collor.pdf)>.

BROUÉ, Pierre. **El partido bolchevique**. São Paulo: Sundermann, [2005?].

CAMPOS, Lauro. **A crise completa: A economia política do não**. São Paulo: Boitempo, 2001.

CAMPOS, A. **Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho no Brasil**: novas evidências para o debate. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7288/1/td\\_2245.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7288/1/td_2245.pdf). Acesso em 14 dez 2018.

CARDOSO. Fábio Luiz Lopes. **A Influência do Relatório Beveridge nas Origens do Welfare State Britânico (1942 – 1950)**. Araraquara-SP: Unesp, 2010.

CARDOSO. Adalberto Moreira. **A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARMONA, F. El fascismo chileno, lección para latinoamerica. In: **Problemas del desarrollo**. Vol. 4, No. 16, p. 69-108. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Económicas 1974. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/43906216.pdf?seq=1/analyze>>. Acesso em: 22 fev 2019.

CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social**: una crónica del salariado. [s.l: s.d]. Disponível em: <<https://catedracoi2.files.wordpress.com/2013/05/castel-robert-la-metamorfosis-de-la-cuestic3b3n-social.pdf>>. Acesso em: 04/12/2017.

CASTELO, Rodrigo. **O Social-Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CIA TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS. **Formulário de Referência.** Disponível em: <>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. In: JINKINGS; DORIA; CLETO. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, 2016.

COGIOLLA, Osvaldo. **As Grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939):** fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

COTEMINAS. **Empresa.** Disponível em: <<http://www.coteminas.com.br/scripts11/cgiip.exe/WService=coteminas/cot/emp/organograma.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

COSTA, M. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, vol. 23, núm. 58, , pp. 171-190, jan-abr, 2010.

CORREIO Braziliense. Greve geral provocou rombo de R\$ 5 bi no comércio brasileiro, diz FecomercioSP. Estado de Minas. Belo Horizonte, 29 abr 2017. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/29/internas\\_economia,866028/greve-provocou-rombo-de-r-5-bi-no-comercio-brasileiro-diz-fecomercio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/29/internas_economia,866028/greve-provocou-rombo-de-r-5-bi-no-comercio-brasileiro-diz-fecomercio.shtml). Acesso em: 29 abr 2017.

CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2018.** Genebra: Research Institute. 2018. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/corporate/en/research/research-institute/global-wealth-report.html> . Acesso em: 15 out 2018.

CTA. **O CTA Autônomo adere à National Women's Strike em 19 de outubro #VivaLasQueremos.** 18 out 2016. Disponível em: <<http://ctaa.org.ar/la-cta-autonoma-adhiere-al-paro-nacional-de-mujeres-del-19-de-octubre-visualasqueremos/>>. Acesso em 08 mar 2017.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** – 4ª Ed.- Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUT. **Greve Geral tem adesão e apoio histórico.** 28 abr 2017. Acesso em: 28 abr 2017. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/greve-geral-tem-adesao-e-apoio-historico-e-pode-ultrapassar-numero-de-35-milhoes-53b8>>.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade.** São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff** (avaliação do Congresso Nacional, expectativas econômicas, operação Lava Jato, Petrobras) São Paulo: Datafolha, 2015. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/avaliacao\\_governo\\_dilma.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/avaliacao_governo_dilma.pdf)>. Acesso em 30 dez 2018.

DAVIS, Angela; Et al. Women of America: we're going on strike. Join us so Trump will see our Power. **The Guardian**. 6 fev 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/feb/06/women-strike-trump-resistance-power>>. Acesso em: 8 mar 2017.

DEMIER, Felipe. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo-capitalismo (Portugal e Brasil). In: **Libertas**: Revista da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2064/1500>> Acesso em: 25 nov. 17.

\_\_\_\_\_, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da *democracia blindada* no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X. 2017.

DIEESE; CUT. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha**: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DRUCK, G. **A precarização social do trabalho no Brasil**: uma proposta de construção de indicadores. Salvador: CRH/ UFBA/CNPq. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade do CNPq, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, [198-?].

\_\_\_\_\_. Sobre o papel do trabalho na formação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

ESTADO DE SP. **Chegou a hora de dizer: Basta!** São Paulo, 13 mar 2016. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-de-dizer-basta,10000020896>. Acesso em 16 dez 2018.

FARAH, T. Entidades de imprensa e Fecomércio estudam ir ao STF contra plano de direitos humanos". In: **O Globo**, 18 de Março de 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045>>. Acesso em 20 out 2018

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. -5ª Ed.- Curitiba: Positivo, 2010.



FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília: [s.n], 2015.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

GEMAQUE, Rosana; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Perfil da expansão no setor público e privado e financiamento da educação superior brasileira pós-LDB. In: **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande-MS, n. 30, p. 71-91, jul./dez. 2010.

GIDDENS, Anthony. **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GONÇALVES, Fernando; BARBOSA, Luka; MATCHIN, André. **Reforma trabalhista: potenciais impactos**. Campinas: Cesit, 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Texto-de-discuss%C3%A3o-8-Desenvolvimento-competitividade-e-reforma-trabalhista.pdf>. Acesso em: 8 out. 2017.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil endividado: Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRACIOLLI, Edilson José. **Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 1995. Disponível em: <<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/reforma-trabalhista-potenciais-impactos>>.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2006.

HOBBS, Tomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. **A era do capital**. 25 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis 3**. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001.

IBGE. **PNAD Contínua tri: taxa de subutilização da força de trabalho é de 24,7% no primeiro tri de 2018**. 17 maio 2018. disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21246-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da>>

forca-de-trabalho-e-de-24-7-no-primeiro-tri-de-2018.html.>. acesso em: 17 maio 2018.

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual: Empresas 2016**. 21 jun 2018b. Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1719/pia\\_2016\\_v35\\_n1\\_empresa\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1719/pia_2016_v35_n1_empresa_informativo.pdf)>. Acesso em: 13 set 2018.

IPEA. **Equidade fiscal no Brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social**. Brasília: Ipea, maio de 2011. Comunicado do IPEA nº 92 disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110519\\_comunicadoipea92.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110519_comunicadoipea92.pdf) acesso em: 11 de março de 2018

JAMES, C.L.R, **Os jacobinos negros**. São Paulo: Boitempo, 2010.

JINKINGS Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Sobre o Estado**: conferencia de Lenin em 1919 na Universidade Sverdlov. São Paulo: Edições ISKRA, 2013.

LENIN. Imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular). In: **V. I. Lenine**: obras escolhidas em três tomos, V. 1. p. 577-671. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1979.

LOUREIRO, I. **A revolução alemã [1918-1923]**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS; DORIA; CLETO. **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Fascismo**. São Paulo: Editora Antídoto, 1974. A obra encontra-se disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1969/fascismo/index.htm>

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini - vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005

MARINGONI, Gilberto. Rumo à direita na política externa. In: JINKINGS; DORIA; CLETO. **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, 2016.

MARTINS, Sergio. **Fundamentos do Direito do Trabalho**. 16 ed. São Paulo: Atlas. 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1. Boitempo: São Paulo. 2013.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed da UFRJ. 2011

\_\_\_\_\_. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Edições Mandacarú, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Vol. 1, São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

METABASE-CARAJAS; METABASE BH; VALE. **Acordo coletivo específico sobre horas in itinere 2018/2020**. Disponível em: [http://www.metabasecarajas.com.br/act/act\\_vale\\_HORASINITERE\\_2018-220.pdf](http://www.metabasecarajas.com.br/act/act_vale_HORASINITERE_2018-220.pdf). Acesso em: 11 dez 2018.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. São Paulo: Vozes, 2016.

MONTORO, Xabier. **Capitalismo y economia mundial**. - 2ª ed.- Madrid: Instituto Marxista de Economía (IME), 2016.

MORAES, L; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Rev. Econ. Polit.** v. 31, n. 4, São Paulo Oct./Dec, 2011. Acesso em: 20 set 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572011000400001&script=sci\\_arttext#t1](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572011000400001&script=sci_arttext#t1).

MORAES, R. O legado de Margareth Thatcher. In: **Conjuntura internacional**, v. 10, n. 2, p. 19-29, Belo Horizonte: PUC Minas, ago 2013. Acesso em: 22 fev. 2019. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/conjuntura/issue/view/347/showToc>>.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: **Temporalis 3**. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001.

OFFE, Clauss. Trabalho e Sociedade. **Problemas estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho"**. Vol I, A Crise. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989.

OHNO, Taiichi. **L'esprit Toyota**. Paris: Masson, 1989.

ONU. **The 2018 Global Multidimensional Poverty Index (MPI)**. 2018. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2018-MPI>. Acesso em 01 out 2018.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

OIT. **Guia sobre os novos Indicadores de Emprego dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**: inclui o conjunto completo dos Indicadores de Trabalho Decente. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2009. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/documents/publication/wcms\\_110515.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_110515.pdf). Acesso em: 14 ago 2018.

OIT. **Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil**: uma estratégia de ação baseada no diálogo social. Genebra: OIT, 2015.

OIT. **Global Dialogue Forum on Good Practices and Challenges in Promoting Decent Work in Construction and Infrastructure Projects**. Genebra: OIT, 2016. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_dialogue/---sector/documents/meetingdocument/wcms\\_458150.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/meetingdocument/wcms_458150.pdf). Acesso em: 17 fev 2018.

OXFAM. **Compensem o trabalho, não a riqueza**. Oxford: Oxfam. 2018. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018\\_Recompensem\\_o\\_Trabalho\\_Nao\\_a\\_riqueza\\_Resumo\\_Word.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf). Acesso em: 16 set 2018.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. In: **Temporalis 3**. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Janeiro a junho de 2001

\_\_\_\_\_. **Política Social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2011.

PELEGO. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/pelego/> acesso em: 28 jul. 2018.

PENHA, Daniela. Raízen deve voltar a pagar horas de transporte de funcionários, decide Justiça. **Repórter Brasil**. 15 de Maio de 2018. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2018/05/justica-determina-que-raizen-volte-a-pagar-horas-de-transporte-aos-trabalhadores-de-araraquara/> Acesso em: 16 de Maio de 2018.

PERICÁS, Luiz. Os semeadores da discórdia: a questão agrária na encruzilhada. In: JINKINGS; DORIA; CLETO. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, 2016.

PLATÃO. **A república.** São Paulo: Editora Abril, 2004

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O mito da grande classe média:** Capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

POOR PEOPLE'S CAMPAIGN. **The Souls of Poor Folk**, 2018. Disponível em: <<https://www.poorpeoplescampaign.org/wp-content/uploads/2018/04/PPC-Audit-Full-410835a.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade In: JINKINGS; DORIA; CLETO. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, 2016.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank’s Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform In: **Journal of Economic Literature**. Vol. XLIV, p. 973-978, Dez. 2006.

RUSCHEL, M; MIRALES, R. Adoecimento dos trabalhadores na agroindústria de frango. In: **Revista Direitos, trabalho e política social**, CUIABÁ, V. 4, n. 6, p. 122-144, Jan./jun. 2018. Acesso em: 22 fev 2019. Disponível em: <http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/108>.

SAMPAIO JR. **Crônica de uma crise anunciada:** crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG- Amarante, 2017.

SAMPAIO, Tamires. A luta por uma educação emancipadora e de qualidade. In: JINKINGS; DORIA; CLETO. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCOLESO, Fabiana. Caminhos e descaminhos do mundo do trabalho diante da ofensiva neoliberal no Brasil: O início de uma nova história. In: **Verinotio** – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. Ano XI, n.21, p. 93-113, abr. 2016.

SERGE, Victor. **O ano I da revolução russa.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SEVERO, Valdete. A hermenêutica trabalhista e o princípio do direito do trabalho. **Resistência:** aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista. São Paulo: Expressão Popular. 2017.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **Carta ao Povo Brasileiro.** [S.l: s.n], 2002.

SPRINGS. **Springs Global**. Disponível em: [http://ir.springs.com/conteudo\\_en.asp?idioma=1&conta=44&tipo=46415](http://ir.springs.com/conteudo_en.asp?idioma=1&conta=44&tipo=46415). Acesso em: 30 jul. 2018.

TAVARES, Francisco. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. - 3ª ed. - Recife: Imprensa Industrial, 1917. disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/33359>. Acesso em: 30 jun. 2018.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. São Paulo: Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. **História da revolução russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.

\_\_\_\_\_. **O imperialismo e a crise da economia mundial**. São Paulo: Sundermann, 2008.

\_\_\_\_\_. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. São Paulo: Sundermann, 2011.

UGÁ, Vivian. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. In: **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, p. 55-62 Curitiba, nov. 2004. disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Precariado ou proletariado?** Bauru: Canal 6, 2016.

VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de São Paulo**. 23 maio 2016. disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

VERGARA, Francisco. **Introdução aos fundamentos filosóficos do liberalismo**. São Paulo: Nobel, 1995.

VEJA ON LINE. Reforma trabalhista vai tirar 1,5 milhão do desemprego, diz Itaú. 8 ago 2017. disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/reforma-trabalhista-reduzira-desemprego-em-15-milhao-diz-itaui/>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

WOLFF, Simone. **Informatização do trabalho e reificação**: Uma análise à luz da qualidade total. Campinas: Editora Unicamp, 2006.